

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL  
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

**CLAUDILENE DA COSTA RAMALHO**

**OS MIGRANTES CORTADORES DE CANA DO VALE  
DO JEQUITINHONHA: ENTRE A  
SUPEREXPLORAÇÃO E A RESISTÊNCIA**

**VITÓRIA  
JUNHO DE 2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL  
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

**OS MIGRANTES CORTADORES DE CANA DO VALE  
DO JEQUITINHONHA: ENTRE A  
SUPEREXPLORAÇÃO E A RESISTÊNCIA**

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em política social da Universidade Federal do Espírito Santo, sob orientação da professora Renata Couto Moreira, como um dos pré-requisitos para a obtenção do título de mestre em política social.

VITÓRIA  
JUNHO DE 2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Ramalho, Claudilene da Costa, 1984-  
R165m Os migrantes cortadores de cana do Vale do Jequitinhonha :  
entre a superexploração e a resistência / Claudilene da Costa Ramalho. –  
2014.  
140 f. : il.  
Orientador: Renata Couto Moreira.  
Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade  
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.  
1. Agroindústria canavieira. 2. Trabalho – Exploração. 3.  
Trabalhadores migrantes. 4. Jequitinhonha, Rio, Vale (MG e BA). I.  
Moreira, Renata Couto. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro  
de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 32



---

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL (MESTRADO)  
Av. Fernando Ferrari, 514 – Campus Universitário Goiabeiras  
29075-910 – Vitória - ES - Brasil – Telefone: (27) 3335-2587

**Claudilene da Costa Ramalho**

**“Os Migrantes Cortadores de Cana do Vale do  
Jequitinhonha: entre a superexploração e a resistência”**

*Dissertação apresentada ao Curso de  
Pós-Graduação em Política Social da  
Universidade Federal do Espírito Santo  
como requisito para obtenção do Grau de  
Mestre em Política Social.*

**Aprovado em 26 de junho de 2014.**

COMISSÃO EXAMINADORA

**Professora Doutora Renata Couto Moreira**  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Orientadora

**Professor Doutor Luis Jorge Pessoa de Mendonça**  
Universidade Federal do Espírito Santo

**Professora Doutora Raquel Santos Sant'ana**  
Universidade Estadual Paulista

*Dedico esse trabalho a Daniel Moreira da Silva (in memoriam), companheiro que mesmo ausente, sua memória traz luz, fé e força para continuarmos na luta. À Pastoral do Migrante do Vale do Jequitinhonha, em especial Irmã Sandra e Irmã Ana, que são parte da história das lutas dos trabalhadores (as) do Vale. Aos trabalhadores rurais do Vale do Jequitinhonha, em especial os migrantes que resistiram no conflito em Guaranésia-MG.*

## **Agradecimentos**

*Cada um de nós constrói a sua história, e cada ser, em si, carrega o dom de ser capaz e ser feliz.* (Almir Sater)

Muitos dizem que mestrado é uma etapa solitária, mas no meu caso, isso não se confirma. Mesmo em uma cidade que conhecia poucas pessoas, nunca fiquei sozinha. O telefone e internet encurtaram a distância e todos os dias tive pessoas presentes nesses mais de dois anos de luta. Assim, agradeço a Deus, meu refúgio e fortaleza. À Lidiane, Ana Laura, Marciele, Cilene, Aline Ruas, Carla Porto, Michelly, Ir. Ana Patrícia, Elaine Wantil, Lia Queiroz, André Quintão, Isabel e família, Vanderlei, Paulo André, Josemar, Rodrigo Edmilson, Humberto, dentre outros, obrigada pela paciência, pelos momentos prazerosos, de conversas e contribuições.

À minha família, em especial aos meus pais e à Milene, Alane e Lara Fábia.

À todos meus amigos, em especial à Terezinha Lages, minha mãe de Novo Cruzeiro, que me acolheu e fortaleceu-me na fé em Deus. À Dora e família, obrigada por tudo. Obrigada minha amiga Rosângela, serei eternamente grata por tudo que você fez por mim. Obrigada Marta, Lidiane e família pelo acolhimento.

À Jose Mauro, pelo companheirismo, paciência, força e amizade. Zé, você também faz parte da construção dessa história, obrigada por tudo!

À minha orientadora Prof<sup>ª</sup> Renata Couto Moreira, que transcendeu seu papel de orientadora e me ajudou a escrever mais esse capítulo em minha história. Será sempre um grande exemplo, uma referência de existência pessoal e profissional. Renata, obrigada por acreditar em mim!

À Prof<sup>ª</sup> Raquel Santos Sant'ana, que não apenas fez parte de minha banca de qualificação e defesa, mas que tive o privilégio, desde 2008, de tê-la, contribuindo com a construção deste caminho trilhado.

Aos Professores Rogério Faleiros e Jorge Mendonça, pelas contribuições em minha qualificação e defesa.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES, a minha eterna gratidão pelos ótimos momentos e ensinamentos compartilhados.

À Adriana, nossa querida secretária, pela disponibilidade e dedicação.

Aos meus professores e queridos colegas da graduação em Serviço Social, nas Faculdades Doctum de Teófilo Otoni, em especial, aos professores responsáveis pelo meu despertar para a pesquisa, meu eterno orientador Prof<sup>o</sup> Humberto Gomes, ao Prof<sup>o</sup> Vanderlei Carvalho e às professoras Angelina e Romilda, dentre outros.

Aos companheiros, alunos do mestrado em Política Social, pelos momentos de intensos debates e aprendizado. Em especial à Carmem Masoco, Rafael Venturini, Pedro Rosalez, Mauro, Merci, Demian e à amiga Elaine Wantil, que comigo compartilharam preocupações, sonhos e esperanças.

À Mateus Marinho de Souza, mais que ex-patrão, tornou-se um amigo que tenho muito apreço, respeito e gratidão, pois ele ajudou a semear os frutos que estou colhendo.

Aos colegas de trabalho que tive em Novo Cruzeiro, em especial aos amigos Odair que foi um exemplo de gestor e compromisso com as lutas sociais; à Cilene, Leila, Renata, Otaviano, Jacinto, Lidiane e Marciele, Ir. Ana Patrícia, que são amigos que me fazem acreditar na luta. Marciele, não posso deixar de registrar suas contribuições nas correções de português no meu projeto de qualificação, obrigada! Ir. Patrícia, você contribui com meu despertar pelo amor à causa, em fazer-me acreditar que eu poderia chegar ao mestrado e com a construção desse trabalho, essa dissertação também é sua.

Aos ex-colegas de trabalho e meus ex-alunos da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, obrigada pelos momentos de troca de conhecimento.

À Pastoral dos Migrantes do Vale do Jequitinhonha, ao Serviço de Pastoral dos Migrantes de São Paulo e aos trabalhadores (as) rurais do Vale do Jequitinhonha, que me ajudaram a não afastar dos meus ideais e acreditar na resistência e luta dos migrantes. Obrigada por contribuírem com a concretude dessa pesquisa. Agradeço ainda aos companheiros da Articulação dos Empregados Rurais da Região do Sul de Minas Gerais – ADERE.

À Professora Maria Aparecida Moraes Silva e à Viviane Tito, pelas contribuições, nessa reta final vocês foram essenciais. Agradeço também á Preta, Barbara e Elaine Esteves pelo apoio e aos artistas do Vale do Jequitinhonha, Gildásio Jardim e Rubinho do Vale.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo incentivo e apoio financeiro na realização desta pesquisa.

Não poderia deixar de registrar um agradecimento muito especial a todas aquelas pessoas que, por gestos e atitudes, me ajudaram a caminhar por estradas, às vezes íngremes, mas que, ao final, posso dizer que contribuíram para a construção de minha história.

## O AÇÚCAR

Ferreira Gullar<sup>1</sup>

*O branco açúcar que adoçará meu café  
Nesta manhã de Ipanema  
Não foi produzido por mim  
Nem surgiu dentro do açucareiro por milagre.*

*Vejo-o puro  
E afável ao paladar  
Como beijo de moça, água  
Na pele, flor  
Que se dissolve na boca. Mas este açúcar  
Não foi feito por mim.*

*Este açúcar veio  
Da mercearia da esquina e  
Tampouco o fez o Oliveira,  
Dono da mercearia.  
Este açúcar veio  
De uma usina de açúcar em Pernambuco  
Ou no Estado do Rio  
E tampouco o fez o dono da usina.*

*Este açúcar era cana  
E veio dos canaviais extensos  
Que não nascem por acaso  
No regaço do vale.*

*Em lugares distantes,  
Onde não há hospital,  
Nem escola, homens que não sabem ler e morrem de fome  
Aos 27 anos  
Plantaram e colheram a cana  
Que viraria açúcar.*

*Em usinas escuras, homens de vida amarga  
E dura  
Produziram este açúcar  
Branco e puro  
Com que adoço meu café esta manhã  
Em Ipanema.*

---

<sup>1</sup>GULLAR, Ferreira. Dentro da noite veloz. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009, p.22-23.



## RESUMO

O presente objeto, desta dissertação, é a superexploração dos trabalhadores rurais, do Vale do Jequitinhonha, no período em que estão migrando para o corte de cana. Nas últimas décadas, no Brasil, o agronegócio vem prevalecendo como modelo de desenvolvimento da agricultura, focado na produção de *comodities* agrícolas para exportação, pautado na superexploração da força de trabalho e dos recursos naturais. Neste contexto, um dos setores brasileiros que mais se expandiu foi o sucroalcooleiro, inserindo o Brasil, mundialmente, como um dos maiores exportadores de açúcar e de agrocombustíveis. Propagando um discurso de produção de combustível “limpo e renovável”, o agronegócio canavieiro possui os menores custos na produção de açúcar e álcool do mundo. Porém, é importante destacar que a “energia limpa e renovável” ocultam os pesados custos sociais, principalmente as condições de trabalho que cortadores de cana são submetidos no eito dos canaviais. Para tanto, reproduz, com forte presença do Estado e capital estrangeiro, a posição de país dependente na Divisão Internacional do Trabalho. Nesse sentido, parte-se da hipótese que, com o avanço da expansão e modernização no setor, vem intensificando, a violação de direitos, degradação, adoecimento e morte dos cortadores de cana, em sua maioria, migrantes. Desta forma, o objetivo desta pesquisa é apreender e refletir a superexploração dos trabalhadores rurais do Vale do Jequitinhonha, que migram temporariamente para o corte de cana, sob a égide do aprofundamento da dependência. Por meio de uma ampla análise de dados e informações coletadas em pesquisa bibliográfica documental (relatórios, fotografias, atas de audiência, dentre outras), procurou-se apreender contradições presentes no agronegócio canavieiro. Levou-se em conta o contexto de reprimarização da economia e aprofundamento da superexploração da força de trabalho. Buscou-se também investigar, por sua vez, como os trabalhadores, cortadores de cana, vêm criando formas de resistência, sendo a greve de Guaranésia um exemplo apresentado. Assim, evidencia-se por um lado, o aprofundamento da expropriação de suas condições de reprodução e a superexploração da força de trabalho, criando uma massa de trabalhadores do Vale do Jequitinhonha, que migram temporariamente para trabalhar como cortadores de cana. Por outro lado, em um contexto de crise do capital e de aprofundamento da dependência, é a existência dessa massa de trabalhadores migrantes, que possibilita a expansão canavieira e recoloca o agronegócio sucroalcooleiro em destaque, na pauta de exportação. Desta forma, conclui-se que, na atualidade, vem se acirrando a superexploração do trabalho dos cortadores de cana, principalmente dos migrantes, tanto no

lugar de origem e quanto destino, sendo indispensável fortalecer e dar visibilidade aos mecanismos de luta e resistência desses trabalhadores.

**Palavras-Chave:** Agronegócio canavieiro, superexploração do trabalho, migrantes temporários.

## ABSTRACT

Current subject of this dissertation is the overexploitation of rural workers from Jequitinhonha Valley, during the time they are migrating to the sugar cane cut. In the last decades in Brazil, the agribusiness has been prevailing as agricultural development model, with focus on the production of agricultural commodities to be exported, ruled on the overexploitation of work force and natural resources. In this context, one of the Brazilian sectors which has expanded the most was the sugarcane one, inserting Brazil in the world as one of the biggest sugar and ethanol producers. Disseminating a speech of “clean and renewed” ethanol production, the sugarcane agribusiness has the smallest costs on sugar and ethanol production in the world. However, it’s important to highlight that the “clean and renewed” hide the heavy social costs, mostly the work conditions which sugarcane cutters are submitted on the sugarcane cropland. Therefore, it reproduces the position of a dependent country on the International Work Division with a strong presence of the government and foreign capital. In this sense, it was deduced that with the expansion and the sector modernization, the rights violations, the degradation, the sickening and death of sugarcane cutters (mostly immigrants) have been intensifying. So, the objective of this research is to capture and reflect about the overexploitation of rural workers of Jequitinhonha Valley which temporarily migrate to cut sugarcane under the deepening of dependence. Through a wide analysis of data and information collected in documentary biographical research (reports, pictures, hearing minutes, among others), we tried to capture contradictions present on sugarcane agribusiness. It was considered the context of the economy reinsourcing and deepening of work force over exploitation. I was also investigated how workers, sugarcane cutters, have been creating ways of resistance, having the Guaraniésia strike as an example. On one hand there’s evidence of the expropriation and deepening of its reproduction conditions and the overexploitation of work force, creating a mass of Jequitinhonha Valley’s workers, which temporarily migrate to work as sugarcane cutters. On the other hand, in a crisis context of Capital dependence deepening, is the existence of these migrating workers mass, which enabled the sugarcane expansion and put the agribusiness and sugarcane high on the export issue. This way, we can conclude that, nowadays, it’s been pushing up the over exploitation of sugarcane workers, mainly from migrants, from the place of origin and from destination, becoming indispensable and give visibility to the fighting and resistance mechanisms of these workers.

**Keywords:** sugarcane agribusiness, overexploitation of labor, temporary migrants

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO I – MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: DEPENDÊNCIA E SUPEREXPLORAÇÃO NA HISTÓRIA DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA.....</b>	<b>20</b>
1.1. A dependência e a superexploração da força de trabalho no Brasil.....	20
1.2. Modernização da agricultura brasileira e a superexploração da força de trabalho.....	27
1.3. O processo de modernização da agroindústria canavieira brasileira.....	33
<b>CAPÍTULO II – A EXPANSÃO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO: MODERNIZAÇÃO E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO SÉCULO XXI.....</b>	<b>43</b>
2.1 O processo de reestruturação e expansão do agronegócio canavieiro.....	44
2.2. Processo de trabalho no corte de cana.....	59
2.3. Os trabalhadores migrantes temporários no agronegócio canavieiro.....	62
2.4. O avanço da mecanização do corte de cana no agronegócio canavieiro.....	66
<b>CAPÍTULO III – A MIGRAÇÃO TEMPORÁRIA DOS TRABALHADORES RURAIS DO VALE DO JEQUITINHONHA PARA O CORTE DE CANA.....</b>	<b>76</b>
3.1. O Vale do Jequitinhonha e as migrações sazonais para o corte de cana.....	76
3.2. Os migrantes do Vale do Jequitinhonha e suas condições de trabalho no corte de cana.....	84
3.3. Conflito capital/trabalho de 2012: a Usina Alvorada do Bebedouro e os migrantes cortadores de cana do Vale do Jequitinhonha.....	97
3.3.1. Memória da Resistência.....	104
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>115</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>119</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>130</b>

## INTRODUÇÃO



**Figura 1-** O migrante. (GILDÁSIO JARDIM)

Viajar no tempo, voltar às minhas origens e aos momentos da infância. Refletir sobre o que me instiga em querer desvendar o lado amargo do doce açúcar, em escolher como objeto de pesquisa, a superexploração<sup>2</sup> dos trabalhadores rurais do Vale do Jequitinhonha no período que estão migrando para o corte de cana, é isso que essa obra de um artista, do Vale do Jequitinhonha, me proporciona. Assim, o trabalho que o leitor tem em mãos e que encontrará a seguir, é resultado de minha experiência de vida como filha de ex-trabalhador rural migrante temporário (cortador de cana), da formação e atuação na área do Serviço Social, como também da militância junto à Pastoral dos Migrantes do Vale do Jequitinhonha.

Recomendo uma leitura atenta da epígrafe apresentada neste trabalho, pois ela oferece elementos para uma reflexão mais qualificada da temática. O jogo de palavras articuladas por Ferreira Gullar no Poema “O Açúcar”, retrata a realidade do trabalhador rural, sobretudo, daqueles que inseridos num contexto de superexploração do trabalho, vivem a amargura de colher o branco, puro e doce açúcar. Além disso, o poema nos proporciona olhar para os

---

<sup>2</sup> O termo superexploração não aparece diretamente em Marx na obra *O Capital*, Marx (1996), utiliza-se o termo exploração da força de trabalho. Assim, é importante destacar que a superexploração, não é apenas a exploração intensa da força de trabalho, ou a elevação da taxa mais valia. Assim, diferentemente da categoria exploração desenvolvida por Marx (1996), a superexploração é um mecanismo utilizado para compensar transferência estrutural de valor produzido nos países capitalistas dependentes, como meio de compensar as trocas desiguais (MARINI, 2012). De acordo com Carcanholo (2013, p.200), “a superexploração da força de trabalho, redonda em um pagamento de salário para a força de trabalho abaixo do seu valor, produz, na economia dependente, uma distribuição regressiva tanto da renda quanto da riqueza, bem como a intensificação das mazelas sociais, aprofundando uma característica já própria de qualquer economia capitalista.”

canaviais, para o açúcar, para o álcool que abastecemos nossos veículos e, transpor o dado imediato do trabalho numa perspectiva reflexiva e crítica dialética. É nessa perspectiva que se insere a presente pesquisa: indagar sobre as condições de trabalho dos cortadores de cana.

Embora nascida no Vale do Jequitinhonha, uma região onde não é forte a presença da monocultura canavieira, essa atividade marcou minha vida. Lembro-me bem, como minha mãe ficava ansiosa para receber cartas com notícias de meu pai. Ora no corte de cana em São Paulo, ora na construção civil. Meu pai passou toda minha infância, como uma andorinha, nem lá nem cá, trabalhando temporariamente no corte de cana em São Paulo e comunicando conosco, somente através de cartas e dos antigos orelhões. Semianalfabeto, ele só estudou a primeira série, mas sabia brincar com as letras e colocar nas palavras a esperança que tinha em estar ao nosso lado. Quando chegavam cartas com notícias, rodeávamos minha mãe para sabê-las. Pai de três filhas, ele só acompanhou o nascimento de duas, pois passava a maior parte dos anos, colhendo o doce açúcar.

A inocência que tínhamos na infância impedia de percebermos a amargura que era para minha mãe, “ser viúva de marido vivo”, criar três filhas praticamente sozinha, trabalhar na roça ou lavar roupa para fora e cuidar de casa. Não entendíamos ainda, a amargura que vivia meu pai no eito dos canaviais paulistas. Péssimas condições de trabalho, saudade da família, pois não havia jeito, tinha que ir cortar cana mesmo, já que a roça não produzia dinheiro e a região tinha poucas possibilidades.

As marcas dessa amargura ficaram para sempre cravadas nas vidas de minha mãe e de meu pai, e também na minha. São estas marcas que geraram indignação e questionamentos, que vêm orientando-me como pesquisadora e motivaram-me em lutar para ingressar no mestrado, buscando dar continuidade à pesquisa sobre essa temática, iniciada na graduação em Serviço Social<sup>3</sup>. Em querer olhar para as condições que os trabalhadores rurais do Vale do Jequitinhonha vivenciam nos canaviais, para além do que se apresenta no aparente. Tentando desvendar as contradições que transformam o trabalhador, ora em sua região em camponês, ora em outros Estados do Brasil em migrante temporário cortador de cana.

Esse é o grande desafio, que vem se colocando e que não se esgota nesta pesquisa. Cabe destacar ainda, que minha trajetória acadêmica e profissional, favoreceu a busca pelo

---

<sup>3</sup> SANTOS, A.P.J.S.; RAMALHO, C.C.; GOMES, L. **A naturalização da precarização do trabalho no contexto neoliberal**: um estudo exploratório da migração temporária dos cortadores de cana no município de Novo Cruzeiro. Trabalho de Conclusão de Curso Serviço Social. Faculdades Unificadas Doctum campus Teófilo Otoni, Teófilo Otoni, 2009.

rompimento com o senso comum. Esse processo foi impulsionado a partir da inserção em estágio supervisionado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS nos anos de 2008 e 2009, no município de Novo Cruzeiro, localizado no Vale do Jequitinhonha – MG. O mesmo possibilitou contato direto com diversas faces das contradições advindas do processo de migração temporária dos trabalhadores rurais do Vale do Jequitinhonha. Desta forma, foi possível perceber, não mais como natural essa, migração que se fazia presente desde minha infância, mas estratégia de acumulação do capital. Tal percepção resultou na elaboração de um trabalho de conclusão de curso relacionado a esse tema. Contribuiu ainda para amadurecer e, conseqüentemente, surgirem novas indagações relativas ao tema, a inserção profissional em 2010 na implantação de um Centro de Referência da Assistência Social Rural- CRAS Rural, localizado no distrito de Queixada na cidade de Novo Cruzeiro-MG. Essa inserção possibilitou elementos indispensáveis para a reflexão do objeto proposto, como também perceber como essas contradições presentes na vida do trabalhador rural da região, se expressam no cotidiano profissional do assistente social. Assim, o trabalhador rural do Vale do Jequitinhonha, que migra temporariamente para o corte de cana, não faz parte apenas de minhas preocupações enquanto objeto de estudo, mas também, enquanto práxis, ou seja, ação que visa à transformação, pautado em compromisso ético político com o sujeito pesquisado.

Nesse sentido, podemos perceber a partir da análise de relatórios da Pastoral dos Migrantes do Vale do Jequitinhonha<sup>4</sup>(2011), (2012), (2012b), (2013), (2013b) que os trabalhadores da região que ainda permanecem no ir e vir da migração temporária para os

---

<sup>4</sup> A Pastoral dos Migrantes do Vale do Jequitinhonha tem seu surgimento atrelado ao contexto de evangelização libertadora, organização social e lutas por direitos dos trabalhadores migrantes. De acordo o Serviço de Pastoral dos Migrantes (2013), foi em meados da década de 1980, quando Dom Enzo, o então bispo da diocese de Araçuaí, foi convidado por ex-seminaristas, irmãs e padres Scalabrinianos, a visitar e celebrar com trabalhadores migrantes em usinas de açúcar e álcool no Estado de São Paulo, que percebeu-se que os migrantes estavam carentes de escuta, de mística, como também, tinham seus direitos humanos e trabalhistas violados no eito dos canaviais e alojamentos insalubres. Assim, nasce a missão do migrante do Vale do Jequitinhonha, que anualmente era realizada na região de origem e destino, porém na atualidade vem se realizando apenas na região de origem dos trabalhadores, com a participação de leigos e religiosos. A greve de Guariba de 1984, foi um importante marco, para a construção da dimensão política e social da missão, que então nascia e ganharia corpo juntamente com Serviço Pastoral dos Migrantes – SPM. O Serviço de Pastoral dos Migrantes, foi criado em 1984 com o objetivo de “evangelizar e acolher, na perspectiva intercultural, os migrantes e imigrantes incentivando-os a exercer seu protagonismo social. Em parceria com os Movimentos e Pastorais Sociais, denunciar causas sociais que forcem migrações, o preconceito, a discriminação, a degradação do trabalho e políticas migratórias restritivas. Lutar por políticas públicas inclusivas, projetos alternativos de resistência à migração forçada na perspectiva de uma sociedade justa, e solidária”, tendo a SPM na atualidade um importante papel na organização dos trabalhadores Migrantes. Desta forma, a missão passa a funcionar como um instrumento de denúncias às violações de direitos humanos, trabalhistas e incentivando a organização, resistência e lutas dos trabalhadores, surgindo o trabalho da Pastoral dos Migrantes do Vale do Jequitinhonha atrelada a essa experiência missionária (SERVIÇO DE PASTORAL DOS MIGRANTES, 2013).

canaviais, mesmo sendo propagado o fim do corte de cana manual. Além disso, há descrições de trabalhadores rurais do Vale do Jequitinhonha indignados, pois as “máquinas estão tirando empregos e que daqui a pouco, não haverá trabalho manual nos canaviais” (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA, 2013).

Assim, podemos perceber nesta pesquisa, que mesmo com o maior incremento de máquinas nos canaviais, os trabalhadores do Vale do Jequitinhonha, ainda continuam o voo das andorinhas. Não apenas continuam o ir e vir, mas muitos estão voltando no caixão, pois perderam sua vida para a superexploração. Outros tantos estão voltando dos canaviais doentes, sem conseguir acessar seus direitos e sem ter forças nem para levantar a enxada, restando-os apenas, ficar atrás de políticas paternalistas e nas filas de cestas básicas dos municípios da região.

Grande parte desses trabalhadores, que vivenciam a migração temporária, afirmam que “corte de cana não é serviço de gente”<sup>5</sup>, mas ao mesmo tempo dizem que “se o corte de cana acabar, o Vale do Jequitinhonha também acaba”<sup>6</sup>. Será que é assim mesmo?

Vejo muitas crianças, como eu fui. Que convivem ainda na região, com seu pai pouco tempo no ano. Ainda vejo muitas “viúvas de marido vivo”. Ônibus buscando trabalhadores para os canaviais, não apenas nos paulistas como antes, mas nos canaviais do Brasil afora. Como também, para as mais diversas atividades. O Vale do Jequitinhonha é tratado como reservatório de força de trabalho!

E aos trabalhadores, sob o julgo do agronegócio, com poucas possibilidades como meu pai, resta a eles irem conforme a direção apontada pelo capital. Porém, não pensem que estes trabalhadores não resistem e lutam para melhorarem a vida na região e não precisarem migrar, para terem seus direitos nos canaviais, contra a superexploração. Ainda que muitos, silenciados pelo medo que o agronegócio canavieiro, sob a figura do usineiro, do gato e o fiscal, impõe. Os trabalhadores do Vale do Jequitinhonha estão cotidianamente em luta. Seguir o voo como andorinhas para os canaviais, ao custo muitas vezes da saúde e da própria vida, já é uma forma de resistência e de luta, de luta pela sobrevivência.

---

<sup>5</sup> Relato de trabalhador cortador de cana no período de entressafra durante missão do migrante na cidade de Berilo, Vale do Jequitinhonha - Minas Gerais (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA, 2013).

<sup>6</sup> Relato de trabalhador cortador de cana no período de entressafra durante missão do migrante cidade de Berilo, Vale do Jequitinhonha - Minas Gerais. (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA, 2013).



Embora muitos trabalhadores, com medo de terem seu nome na “lista negra”, e não poderem mais continuar o ir e vir da luta pela sobrevivência em direção aos canaviais, diante das estratégias capitalistas baseadas na violação de direitos trabalhistas e na superexploração da força de trabalho, os cortadores de cana vêm sendo movidos a criarem formas de resistência<sup>7</sup>, em uma perspectiva de confrontação coletiva (SCOTT, 2011). Pude acompanhar em 2012, como militante da Pastoral dos Migrantes, um momento de enfrentamento capital/trabalho, no canavial da Usina Alvorada do Bebedouro em Guaranésia- sul de Minas Gerais, onde 280 trabalhadores, cortadores de cana do Vale do Jequitinhonha, lutavam para receber seus direitos trabalhistas e voltar para sua região, sua família. Isso porque, conforme essa pesquisa buscou apresentar, quem vem pagando o preço pela expansão do agronegócio canavieiro, da liderança nas exportações do açúcar e álcool brasileiro, são os trabalhadores, principalmente, aqueles que estão no eito dos canaviais.

Nesse sentido, a temática proposta nesta dissertação, teve como questionamentos: Quais condições de trabalho que os trabalhadores rurais do Vale do Jequitinhonha vivenciam, no período em que estão migrando para o trabalho temporário no corte de cana? O que está na essência dessas condições de trabalho? Quais têm sido os impactos da mecanização do corte de cana sobre as condições de trabalho destes trabalhadores?

Desta forma, desenvolvemos para desvendar o objeto proposto, uma ampla pesquisa de cunho qualitativo, documental e bibliográfica sobre a produção acadêmica já existente acerca da dependência e da superexploração da força de trabalho, do desenvolvimento histórico da agricultura e do agronegócio canavieiro, bem como sobre a migração temporária, as condições de trabalho dos cortadores de cana e sobre o Vale do Jequitinhonha. Contamos ainda com levantamento secundário de outros estudos e de dados encontrados em sites confiáveis como Repórter Brasil, e sites do governo, onde constam informações relevantes sobre o agronegócio, pesquisa de instituições como (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – (DIEESE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- (IBGE)), além de dados divulgados pela União das Indústrias de Cana de Açúcar (ÚNICA).

---

<sup>7</sup> A respeito da resistência e de suas formas, consultar Scott (2011), para o autor poderíamos chamar “formas cotidianas de resistência camponesa- a prosaica- mas constante, luta entre campesinato e aqueles que procuram extrair-lhe trabalho, alimentos, impostos, rendas e juros. Assim, grande parte do campesinato “entre revoltas” para defender seus interesses da melhor forma que conseguem fazê-lo” (SCOTT, 2011, p. 219).

A propósito de nossas fontes primárias, vale destacar os procedimentos que adotamos para captação de dados e informações acerca da realidade social investigada. As informações sobre as condições de trabalho dos trabalhadores rurais do Vale do Jequitinhonha foram coletadas em documentos<sup>8</sup> (relatórios e fotos) da Pastoral dos Migrantes do Vale do Jequitinhonha (autorização para publicação em anexo 1). Estes documentos são relatórios e fotos das missões do migrante, encontros, reuniões e demais atividades realizadas pela Pastoral dos Migrantes nos municípios de Araçuaí, Berilo, e Novo Cruzeiro, no Vale do Jequitinhonha-MG.

Em geral estes relatórios, foram elaborados por agentes e colaboradores da Pastoral dos Migrantes do Vale do Jequitinhonha. Neles constam, relatos dos trabalhadores no período de safra e entressafra da cana, das dificuldades vivenciadas nas usinas (violação de direitos trabalhistas, greves, péssimas condições de trabalho, de alojamento, alimentação, o medo do avanço da mecanização do corte de cana, da resistência, etc) e nas regiões de origem (perda de lavoura devido a estiagem prolongada, as poucas possibilidades de emprego, etc). Somou-se, a estas informações e dados, o acompanhamento enquanto colaboradora da Pastoral do Migrante do Vale do Jequitinhonha do conflito capital/trabalho, ocorrido na usina Alvorada do Bebedouro, em Guaranésia, outubro de 2012, participando de reuniões com os trabalhadores, ocupação da BR 491 que liga Minas a São Paulo e audiência de conciliação entre trabalhadores e usineiro da Asturias Agrícola S.A, ligado a Usina Alvorada do Bebedouro no Fórum de Guaranésia-MG. As informações estão organizadas em relatório da Pastoral dos Migrantes.

Sendo assim, foram consultados documentos como: os relatórios e arquivo de fotos da Pastoral dos Migrantes, dos anos 2011, 2012, 2013, os Planos de Recuperação Judicial – PRJ

---

<sup>8</sup> Tendo por referência Appolinário (2009 ); Oliveira (2007); May (2004), ressalta-se que essa pesquisa possui estratégia documental, já que possui documentos e bibliografias como principais fontes de informação. Cabe destacar, que a pesquisa documental caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, fotografias, entre outras matérias de divulgação. Optou-se pela pesquisa documental, por existir um acervo de documentos (relatórios, fotos e vídeos) na Pastoral dos Migrantes do Vale do Jequitinhonha, que oferecem elementos necessários para a compreensão do objeto estudado. Tendo em vista a grande quantidade de documentos no acervo da Pastoral do Migrante, optou-se por utilizar os documentos dos três últimos anos e que abordem as condições de trabalho dos trabalhadores migrantes cortadores de cana no período de safra. Além dos documentos da Pastoral dos Migrantes, utilizou-se de documentos como ata de audiência no Fórum de Guaranésia-MG, pautas de reunião dos trabalhadores organizados pela Central Única dos Trabalhadores-CUT. Estes documentos ofereceram elementos para conhecer as condições de trabalho dos cortadores de cana em sua região de destino, como também perceber que a superexploração da força de trabalho enquanto compensação dos termos de troca é determinante para os trabalhadores rurais do Vale do Jequitinhonha que migra temporariamente para o corte de cana.

do Grupo Camaq de 2012 e 2014, elaborado pela empresa Exame e Auditores Independentes. Foi consultado ainda, o documento elaborado pela Central Única dos Trabalhadores – (CUT), onde estão organizadas as pautas dos empregados rurais cortadores de cana da empresa Asturias Agrícola S.A, elaboradas durante o conflito de Guaranésia ocorrido em 2012 (em anexo 2). Cópia da ata da audiência entre trabalhadores, sindicatos e donos da usina, ocorrido no Fórum de Guaranésia, no dia 05 de outubro de 2012 (em anexo 3).

Para responder as questões nesta pesquisa, o capítulo 1 apresenta uma reflexão sobre o processo de modernização da agricultura, focando o agronegócio canavieiro brasileiro e procurando ressaltar os aspectos de dependência<sup>9</sup> e superexploração do trabalho. A reflexão, em torno da dependência e superexploração do trabalho, foram privilegiadas por entendermos que as especificidades do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho são determinantes, tendo em vista o papel ocupado pelo agronegócio canavieiro no mercado mundial. Como também, a superexploração da força de trabalho, enquanto elemento central, do aprofundamento da dependência e que tem implicado o desgaste prematuro, adoecimento e morte dos trabalhadores. Esse capítulo abordou ainda o processo de modernização, desregulamentação e reestruturação do agronegócio canavieiro, como atrelado ao aprofundamento da dependência e da superexploração do trabalho.

No capítulo 2, abordamos a expansão do agronegócio canavieiro, no contexto de reestruturação do setor, ressaltando a intensificação do processo de mecanização do corte de cana pós anos 2000. O ano 2000 não foi escolhido aleatoriamente, mas por essa década ser marcada pela reedição do Proálcool e por um novo impulso da expansão canavieira brasileira (SANTOS, 2013). Procuramos entender o processo de trabalho, no corte de cana e, apontar ainda, a migração temporária, enquanto um elemento que favorece uma maior subordinação dos trabalhadores e em contrapartida o aumento das taxas de lucro do agronegócio canavieiro.

Seguindo nossa esteira de reflexões, o capítulo 3 foi construído com o objetivo de apresentar o impacto da modernização da agricultura sobre o Vale do Jequitinhonha, enquanto um determinante para a formação de uma massa de trabalhadores rurais que se submetem ao processo de migração temporária para o corte de cana, possibilitando por meio da utilização de mecanismo de superexploração da força de trabalho dos cortadores de cana, o aumento da

---

<sup>9</sup> Nos próprios termos de Marini (1973) a dependência é “[...] uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2005, p.141).

lucratividade no agronegócio canavieiro. Para tanto, escolhemos como objetivos, desenvolver uma reflexão crítica capaz de apontar os dilemas, limites e contradições do processo de modernização do agronegócio canavieiro no Brasil. Compreender como esta modernização se articula com a formação de uma massa de trabalhadores temporários, que são indispensáveis para garantir a retomada do ciclo de crescimento do capital no setor. Discutir como este mecanismo de compensação das trocas desiguais se reflete na superexploração dos trabalhadores rurais do Vale do Jequitinhonha que migram temporariamente para o corte da cana. Procuramos destacar ainda, o conflito de Guaranésia, como um exemplo de resistência dos trabalhadores diante da superexploração que se acirra.

Após a construção dessa reflexão, chegamos à conclusão de que o modelo de desenvolvimento adotado pela produção canavieira, pautado no agronegócio, vem se sustentando, na expropriação, superexploração e na degradação das condições de trabalho dos cortadores de cana. Embora marcados por um contexto histórico de enfraquecimento dos instrumentos de reivindicações e lutas dos trabalhadores, é importante destacar que os trabalhadores rurais, cortadores de cana, ainda travam lutas e constroem formas de resistência, sendo o conflito de Guaranésia apenas um dos tantos que ocorrem Brasil afora. Portanto, acreditamos que somente a construção e fortalecimento da consciência de classe para si<sup>10</sup>, podem levar ao movimento de luta organizada mais amplo, fazendo com que os trabalhadores possam libertar-se do medo que os silenciam e da superexploração que se acirra, e assim construir uma nova sociedade, contraposta as bases que fundamentam o capitalismo dependente brasileiro.

---

<sup>10</sup> Buscando designar o estado de consciência das classes sociais Marx utiliza-se de duas expressões, Classe em si, uma classe quando não alcança a consciência e Classe para si, aquela que já adquiriu consciência de seu papel social, passando a defender os interesses de classe, Marx (1985).

## **CAPÍTULO I – MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: DEPENDÊNCIA E SUPEREXPLORAÇÃO NA HISTÓRIA DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIR**

*“O passado que se esconde, às vezes se esconde mal, por trás das aparências do moderno (MARTINS, 1994, p.12).”*

A discussão proposta por este capítulo visa ampliar o debate para compreender o mecanismo de acumulação e exploração no setor sucroalcooleiro, inserido na dinâmica da economia mundial e o papel dos países da América Latina, mais especificamente do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho. Busca situar ainda a temática da dependência e da superexploração do trabalho, como determinantes das condições de trabalho, nas quais vêm sendo submetidos os trabalhadores, em especial os cortadores de cana.

De acordo com Ramalho e Moreira (2013), a produção agrícola brasileira, historicamente esteve atrelada aos interesses do grande capital legitimado pelo Estado, definindo qual atividade produtiva e quem seria a mão de obra mais interessante, a forma como seria dividida e usada a terra e para quem seria direcionada a produção. Nesse sentido, a adoção de um modelo de modernização da agricultura, pautado no conservadorismo, está relacionada diretamente aos interesses hegemônicos do grande capital internacional, interiorizados pelos países dependentes latinos americanos, influenciando a formação social e econômica brasileira. Como também, determinando o papel que historicamente a agroindústria canavieira tem ocupado no mercado mundial.

Desta forma, a agroindústria canavieira, por meio da superexploração da força de trabalho, vem resultando na degradação, adoecimento e morte de trabalhadores cortadores de cana. Como também, vem assegurando que o Brasil, seja um dos maiores exportadores de agrocombustíveis e *commodities* do mundo. Reproduzindo assim, com forte presença do Estado e capital estrangeiro, a posição na Divisão Internacional do Trabalho, de país dependente, o qual pauta sua modernização e seu modelo de desenvolvimento, na expropriação dos recursos naturais e na superexploração da força de trabalho (DELGADO, 2010).

### **1.1. A dependência e a superexploração da força de trabalho no Brasil**

A história do capitalismo na América Latina, especificamente no Brasil, carrega algumas especificidades em relação à forma pura do modo de produção capitalista. Assim, é importante entendermos que o capitalismo é um sistema em conjunto e o seu funcionamento é

dado cada vez mais de forma global e integrada (MARINI, 2005). Assim, consideramos centrais a categoria dependência e superexploração da força de trabalho, apresentada nos termos de Ruy Mauro Marini.

Para Marini (2005), os países latino-americanos se estruturaram após a independência política em torno dos interesses ingleses de expansão dos mercados para a exportação de suas mercadorias e de capitais. Essa estrutura de submissão aos interesses do mercado mundial permanece até a atualidade, sendo expressa pela subordinação dos países latino-americanos a uma relação internacional de dependência econômica (GALEANO, 2010). Portanto, a independência política perpetuou a dependência econômica e cultural aos grandes centros capitalistas, pois como será evidenciado, não foi possível suprimir as relações de produção que estão entrelaçadas a essa dependência histórica estrutural (MARINI, 2005).

Santos (2013), em sua tese de doutoramento intitulada *O moinho satânico do agronegócio canavieiro no Brasil: dependência e superexploração do trabalho na região de Ribeirão Preto-SP*, colocando centralidade da teoria da dependência de Ruy Mauro Marini para tal compreensão, ressalta que historicamente a produção agrícola brasileira se estrutura em três pilares: no latifúndio, na monocultura e na superexploração da força de trabalho.

Nesse sentido, sustentado sobre esses três pilares, os países dependentes cumpriram dentro da Divisão Internacional do Trabalho, as funções de oferecer produtos da agropecuária e matéria prima para os países centrais. Marini (2005) mostra que foi um sucesso a forma que a América Latina cumpriu sua primeira função, pois possibilitou que os países centrais se especializassem na atividade industrial e que a sua população se liberasse em grande medida, ficando à disposição nas cidades, formando assim, a classe operária europeia. Já a segunda função, de oferecer matéria-prima, é para Marini (2005) a relação mais duradoura entre América Latina e países centrais, e permanece mesmo depois de ter alcançado um novo estágio na Divisão Internacional do Trabalho. Desta forma, a relevância da análise deste autor cresce conforme se aprofunda o desenvolvimento do capitalismo.

Além de facilitar o crescimento quantitativo do capitalismo, contribuíram para uma mudança qualitativa na exploração do trabalho. A produção nos países centrais deixa de ser fundada na expansão da exploração via mais valia absoluta (aumento da jornada de trabalho) e passa a incorporar também uma massa de mais valia relativa (diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução da força de trabalho). Em contrapartida, na América Latina aumenta-se o nível de exploração dos seus trabalhadores, se configurando

num processo, de acordo com Marini (2005), de acumulação baseado na superexploração do trabalho.

Desta forma, a desvalorização da força de trabalho na Europa, portanto, teve a contribuição da América Latina na oferta de forma farta e barata de alimentos para a classe trabalhadora europeia. Conforme o preço da cesta de bens dos trabalhadores é diminuído, reduz-se também a relação entre o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente. Com o aumento da capacidade produtiva do trabalho, passa-se a requerer uma quantidade maior de matérias primas, cumprindo a América Latina também, a função de oferecer matéria prima farta e barata aos países centrais.

Para Marini (2005), as diferentes composições orgânicas entre os setores que se distribuem de forma heterogênea entre os países na Divisão Internacional do Trabalho levam a um processo de trocas desiguais. Este transfere valores produzidos nos países de menor composição média para os de maior composição, na dissimulação dos valores em preços de produção. Na concorrência entre os capitais, à mobilização e imobilização destes entre os distintos ramos produtivos, haverá uma tendência no longo prazo de equalização das taxas de lucro, que se dará via transferências de valor.

Nesta relação entre países, a saída que as economias dependentes encontrarão será, via ganhos de escala e superexploração do trabalho e dos recursos naturais, como mecanismo de compensação das desigualdades nos termos de troca. Com isso, os países latino-americanos exportam matérias primas e alimentos, produzidos em setores com uma, relativamente, baixa composição orgânica do capital para os países centrais e importa deles manufaturas industrializadas em setores de elevadas composições. Este é o segredo das trocas desiguais, visto que nos primeiros, produzem-se mercadorias que necessariamente serão vendidas por preços abaixo do seu valor no mecanismo de equalização tendencial das taxas de lucro. Este mais valor produzido será apropriado pelos últimos, via maiores preços relativos que obterão associados aos seus produtos, que aparecerão acima do valor que possuem. As classes dominantes da América Latina resolveram essa contradição com a incorporação do latifúndio à agricultura, da monocultura e da superexploração de sua força de trabalho, determinando na adoção de um modelo de desenvolvimento da agricultura pautado na concentração e centralização de terras e capitais.

Desse modo, o processo de superexploração da força de trabalho é nos termos de Marini (2005), fundamento da dependência. E diz respeito a uma forma particular de

exploração, consistindo a mesma, na violação do valor da força de trabalho. Esta contradição, no desenvolvimento do capitalismo no Brasil, faz com que o trabalhador seja remunerado abaixo do valor da sua força de trabalho, ficando limitado na quantidade de bens necessários para a reprodução de sua subsistência, causando o atrofiamiento do mesmo. Como também, compromete a possibilidade de desenvolvimento do mercado interno, o que não é de interesse ao setor que se pauta na primazia às exportações.

Osório (2013), afirma que o alto grau de concentração de terra e renda, tende a ser uma das principais características dos países dependentes, que favorece a permanência da superexploração. Assim, os bens produzidos nos países dependentes não serão para o consumo de seus próprios trabalhadores, realizam-se nos mercados dos países centrais, independente do desenvolvimento dos mercados internos, nos países periféricos. Diferente da forma como o capitalismo se desenvolveu na Europa, com base na constituição de vastos mercados internos de produtos e trabalhadores “livres” para vender sua força de trabalho.

Para Mancio e Moreira (2012), nessa relação dialética, onde o subdesenvolvimento é a outra face do desenvolvimento, há um aprofundamento da dependência da América Latina, pois cada vez mais cresce a espoliação das riquezas que resulta em uma transferência de valor dos países subdesenvolvidos para os desenvolvidos. De acordo com Marini (2005), nos países dependentes, como a maior parte da produção é destinada à exportação, ocorre uma separação das esferas de produção e circulação. Esta se divide ainda em uma esfera do consumo dos capitalistas e a outra dos trabalhadores, garantindo a importação dos manufaturados dos países centrais, completando a relação de dependência e superexploração. Isso ocorre, principalmente porque a América Latina é incorporada na Divisão Internacional do Trabalho não para atender suas exigências, mas para uma demanda externa já existente.

Mesmo incorporando uma maior composição orgânica do capital, no período de industrialização da América Latina, onde se aumentou a produtividade no trabalho por meio do incremento de modernização técnica e organizacional, permanece inalterada a base da superexploração do trabalho. Marini (2005) ressalta que as configurações assumidas na economia internacional sob a égide estadunidense a partir de 1950, são responsáveis por esse modelo de industrialização dos países dependentes financiados pelo capital estrangeiro. Essa importação de capital estrangeiro é resultado da concentração de capitais nos países centrais



que impõem a necessidade de suas grandes corporações imperialistas<sup>11</sup> investirem, devido à maior lucratividade, nos setores industriais das periferias. Essa maior lucratividade, em grande medida, é proporcionada pela superexploração do trabalho, favorecida pela existência de enorme superpopulação supérflua e pela abundância de recursos naturais disponíveis.

Nesse sentido, a importação de tecnologias embora possibilitasse elevar a produtividade no trabalho, não suprimiu a superexploração, que se manifesta dentre várias formas, nas condições degradantes de trabalho e nas mortes prematuras por exaustão. O trabalhador continua a ser remunerado abaixo do valor de sua força de trabalho e o setor agrícola e extrativo mineral continuam a ter papel predominante na pauta de exportações destes países e na acumulação do capital em escala mundial. Osório (2013) observa que neste breve processo de industrialização, houve a impressão que esse quadro seria revestido. Entretanto, de acordo com Delgado (2010) na atualidade vem prevalecendo a especialização primária, pautada na superexploração do trabalho.

Nesta perspectiva, dentro da Divisão Internacional do Trabalho, de acordo com Mancio e Moreira (2012), ocorreu o aprofundamento da dependência dos países da América Latina, abortando a diversificação e industrialização dos anos 1950 e sendo imposta uma forte especialização na produção de *commodities* e bens primários em geral. Assim, o capital estrangeiro detém o comando sobre o financiamento, a comercialização e a produção nos países dependentes e vem alcançando seus objetivos de se apropriar por meio de operações financeiras, remessas de lucros e dividendos, de uma parte cada vez maior da mais valia produzida nestes países. Delgado (2010) corrobora com este mecanismo e conclui destacando como resultado do processo, o constrangimento do crescimento econômico a padrões de subdesenvolvimento.

Convém enfatizar, que este processo deliberadamente incentivado pelo Estado brasileiro, avança em consonância com os interesses dos países desenvolvidos, financiado em grande medida pelo endividamento público externo. Nesse sentido, Mancio e Moreira (2012) mostram que o direcionamento dos investimentos atuais e futuros do Estado brasileiro via

---

<sup>11</sup>Em sua obra “imperialismo etapa superior do capitalismo”, Lênin (1982), enfatiza que o imperialismo é a fase superior do capitalismo monopolista, marcada pela dominação dos monopólios e do capital financeiro, tendo como uma das principais características o controle do capital financeiro sobre o capital dinheiro, sendo potencializando pelos bancos. Essa concentração ampliada de capitais leva a alteração qualitativamente as relações sociais, sendo impostas novas formas econômicas, sociais, políticas e ideológicas de caráter mundial.

Banco Nacional de Desenvolvimento- (BNDES), estão voltados ao mercado de *Commodities* (mineração, petróleo, alimentos, setor sucroalcooleiro, etc). Os autores ressaltam ainda que o BNDES é o segundo maior Banco do mundo, sendo que o direcionamento desses investimentos tem como resultado, o processo de reprimarização da economia brasileira. Nesse sentido, a reprimarização da economia, se expressa pelo aumento nas exportações brasileiras de produtos primários, de origem agrícola e mineral e em contrapartida diminuição das exportações dos produtos manufaturados, resultando no aprofundamento da relação de dependência e da superexploração da força de trabalho.

Cabe destacar que a superexploração da força de trabalho está relacionada à diminuição do fundo de vida e consumo do trabalhador. Essa diminuição, visando aumentar a taxa de lucro vem se aprofundando no Brasil, com destaque a partir da década de 60, no período do Golpe Militar de 1964<sup>12</sup> e da intensificação da modernização da agricultura, resultando no crescimento sem precedentes na história do país, da expropriação das condições de reprodução dos trabalhadores, uma maior submissão do país ao mercado mundial, como também da reafirmação da superexploração do trabalho como base da acumulação capitalista no Brasil (MARINI, 2012). Como também, na década de 90, por meio da reestruturação do processo de trabalho, com a intensificação da intensidade do trabalho, da adoção de políticas de gestão pós-fordistas, levando à desregulamentação e flexibilização dos direitos trabalhistas.

Este contexto, marcado pelo aumento da intensidade do trabalho e da qualificação da força de trabalho, foi acompanhado pela tendência prevalecte de queda salarial, se configurando o aprofundamento da superexploração da força de trabalho (OSORIO, 2013). Martins (2013) resgatando o Cap. XXIII d'O Capital em Marx (1996) resalta que a existência no Brasil de uma imensa superpopulação supérflua, favorece a permanência da superexploração, mesmo que a reversão nos termos de trocas possa ter suavizado-a.

Mathias Seibel Luce, em seu texto *A superexploração da força de trabalho no Brasil: evidências da história recente* (2013) procura destacar, que durante os governos Lula e Dilma,

---

<sup>12</sup> De acordo com Marini (2012), o Golpe Militar de 1964, teve como principais medidas adotadas voltada a reafirmação da superexploração do trabalho como mecanismo básico de acumulação capitalista no Brasil: a lei antigreve, o arrocho salarial, esforços para acabar com o direito a estabilidade no trabalho, somando-se a repressão dos meios de organização política e o controle dos sindicatos.

em comparação com a década de 1990, sucedeu o aumento do poder de compra do salário mínimo, em contrapartida da intensificação de mecanismos que se configuram na superexploração da força de trabalho. Sustenta o autor que mesmo com o reajuste no salário mínimo, o mesmo, encontra-se ainda muito aquém de suprir o salário mínimo necessário para a reposição do desgaste do trabalhador. Em contrapartida, vem ocorrendo o aprofundamento dos mecanismos que se configuram a superexploração da força de trabalho, dentre eles, o aumento na jornada de trabalho, cumprindo 40% dos trabalhadores jornadas semanais acima de 44 horas. Assim, mesmo com o pagamento sistemático de horas extras, há uma impossibilidade de repor o desgaste do trabalhador, apropriando-se o capital do fundo de vida deste trabalhador (LUCE, 2013).

Para Luce (2013, p.155) “com isso, o sobredegaste de sua corporeidade físico-psíquica tende a levar à piora de suas condições de vida, ao adoecimento e ao esgotamento prematuro de seu tempo de vida útil.” Essa submissão dos trabalhadores a tal desgaste, que consome sua própria vida, é resultado da remuneração abaixo da quantidade necessária para a reprodução de sua força de trabalho.

Dentre os indicadores da existência da superexploração da força de trabalho, são apontados por Luce (2012), os acidentes de trabalho, doenças laborais, a morte dos trabalhadores, ou seja, o desgaste da corporeidade físico-psíquica do trabalhador, enquanto tendência atual do capitalismo brasileiro, para reverter à queda da taxa. Nesse sentido, percebe-se que estes indicadores se apresentam na condição de trabalho dos cortadores de cana no agronegócio canavieiro. De acordo com Ramalho e Moreira (2013), estes trabalhadores são fortemente marcados pelo desgaste prematuro, adoecimento e morte.

Esta característica do capitalismo dependente brasileiro, sustentado na expropriação e na superexploração da força de trabalho, são determinantes para entendermos o atual papel do país na Divisão Internacional do Trabalho, como também o custo social que vem recaindo sobre o conjunto da classe trabalhadora. Assim, mesmo com o aumento da composição orgânica do capital, por exemplo, através da mecanização da atividade de corte de cana, ainda permanece aquém das distintas composições dos países centrais, não sendo suficiente para liquidar o mecanismo das trocas desiguais. Isso porque, a superexploração da força de trabalho no Brasil, é inerente ao modelo de desenvolvimento dependente historicamente

adotado, sendo a única forma de rompê-lo, é a superação da ordem estabelecida pela Divisão Internacional do Trabalho.

Desta forma, a condição de dependência da América Latina na atualidade não só permanece, mas vem sendo aprofundada. Tal dado pode ser observado na agricultura brasileira, principalmente devido ao seu modelo de modernização centralizador e concentrador que vem prevalecendo na mesma. Este modelo de modernização da agricultura adotado a partir da década de 60, pautado na expropriação e superexploração da força de trabalho, é determinante para a posição ocupada pelo agronegócio<sup>13</sup> canavieiro brasileiro no mercado mundial, como a análise irá apresentar a seguir.

## **1.2. Modernização da agricultura brasileira e a superexploração da força de trabalho**

Parte-se do pressuposto inicial que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil tem como peculiaridade determinante a sua inserção dependente na Divisão Internacional do Trabalho, analisados por Marini (2005). Assim, as mudanças na dinâmica capitalista causaram modificações na agricultura brasileira, impulsionadas pelo processo de modernização<sup>14</sup>. No caso da mecanização da agricultura, começou a ser mais expressivo, no período de sua modernização, a partir da década de 60. Período este, marcado não de forma acidental, mas circunstancial pelo processo de militarização do capitalismo brasileiro, resultado do Golpe Militar de 64 (MARINI, 2012).

Delgado (2001) ressalta que o modelo brasileiro de desenvolvimento da agricultura, implantado pós década de 60, nasceu com a derrota da proposta de desenvolvimento pautada

---

<sup>13</sup> O termo do agronegócio foi cunhado a partir do conceito americano agrobussines, sendo importado pelo Brasil com o objetivo de garantir legitimidade social e política, “servindo de base ideológica para explicar a continuidade do apoio estatal para o latifúndio e para a intensificação do uso de insumos industriais na agricultura (MEDONÇA, 2013; p.28)”. Nossa compreensão deste termo articula além da dimensão econômica e organizacional, relações políticas de coordenação do processo produtivo como explica Christoffoli “...designa, numa versão crítica, a articulação técnica, política e econômica dos elos representados pelos segmentos produtivos de insumos para a agricultura, do mercado de trabalho e de produção agrícola, bem como as etapas de armazenagem, processamento e distribuição dos produtos agrícolas, agora articulados pelo capital financeiro em escala internacional, numa dinâmica de abertura de mercados e globalização neoliberal da economia.” (CHRISTOFFOLI, 2012, p. 74).

<sup>14</sup> De acordo com Alentejano (2012, p.478) o processo de modernização da agricultura brasileira foi concebido e planejado como contraponto às propostas de Reforma Agrária gestadas no âmbito da esquerda brasileira ao longo dos anos de 1950-1960. De acordo com os defensores da modernização, seria possível desenvolver plenamente a capacidade produtiva da agricultura brasileira sem a distribuição de terras, numa visão das funções clássicas da mesma, apenas para o fornecimento de alimentos, matérias primas e mão de obra para o processo de industrialização e urbanização crescentes. Contraditoriamente ao que defendiam os partidários da Reforma Agrária que levavam em conta as questões sociais advindas da desigualdade como limite ao próprio desenvolvimento econômico.

na Reforma Agrária. Impulsionado para responder aos intensos movimentos de urbanização e industrialização, combinado com a diversificação da produção, principalmente, devido ao processo de substituição de importações, esse novo modelo marcou a mudança da base técnica da agricultura, através da criação em 1965 por parte do Estado de um Sistema Nacional de Crédito Rural- (SNCR), direcionado a financiar tal modernização.

Esse processo ocorrido na agricultura recebeu várias qualificações; modernização retardatária, modernização dolorosa, modernização violenta, modernização conservadora, revolução verde. Esses adjetivos dizem respeito à produção, produtividade, incorporação de capital, progresso técnico, dentre outros, resultando em um processo de avanço e modificações técnicas na produção e na constituição do modelo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil (ALVES, 1991).

Na descrição da “*modernização dolorosa*”, nos termos de Graziano da Silva (1982), no caso brasileiro, a modernização da agricultura ocorreu de forma a privilegiar algumas culturas, regiões, como também as grandes e médias propriedades. Para Marini (2005), esse momento marcou o aprofundamento da dependência do país aos interesses dos países centrais, levando ao aumento da concentração, centralização de terras e capitais, da expropriação e da superexploração da força de trabalho e de recursos naturais. Portanto, significou um processo de “modernização induzida através de pesados custos sociais e que só se vinga pelo amparo do Estado” (GRAZIANO SILVA, 1982, p.44).

Delgado (2003) identifica que, as políticas agrícolas do Estado em tempos de ditadura militar estimularam:

(...) a adoção de pacotes tecnológicos da “revolução verde”, então considerados sinônimos de modernidade, e incentivou-se um enorme aprofundamento das relações de crédito na agricultura, mediando a adoção desses pacotes com volumosas subvenções financeiras. (DELGADO, 2003; p.59)

Assim, o amparo do Estado contou com incentivo direto do SNCR, enquanto uma forma de articulação entre crescimento econômico e da implementação de mudanças em todas as fases de produção, resultando na integração entre a agricultura/indústria (ALVES, 1991).

O acesso a este sistema de crédito tinha como condicionalidade, um pacote tecnológico formado por incentivos para uso de insumos químicos e implementos agrícolas, objetivando a melhoria do sistema produtivo e resultando na padronização do sistema de

produção agrícola. Nesse sentido, os insumos considerados modernos, principalmente, fertilizantes, defensivos e a mecanização, passam a ser fortemente utilizados e financiados (GRAZIANO SILVA, 1982).

Desta forma, o SNCR foi direcionado à intensificação de mudanças na base técnica de produção agrícola, seguida por mudança nas relações de trabalho, com a substituição crescente de relações pré-existentes (parceiro, meeiro, agregado, etc), pelo trabalho assalariado.

Para Nakatani *et.all.* (2012), o processo de modernização da agricultura brasileira tem na grande quantidade de terras agriculturáveis e na enorme massa de força de trabalho excedentes, expressões que favorecem a permanência da superexploração da força de trabalho. Além disso, essa modernização não significou uma mudança na forma de exploração da terra de extensiva para intensiva, mas ocorreu uma complementaridade entre ambas, favorecidas pelas grandes extensões de terras herdadas historicamente pelo predomínio da estrutura agrária, dominada pelo latifúndio.

É importante reafirmar que, o principal impacto dessa modernização foi o aumento da concentração e centralização de terras e capital, abertura para o capital estrangeiro, levando ao aprofundamento da dependência brasileira aos interesses dos países considerados desenvolvidos, via superexploração do trabalho e um imenso custo social. Isso ocorreu principalmente, por meio dos incentivos fiscais que favoreceram as médias e grandes propriedades e a produção especializada para a exportação. Ficando as pequenas propriedades, pouco incentivadas e com a função de atender a produção de alimentos voltados ao mercado interno. Assim, para manter o lucro nas exportações, os grandes proprietários intensificam a taxa de exploração dos trabalhadores e o Estado criou linhas de créditos para financiá-los. Desta forma, o Estado não optou pela redistribuição de renda e terras, a qual poderia diminuir as desigualdades sociais, mas, por um modelo que levou ao aprofundamento da questão agrária<sup>15</sup>, por meio do aumento da produtividade agrícola destinada à exportação, sob os pilares da superexploração e da expropriação dos trabalhadores.

---

<sup>15</sup>Kaustsky (1968), buscando analisar o desenvolvimento da agricultura moderna na Prússia, ressalta que “a questão agrária segundo o método de Marx, não se deve equacionar apenas o problema de saber se a pequena exploração tem ou não futuro na agricultura. Deve-se, ao contrário, pesquisar todas as transformações experimentadas por esta última no decurso do regime de produção capitalista. Deve-se pesquisar se e como o capital se apodera da agricultura, revolucionando-a, subvertendo as antigas formas de produção e de propriedade, criando a necessidade de novas formas” (KAUSTSKY, KARL, p.57; 1968). Isso levanta então, as contradições no desenvolvimento do capitalismo na agricultura, que conformarão em cada momento histórico, e em cada região, a questão agrária.

Destaca Martins (1999), que a partir da década de 1950, as relações de trabalho no campo foram se alterando. Aos poucos, os trabalhadores permanentes que residiam nas propriedades vão sendo substituído por trabalhadores avulsos ou volantes, utilizados apenas na época do plantio e/ou da colheita. Desta forma, os fazendeiros passaram a investir em culturas comerciais, dentre elas, a cana de açúcar, em terras que eram destinadas à produção de subsistência dos trabalhadores.

O panorama apresentado foi assegurado, pela repressão e por medidas jurídicas, como a criação do Estatuto do Trabalhador Rural<sup>16</sup> em 1963 e do Estatuto da Terra<sup>17</sup>, em 1964. Essas legislações representaram para Silva (1999), uma violência legal e aberta do Estado, a qual garantiu a modernização do campo brasileiro. Segundo ela:

Essas leis não só regulamentaram a expulsão como também legitimaram a condição de volante, do excluído da lei pela lei. Esse processo de valorização da força de trabalho permitiu os sucessos da modernização agrícola (MORAES SILVA, 1999; p.66-67).

Desta forma, a prevalência do trabalho temporário na agricultura é resultado do processo de aprofundamento do capitalismo no Brasil, o qual retirou do trabalhador todos os meios necessários para a sua reprodução, obrigando-o a vender a única mercadoria que o resta: a força de trabalho. Essa venda, na agricultura passa a ser condicionada aos ciclos agrícolas, já que no caso da cana de açúcar, é no período de safra que é requerida maior contratação de trabalhadores, grande parte desses são migrantes temporários. Estes trabalhadores migrantes que passam temporariamente a ser incorporados, no pós década de 1960, são oriundos de regiões pauperizadas, dentre elas o nordeste Brasil e o Vale Jequitinhonha-MG.

Nakatani *et.all.* (2012), ressaltam que nesse período, além de ocorrer uma transferência de capitais da agricultura para indústria, iniciou-se um processo de migração campo-cidade, mais intenso e violento da história do país, sendo essa a origem dos graves problemas sociais vivenciados pelas cidades. Relatam os autores:

---

<sup>16</sup> O Estatuto do Trabalhador Rural estendia as leis trabalhistas os trabalhadores rurais, e regulamentava os sindicatos rurais, todavia o Estatuto favoreceu a expulsão dos trabalhadores das fazendas (MORAES SILVA, 1999).

<sup>17</sup>Segundo Martins (1988) o Estatuto da Terra, representou um programa alternativo de Reforma Agrária, removendo os obstáculos á entradas do capital no campo.

Migrantes advindos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste promoveram verdadeiras explosões demográficas no Rio de Janeiro, em São Paulo e demais capitais do Centro-Sul do país, constituindo mão de obra excedente que, ao lado da legislação trabalhista vigente, pressionou de forma negativa os salários solapando qualquer possibilidade de uma relação capital/trabalho minimamente aceitável (NAKATANI et. all., 2012; p. 222).

Ruy Mauro Marini (2012), em sua obra “*Subdesenvolvimento e Revolução*”, explicitam os efeitos sobre os trabalhadores rurais brasileiros, desse processo de modernização conservadora, violenta e dolorosa:

Desde 1964, diante da pressão que a escalada dos preços agrícolas exercia sobre a taxa da inflação, o governo optou pela solução de conter os preços pela força, oferecendo como contrapartida aos latifúndios melhores condições para exploração do trabalhador. A mecanização da agricultura, a extensão da legislação trabalhista no campo- que gerou a redução do número de empregados fixos nas fazendas – e a ampliação da área dedicada à pecuária: tudo isso fez com que o pequeno produtor (parceiro, “posseiro”, minifundista) fosse arrancado da terra, transformada em boia fria e incorporada ao proletariado agrícola. Desta forma, o pequeno produtor não apenas perdeu a possibilidade de prover parcialmente sua própria subsistência (mediante a produção própria), mas também – em virtude do grande aumento da mão de obra- viu cair enormemente sua remuneração. O trabalhador rural já não pode sequer se manter no campo: expulso da terra termina indo viver na periferia dos grandes centros urbanos mais próximos, de onde é levado as fazendas por intermediários, o que cria uma nova zona de ação para o capital, com a venda de força de trabalho alheia (MARINI, 2012; p. 262/263).

Contudo, esse processo de expropriação ocorrida no campo, resultou na retirada dos trabalhadores de todas as condições de reprodução, impulsionando o seu processo de migração para as cidades, na maioria das vezes não os convertendo em assalariados, mas em desempregados. Como também, formando uma massa de trabalhadores rurais, que para sobreviver passaram a se submeter ao assalariamento temporário<sup>18</sup>, principalmente em atividades sazonais. Assim, “a solução mais econômica para o proprietário que se moderniza passa a ser a substituição do trabalhador permanente pelo volante” (GRAZIANO SILVA, 1982; p.56).

Embora autores como Graziano Silva (1982); Silva (1999); Marini (2012) destaquem aspectos negativos do Estatuto do Trabalhador Rural, é importante ressaltar que a aprovação do mesmo permitiu a extensão de direitos trabalhistas e previdenciários a uma parcela dos trabalhadores rurais, já que a legislação trabalhista aprovada em 1934 protegia apenas os trabalhadores urbanos. Cabendo considerar ainda que, o Estatuto se efetivamente aplicado,

---

<sup>18</sup> Para Graziano Silva (1982, p.53), o trabalhador temporário representa não só aqueles totalmente despossuídos dos meios de produção, como também inclui muitos pequenos proprietários, posseiros, parceiros e arrendatários, que pela impossibilidade de se reproduzir nas pequenas propriedades rurais que possuem, se assalariam temporariamente e determinadas épocas do ano.



viria trazer mudanças econômico-sociais, importante para a estrutura agrária brasileira (FERRANTE, 1976).

É importante observar que essa relação de assalariamento rural temporário, não garantia os mesmos direitos que os assalariados urbanos ou rurais permanentes, negando ao sazonal o direito de carteira assinada, contrato de trabalho o ano todo, aposentadoria, dentre outros. Desta forma, os latifúndios passaram a contar com uma massa de trabalhadores “livres” e desprovidos de direitos sociais. Em geral, as empresas rurais não assumiam nenhuma responsabilidade ou ônus quanto à sua condição de trabalho e vida, além do salário utilizado como única garantia para a reprodução da força de trabalho (ALVES, 1991).

Segundo Delgado (2003), a agricultura brasileira entre 1965 a 1981, completou seu ciclo de modernização técnica e crescimento, sem que ocorresse alteração na estrutura agrária. Cabe destacar ainda, que como resultado da crise estrutural do capital e do forte endividamento externo, na década de 1980, o país se defrontou com um longo período de estagnação econômica interna, voltando à agricultura a ocupar um papel central na tentativa de reverter esse quadro.

Para Graziano da Silva (1996), a década de 80 foi marcada por forte arrocho salarial, pelo aprofundamento da superexploração do trabalho e em contrapartida pelo aumento dos preços de alimentos do consumo interno. Neste sentido, o autor aponta entre 1986 a 1990, dentre os salários rurais que sofreram com o arrocho salarial, os trabalhadores volantes são os que tiveram a maior perda, reduzindo mais de 50% do salário real. Essa política de arrocho salarial viabilizou o crescimento físico de excedentes voltados à exportação, fazendo frente à queda dos preços internacionais e possibilitou que os capitalistas passassem a comprar a força de trabalho de dois trabalhadores ao preço que pagava apenas um, levando ao aumento extraordinário da extração da mais valia. Assim, percebe-se que com a diminuição dos salários e aumento dos preços dos alimentos, os trabalhadores são obrigados a aumentar a intensidade e a jornada de trabalho e diminuir o consumo de alimentos necessários para sua reprodução, apropriando-se o capital, do fundo de vida e de consumo do trabalhador, tendo em vista a acumulação ampliada do capital na sua totalidade.

Desta forma, visando à geração de saldos comerciais expressivos, nesse período, houve o aumento das exportações dos produtos agrícolas tradicionais e processados, por meio da expansão da nova fronteira agrícola para o centro oeste (DELGADO; 2004).

Neste momento, o debate em torno da questão agrária voltou em cena, principalmente devido à redemocratização, fim da ditadura civil-militar e elaboração de uma nova carta constitucional. Porém, o que se manteve como modelo de desenvolvimento da agricultura hegemônico, foi o agronegócio. Relançado em 2000, no governo FHC, como carro chefe da política agrícola, tendo continuidade nos governos seguintes, esse modelo se expressa pela articulação entre expropriação e superexploração dos trabalhadores rurais, como estratégia que não implica apenas na expansão do latifúndio, mas também na imposição de uma forte especialização na produção de *commodities* agrícola e mineral, voltados à exportação e na oposição de qualquer iniciativa de democratização do mundo rural.

Para Nakatani et. al. (2012):

O agronegócio, o complexo industrial voltado para a agricultura, se impôs como realidade dominante, ampliando a tenebrosa articulação entre expropriação e exploração dos trabalhadores rurais. Estratégia que englobava não só a expansão do latifúndio e da produção especializada voltada para a exportação, mas uma restrição violenta nas importações, num típico ajuste recessivo-periférico.

Recentemente, o novo arranjo do agronegócio vem sendo defendido e propagado como modelo de desenvolvimento econômico. Este modelo dependente, excludente, perverso e conservador, vêm trazendo aos trabalhadores um contínuo processo violento de expropriação e de superexploração do trabalho, por meio da submissão dos trabalhadores a condições degradantes de trabalho, levando-os ao desgaste prematuro, adoecimento e morte. Neste sentido, a agroindústria canavieira é um bom exemplo, para entendermos o impacto da modernização da agricultura sobre os trabalhadores e quais implicações atuais vêm trazendo esse processo, conforme a análise irá apresentar a seguir.

### **1.3. O processo de modernização e desregulamentação da agroindústria canavieira brasileira.**

Buscando entender como se deu o processo de modernização da agroindústria canavieira, em um contexto de aprofundamento da dependência pautada na superexploração do trabalho, é importante ressaltar inicialmente, que mesmo no período de maior lucratividade, pouco era investido em melhorias técnicas na produção canavieira brasileira. Para Prado Junior (1994), o baixo nível técnico da agricultura, em especial da atividade canavieira no Brasil colonial, relaciona-se com abundância de recursos naturais que existiam no país, com a exploração da força por meio do trabalho escravo e principalmente devido ao

regime político administrativo, impostos pela metrópole portuguesa. Assim, a introdução de uma agricultura comercial extensiva, em larga escala e intensiva na exploração dos recursos naturais e da força de trabalho, favoreceu a permanência de uma estrutura agrária concentrada, que se utiliza da monocultura direcionada à exportação e pautada na escravização da força de trabalho.

Nesse sentido, a concentração de terras e de demais meios de produção, nas mãos de poucos no Brasil, vem contribuindo historicamente para a diminuição do padrão de vida da classe trabalhadora, como também para aumentar o domínio do capital sobre a força de trabalho. Essa concentração foi legitimada legalmente, principalmente por meio de duas legislações, a Lei de Terras, de 1850<sup>19</sup> e Estatuto da Terra, de 1964.

Desta forma, embora permaneçam resquícios que historicamente tem sustentado o modelo de desenvolvimento agrário, a modernização da produção canavieira na década de 1970 se sustentou em: grandes extensões de terras destinadas à monocultura para exportação, na superexploração da força de trabalho e sendo fortalecida por incentivos e financiamento público, reforçando a dependência ao mercado internacional, o qual vem interferindo nas condições de trabalho dos cortadores de cana.

Cabe destacar que o processo de modernização na agroindústria canavieira foi favorecido pelo surgimento do derivado da cana de açúcar, o etanol. Esse produto teve seus primeiros avanços em pesquisas a partir de 1920, estando relacionado ao período de recorrentes crises no mercado de açúcar, fazendo com que o setor canavieiro desenvolvesse novos derivados da cana de açúcar (FREDO et.al., 2012). Nessa perspectiva de análise, a modernização da agroindústria canavieira foi patrocinada em grande parte por incentivos do Estado, intensificando sua intervenção a partir dos anos de 1930, como resposta à superprodução devido à crise de 1929, a qual resultou na diminuição nas exportações e a crise no setor canavieiro.

O marco regulatório 19.197 de 1931 do governo federal, garantiu a criação de mercado para o etanol, já que o combustível dos carros passou a ter obrigatoriedade de 5% de álcool na gasolina. Nesse período, o Brasil não produzia petróleo e dependia totalmente da

---

<sup>19</sup>[...] o objetivo dessa legislação era bloquear o acesso a terra por parte da população supostamente livre (dado o esgotamento da escravidão), antecipando o que poderia ser uma ameaça ao poder de parcela da elite nacional, qual seja, a quebra do monopólio da terra. (NAKATANI et.all., 2012; p.219)

importação da gasolina (FREDO et.al., 2012). Além disso, foi criado em 1933, o Instituto do Açúcar e Álcool (IAA)<sup>20</sup>, com a função de controlar, normatizar a produção destes produtos em todo o país, como também participar da produção de álcool anidro com a instalação e fomento das destilarias centrais (ALVES, 1991). Os incentivos financeiros e administrativos do IAA garantiram que a agroindústria canavieira deixasse de ter prejuízo, incentivaram o desenvolvimento do mercado interno e a transferência do eixo de produção do nordeste para o centro-sul. Favoreceram ainda, a ampliação da produção de álcool e açúcar, através do financiamento para a construção de destilarias anexas e usinas (SZMRECSANYI; MOREIRA, 1991).

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), houve a diminuição do volume de exportações no Brasil, tanto no açúcar, como nos demais produtos. Sendo impulsionado o processo de substituição de importações e o desenvolvimento do parque industrial nacional, financiado pelo capital estrangeiro. Neste contexto internacional de crise do capital, relacionada também à crise do petróleo, ocorreu o restabelecimento da produção açucareira voltada para exportação. Assim, “com a escassez dos derivados do petróleo, há uma valorização da produção do álcool, especialmente o anidro, cuja mistura à gasolina, ainda durante a Segunda Guerra passou de 5% para 20%, em 1941” (SANTOS, 2009; p. 112).

A partir de 1959, o IAA constituiu um grupo técnico para elaborar propostas que visassem aumentar a produção. No entanto, como no período anterior, o setor estava passando por uma crise de superprodução. O cenário não era favorável à implantação de medidas que aumentassem a produtividade. Esse contexto foi alterado devido à Revolução Cubana de 1959, com o rompimento entre Cuba e Estados Unidos, ampliando o mercado para exportação do açúcar brasileiro (SZMRECSANYI; MOREIRA, 1991).

Nesse sentido, a partir da década de 1960, através da incorporação pelo setor, de um conjunto de medidas direcionadas pelo processo de modernização conservadora, iniciam-se mudanças na base técnica da agroindústria canavieira financiadas pelo Estado, através do SNCR. Nesse contexto, em 1975, devido à preocupação com a superprodução do açúcar, tendo como justificativa oficial aliviar a balança comercial, como resultado da elevação do

---

<sup>20</sup> O IAA é o programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira. Esse programa modificou substancialmente a política de intervenção no setor, objetivava reformular a política açucareira, aumentando a produtividade do setor, e reduzindo os seus custos. O recurso utilizado era o estímulo às unidades industriais dotadas de maior capacidade. (HEREDIA, 2008, p.58).

preço do petróleo, foi criado pelo IAA o Programa Nacional do Álcool (PNA) conhecido como Proálcool<sup>21</sup>.

Com o Proálcool, é proposta uma nova matriz energética à base de cana de açúcar para o Brasil, levando à expansão e ao fortalecimento da agroindústria canavieira. Além disso, as usinas passaram a optar, entre produzir açúcar ou álcool, conforme os preços do mercado e da demanda externa. Desse modo, esse programa representou uma resposta do Estado à derrocada do setor, já que entre 1969 e 1974, o açúcar brasileiro viveu seu período de ouro no mercado internacional e novamente estava em uma crise de superprodução (SANT' ANA, 2012).

Szmrecsanyi e Moreira (1991) concluem:

(...) que o programa do álcool fora formulado e estabelecido menos como uma solução a “crise energética” do Brasil, do que como uma alternativa para a previsível capacidade ociosa da sua agroindústria canavieira (SZMRECSANYI e MOREIRA, 1991; p.71).

Para Pitta (2011), o Proálcool buscou por meio de financiamento do Estado, superar a crise de superprodução, ampliando a produção de álcool anidro e hidratado, sendo um programa incentivador da mecanização e da industrialização da agroindústria canavieira, representado o seu ingresso em um novo patamar de modernização.

Nessa perspectiva, Marini (2005) nos faz perceber que a modernização da agroindústria canavieira está inserida na perspectiva de contraposição aos efeitos da crise econômica mundial que obriga o grande capital nacional e estrangeiro a avançar na reorganização de formas de produção nos países dependentes, para assegurar as taxas de lucro através do ingresso destes países em uma nova fase na Divisão Internacional do Trabalho.

Desta forma, o Estado tornou-se responsável pelo financiamento das destilarias de álcool anidro, facilitando ainda a importação de máquinas e equipamentos e colocando o Centro Sul na posição de maior exportador de açúcar e álcool do Brasil. Segundo Szmrecsanyi e Moreira (1991), favorecendo a expansão canavieira tanto para Estados como: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais como também para regiões sem grande tradição da

---

<sup>21</sup> De acordo com Yamamoto (2006) O Proálcool é o Programa Nacional do Álcool que propõe a substituição da gasolina por etanol, estreitamente articula à crise energética, devido às altas do preço do petróleo em 1973 e 1974. Além de assegurar um mercado seguro e crescente para o álcool e abrir campo ao mercado internacional do açúcar. Permitiu não só a expansão da cultura canavieira como a sustentação econômica do setor. Na realidade o Proálcool foi desde o início um programa para os grandes usineiros.

cultura canavieira como: Paraná, Goiás e Mato Grosso. Em contrapartida, representou a diminuição da importância dos produtores nordestinos e a mudança de eixo para o centro sul, principalmente para o estado de São Paulo.

Conforme Alves (1991), os incentivos estatais foram voltados principalmente à produção de álcool e contribuíram com mudanças em todas as fases de produção, ou seja, nas destilarias, nos canaviais, como também a elevação na produtividade do trabalho.

Afirma Santos (2013) que:

Nos anos de 1970 e nas fases sucessivas (1975, 1980, 1985) os amplos investimentos do Estado no Proálcool permitiram – além da expansão do agronegócio – o crescente desenvolvimento tecnológico das unidades produtivas, passando pelas diversas etapas do processo produtivo que vai do plantio de cana e colheita até a fabricação final do açúcar e do álcool (SANTOS, 2013; p.89).

Estas fases de expansão do agronegócio canavieiro estão associadas, ao acesso ao SNCR. Assim, como resultado do aumento dos preços do petróleo em 1979, ocorreu o lançamento da chamada segunda etapa do Proálcool. Esta nova fase propõe a produção de álcool hidratado, tornando-o um combustível direto e não apenas um aditivo à gasolina como o álcool anidro (SZMRECSANYI e MOREIRA, 1991).

Com isso, aliado à indústria automobilística, o governo passa a criar e incentivar um mercado interno consumidor de carros movidos a álcool em primeiro momento, por meio de incentivos fiscais a montadoras de carros equipados com motor movido a álcool. Em segundo, pela fixação do preço do álcool hidratado, 65% a menos que a gasolina, embora o custo da gasolina fosse menor. E em terceiro, pelo favorecimento das linhas de créditos à produção de cana destinada às destilarias de álcool, mais que a produção açucareira, embora não ocorresse uma diminuição absoluta nesta, devido à expansão canavieira que estava ocorrendo no período (SZMRECSANYI e MOREIRA, 1991).

Para Alves (1991, p.49), “o programa, que vendia a imagem de ser a saída brasileira para a crise mundial do petróleo, - passa a ser o principal projeto de continuidade do processo de modernização conservadora da agricultura”.

Percebe-se, nesse sentido, que este período no Brasil foi marcado por uma acumulação baseada em forte presença do Estado, a qual foi determinante para o crescimento do agronegócio canavieiro. Possibilitando por meio do Proálcool, a ampliação das plantas

industriais, a manutenção da estrutura fundiária da agroindústria canavieira, o aumento na lucratividade para usineiros, indústrias de máquinas e equipamentos e indústrias automobilísticas, ao custo do aprofundamento da superexploração da força de trabalho (SANTOS, 2013).

De acordo com Santos (2013), a criação e expansão da agroindústria canavieira gerada pelo Proálcool, trouxeram consequências ambientais, como a degradação dos recursos naturais e sociais, dentre elas o aumento dos trabalhadores volantes. Explica o autor que estes impactos não são resultado apenas do período de vigência do Proálcool, mas pelo modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira baseado historicamente, na produção de monocultura para exportação, na grande propriedade, no trabalho escravo.

Cabe ressaltar, conforme os dados apresentados por Alves (1991), que a produtividade canavieira por hectare, saltou de 40 (toneladas por hectare) na década de 1960, para 60 ton. por hectares, na década de 1980. Este aumento de produtividade não significou o aumento do consumo interno, mas foi voltado a aumentar a competitividade do Brasil no mercado mundial. Levando ao fortalecimento da hegemonia do capital sobre o trabalho, por meio da intensificação do trabalho e redução dos salários dos cortadores de cana, sendo a adoção do pagamento por produção uma das estratégias para aumentar tal produtividade no trabalho.

Nesse sentido, com a crise dos anos 1980 e a transição para o padrão liberalizante nos anos 1990, os instrumentos políticos de intervenção do Estado no setor rural sofreram um desmonte (DELGADO, 2001).

A década de 1980 foi marcada por greves e fortes mobilizações dos movimentos sociais, que tinham dentre as várias bandeiras de lutas, a Reforma Agrária. Embora os movimentos de lutas no campo, antecedam 1984, foi nesse ano que ocorreu a primeira grande greve dos assalariados rurais, a Greve de Guariba<sup>22</sup>. Essa greve deflagrou-se numa luta contra o aumento das taxas de água e esgoto na cidade e pelo fim do sistema de sete ruas<sup>23</sup> para o corte de cana.

---

<sup>22</sup> Sobre a Greve de Guariba, sugerimos a leitura de Alves (1991), Thomaz Junior (2002).

<sup>23</sup> Graziano Silva (1997), explica que a lavoura de açúcar é plantada em forma de sulcos, que formam as ruas, separadas uma das outras em uma distância de 1,5m. Na colheita, o trabalhador volante corta simultaneamente várias ruas, jogando a cana em um espaço central. No sistema de 5 ruas, ele vai cortando simultaneamente as ruas de 1 a 5 e jogando a cana cortada na 3ª rua. Já no sistema de 7 ruas, há duas ruas a mais para serem cortadas simultaneamente, aumentando e dificultando o trabalho do cortador de cana, por aumentar a quantidade de cana e ficar distante para a realização do carregamento de mesma, até a linha central do oito. Por aumento o lucro do usineiro, entre 1982/83, esse sistema disseminou rapidamente pelo interior de São Paulo.

A greve de Guariba alastrou-se por todo Estado de São Paulo, tanto no campo como na cidade e representa até a atualidade, a mais expressiva greve dos trabalhadores cortadores de cana no setor canavieiro, tendo sofrido os grevistas uma violenta repressão. Alves (1991) observa que as reivindicações dos trabalhadores, somavam a esfera da reprodução, como a melhoria nas condições de moradia, dos serviços públicos, saúde, infraestrutura; com a esfera da produção, como melhoria nas condições de trabalho, comprovante de pagamento, melhoria salarial.

É importante ressaltar que neste período de efervescência e de crise, o Estado reorienta sua atuação. Com relação ao Proálcool, devido à redução do preço do petróleo e autossuficiência em sua produção brasileira, o Proálcool torna-se cada vez mais caro e desnecessário. Entre as décadas de 1979 a 1989, devido à escassez do álcool hidratado para abastecimento dos veículos, agrava-se a crise do programa (SZMRECSANYI e MOREIRA, 1991).

Nesse sentido, Sant'ana (2012) ressalta na década de 1980, devido à baixa no preço do petróleo e aumento da inflação, a agroindústria canavieira vivenciou uma de suas piores crises, tornando a manutenção do Proálcool insustentável. Neste período, a Ditadura Militar já havia cumprido seu papel, consolidando a abertura do país ao capital estrangeiro.

É importante ressaltar que a luta pela Redemocratização e extensão de direitos com a aprovação da Constituição Federal de 1988, que poderiam mudar os rumos da sociedade brasileira, foram abortadas com a eleição de Collor de Melo em 1989. A partir da chegada ao poder desse governo, inicia-se a edificação do projeto neoliberal no Brasil, com a adoção de um conjunto de políticas neoliberais pautadas na acumulação flexível<sup>24</sup>, seguindo o receituário internacional acordados no Consenso de Washington, enquanto resposta à crise estrutural do capital. Dentre as medidas adotadas, temos: a reforma administrativa e fiscal do Estado; abertura comercial; privatização; desregulamentação salarial e priorização do

---

<sup>24</sup> A acumulação flexível [...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela é apoiada na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e dos padrões de consumo. Caracterizam-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápida mudança dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. [...] Esses poderes aumentados de flexibilidade e mobilidade permitem que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle do trabalho sobre a força de trabalho. (HARVEY, 2009, p.140-141)



mercado da nova integração econômica internacional em detrimento do conjunto da classe trabalhadora (BEHRING, 2008).

Como parte desse conjunto de políticas de cunho neoliberal, adotadas pelo Estado, no setor canavieiro, inicia-se na década de 1990, a desregulamentação da intervenção do Estado e maior abertura ao capital estrangeiro, tendo como marco a desativação do Instituto de Açúcar e Alcool (IAA).

Na análise desse contexto, corroboramos com Delgado (2011), em atribuir a transição da “modernização conservadora” para o regime liberalizante da década de 1990, como mediador de um processo de desmonte pelo Estado do seu aparato de intervenção rural, construindo pós década de 1930 e fortalecido no período da ditadura militar. Assim, o desenvolvimento econômico da agricultura, integrado ao processo de industrialização, deixa de ser um projeto político a ser priorizado pelo Estado, passando a ser o carro chefe fortemente incentivado pelo Estado brasileiro, a integração externa do setor rural, conduzida pelas grandes corporações internacionais do comércio e da indústria de *commodities*. Nesse sentido, há uma modificação da relação entre o setor canavieiro e o Estado, no entanto, prevalece a aliança histórica entre os mesmos.

Para Alves (2008), essa desregulamentação do agronegócio canavieiro, ocorreu de forma parcial. Sendo a mesma, responsável por possibilitar a abertura ao capital estrangeiro, o aumento da concorrência e o aprofundamento da concentração no setor. Isso porque o Estado, antes da década de 1990, era responsável pela regulação dos preços da produção canavieira e pela rentabilidade dos usineiros e fornecedores. Sendo considerado para a fixação desses preços, “o custo médio de produção do conjunto das unidades produtivas espalhadas em todo território nacional e não consideravam o preço dos produtos (açúcar e álcool) no mercado” (ALVES, 2002; p. 27).

Nesse sentido, embora as usinas não competissem entre si para sobreviver, já que os preços eram acima dos custos médios, havia ainda usinas que se beneficiavam do sobrelucro, por funcionarem com custos abaixo do médio. Desta forma, após o processo de desregulamentação, os preços da cana de açúcar e seus derivados deixaram de ser regulados pelo Estado e passaram a oscilar livremente no mercado, levando ao aumento da concentração e centralizações de capitais, por meio de um movimento de aquisições, falências e fusões de usinas, conforme será abordado no capítulo seguinte.

Como resultado desse processo de desregulamentação acompanhado pela reestruturação, criou-se em 1997 a União das Indústrias de Cana de Açúcar (ÚNICA). Essa entidade, propagando o discurso voltado à liberalização dos mercados no setor e de diminuição da regulação do governo, na atualidade representa um importante instrumento de fortalecimento do agronegócio canavieiro, sendo a maior organização representativa do Brasil no ramo de açúcar e agrocombustíveis.

Para Sant'ana (2012), neste contexto marcado pela intensificação da internacionalização do país, nas palavras de Delgado (2011), de financeirização da agricultura, acirra-se a concorrência entre os grupos nacionais, facilitando a entrada de capitais internacionais no setor. Surgindo assim, novas formas de gestão e circulação do capital, aonde as empresas mais modernas do setor vão se associando formando *trading, joint ventures*, com ênfase no mercado financeiro apoiado pelo Estado (SANT'ANA, 2012).

Neves e Conejero (2010) dedicam-se a defender e justificar o agronegócio canavieiro no Brasil, como uma estratégia de segurança energética para o país diante do aquecimento global. Estes autores sustentam que entre 1986 a 2000, representou uma fase crítica do setor sucroalcooleiro, sendo marcada pela crise do Proálcool, desregulamentação total do setor, abertura da economia brasileira, como também da aprovação pelo governo da Lei nº 8.732/93, a qual obriga o uso de etanol anidro como aditivo da gasolina de 20 para 25%.

No entanto, percebe-se que neste período, analisado por Neves e Conejero (2010), o qual eles atribuem ser a fase crítica do setor canavieiro, representou um importante momento, para se consolidar como um modelo pautado no agronegócio.

Neste contexto, o Estado transferiu o papel de regulador para o grande capital, ficando com a função de legitimar este controle, por meio da aprovação de legislações, etc. Já o mercado, passou a assumir um papel central na reorganização das estratégias de acumulação do capital. Desta forma, pode-se afirmar que “apesar da desregulamentação do setor, o Estado continua intervindo, ao manter e/ou criar políticas de sustentação de preços e da produção” (OLIVEIRA, 2003; p.52).

Diante disso, corroboramos com Santos (2013) em afirmar que:

Os anos de 1990 foi um período de rearticulação dos interesses, inclusive institucionais e organizacionais do agronegócio canavieiro, é também um período de grande reestruturação produtiva operada nas unidades produtoras de açúcar e álcool ( SANTOS, 2013; p.108).

Portanto, a desregulamentação acompanhada pela reestruturação produtiva, como determinante e determinada do padrão de acumulação flexível, não foi apenas uma resposta à crise estrutural do capital, através da instauração de novas bases produtivas para o aumento do lucro capitalista, mas é também uma forma de subordinar ainda mais o trabalho ao capital (SANTOS, 2013).

Em contrapartida, vem se intensificando a dependência do país ao mercado mundial e a superexploração da força de trabalho dos cortadores de cana, enquanto estratégia de compensação das trocas desiguais que se acirra junto com a dependência, conforme análise irá apresentar a seguir.

Desta forma, a acumulação de capital pela renda fundiária e pelas vantagens comparativas, posterga mais uma vez um enfrentamento dos problemas sociais associados à superexploração do trabalho e à questão agrária brasileira. Assim, o capítulo seguinte, busca um aprofundamento no debates da reestruturação e expansão do agronegócio canavieiro aliado à superexploração da força de trabalho. Esta superexploração se apresenta nas condições de trabalho a que vêm sendo submetidos os trabalhadores, na principal atividade manual do setor canavieiro, o corte de cana.

## **CAPITULO II – A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO: MODERNIZAÇÃO E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO SÉCULO XXI**

A produção canavieira brasileira se expressa por contradições que se por um lado é difundido como modelo de desenvolvimento moderno, econômico e sustentável, por outro, oculta a prevalência de um modelo arcaico, pautado na permanência do latifúndio, monocultura e trabalho escravo. De acordo com Santos (2013), embora a cultura de cana de açúcar seja a primeira atividade agrícola a ser desenvolvida no Brasil, só recentemente com o novo arranjo do agronegócio, vem sendo defendido e propagado como modelo de desenvolvimento econômico. Assim, chama-nos atenção o posicionamento do ex-presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, o qual ele se refere aos usineiros do Brasil com “heróis nacionais”<sup>25</sup>. Nesse sentido, apesar de permanecer estruturado sobre pilares do que há de mais de arcaico no Brasil, representa ao mesmo tempo a propagação de uma falsa consciência, do agronegócio representar “o que há de mais moderno na agricultura e indústria mundial em termos de tecnologia para produzir açúcar e etanol como combustível limpo e renovável” (SANTOS, 2013; p.71).

Desta forma, após o período de modernização e expansão do setor canavieiro nas décadas de 1970 e 1980, de desregulamentação no início da década de 1990, marcando a passagem da regulação do Estado para o mercado mundial, este setor vem passando, pós década de 1990 até a atualidade, por intensos movimentos de reestruturação e expansão, os quais vêm trazendo o acirramento da superexploração da força de trabalho, como também a precarização das condições de vida e trabalho dos cortadores de cana.

Nesse sentido, o atual momento de expansão da produção canavieira brasileira, respalda-se, no discurso defendido e propagado pelo agronegócio, legitimado pelo Estado e pelos instrumentos ideológicos da burguesia. Assim, o setor sucroalcooleiro brasileiro é um dos que vem tendo um crescimento de investimento público e privado, com fortes influências sobre o processo de reprimarização por meio da expansão do agronegócio, enquanto novo padrão de acumulação de capital. Esse novo padrão vem resultando, na reestruturação e em novas possibilidades de crescimento no setor sucroalcooleiro, principalmente pelo:

---

<sup>25</sup> Reportagem de 20/03/2007 publicada amplamente nos meios de comunicação, a qual representa a aliança do governo com o agronegócio. Consultar em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90477.shtml>

aparecimento dos carros flex fuel, dos altos preços e escassez do petróleo, das exigências dos protocolos e acordos ambientais em reduzir a emissão do CO<sub>2</sub> na atmosfera e para atender as novas demandas dos países por combustíveis limpos e renováveis.

Assim, o setor sucroalcooleiro o qual compõe o novo eixo dinâmico do padrão de acumulação dependente, vigente na economia brasileira, o agronegócio, passa a ser defendido como modelo sustentável de desenvolvimento econômico. Porém, ao mesmo tempo, percebe-se que vem sendo operado ao custo do trabalho escravo e degradante, da perda de soberania alimentar<sup>26</sup> e da destruição dos recursos naturais<sup>27</sup>. Nesta perspectiva, é indispensável, desvendar às implicações dessa expansão do “ouro verde brasileiro”, em contraposição aos defensores deste modelo, na tentativa de mostrar o que se apresenta para além do aparente. Mais precisamente, as condições de trabalho que estão sendo submetidos, os trabalhadores que migram temporariamente e se empregam, como cortadores de cana.

Nesta lógica de acumulação, o Estado exerce função fundamental no incentivo e legitimação do modelo do agronegócio e em detrimento dos trabalhadores. Assim, o agronegócio canavieiro, baseado na presença da grande propriedade de terra, na monocultura e na superexploração da força de trabalho, tem o papel de colocar na atualidade o país na posição de maior exportador de açúcar do mundo e com um grande potencial na produção de agrocombustíveis, como a análise irá apresentar a seguir.

## **2.1. O processo de reestruturação e expansão do agronegócio canavieiro**

A atual inserção do Brasil no mercado mundial, como um dos maiores produtores de açúcar e de agrocombustíveis do mundo, é marcada sob a hegemonia do modelo de desenvolvimento da agricultura: o agronegócio, pela abertura ao capital estrangeiro no contexto neoliberal pós década de 1990, como também, pela intensificação do processo de superexploração da força de trabalho e de concentração e centralização de terras e capitais.

Conforme Santos (2013), durante a implementação do receituário neoliberal no Brasil pós década de 1990, o processo de reestruturação produtiva e organizacional, é iniciado no interior do Complexo Agroindustrial Canavieiro, representando uma resposta à crise originada com a desregulamentação do setor no final da década de 1980 e início 1990. Este processo de

---

<sup>26</sup> Sobre o impacto do agronegócio na soberania alimentar, consultar: BNDES (2009), Campos; Campo (2007) <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24568.htm>

<sup>27</sup> Sobre o impacto do agronegócio na destruição dos recursos naturais, consultar: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e Comissão Pastoral da Terra (2008), BNDES (2009).

reestruturação, se por um lado realizou uma reorganização produtiva no setor sucroalcooleiro, por outro, intensificou ainda mais, a superexploração da força de trabalho no eito dos canaviais, gerando impactos que tem levado à piora nas condições de trabalho dos cortadores de cana.

Desta forma, visando atender as determinações do mercado internacional, o agronegócio canavieiro seguramente apoiado pelo Estado Brasileiro, vem se utilizando de velhas práticas de exploração e dominação do trabalho (trabalho escravo, contratação temporária de cortadores de cana, etc), articulada ao mesmo tempo, no processo produtivo, a utilização de modernas tecnologias de produção, por meio da mecanização da colheita, do uso de plantas clonadas, dentre outras. Assim, “as relações de trabalho que aí se efetivam são a expressão concreta do que se denomina, hoje, de barbárie moderna” (SANT’ANA, 2012, p.125).

Nesse rumo de análise, a nova ofensiva do capital sobre o trabalho no pós década de 1990 no Brasil, vem gerando um novo patamar de dominação e exploração da força de trabalho, no atual ciclo de expansão do agronegócio canavieiro (SANTOS, 2013).

Como resultado desse quadro de ingresso do Brasil em uma nova etapa da Divisão Internacional do Trabalho, durante o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1998 á 2002), iniciou-se o relançamento do agronegócio, como estratégica econômica e política para gerar saldos positivos na balança comercial via exportação de produtos primários. No entanto, sob outras bases de sustentação da associação entre o grande capital agroindustrial e o latifúndio em uma dinâmica ditada pelo capital financeiro, em busca do aumento do lucro e da renda da terra, sendo fortemente favorecido por políticas de Estado, como esclarece Delgado (2010).

Os instrumentos públicos reaparecem em investimentos na infraestrutura territorial, pesquisa agropecuária, regulação frouxa do mercado de terras e alterações na política cambial e de crédito rural. As exportações retomam uma trajetória ascendente nos anos 2000. No entanto, a especialização em meia dúzia de *commodities* em rápida expansão, nas quais o açúcar e o álcool têm papel de destaque, inseriram um dilema na conta corrente do país, impondo sérias restrições ao desenvolvimento social e às soluções de desequilíbrio externo, como discute o autor.

Nesse sentido, a partir de 2002, com a eleição do Governo Lula, o agronegócio canavieiro é marcado por uma nova fase de expansão. Esse período marca “o renascimento da nova explosão do setor canavieiro” (NEVES e CONEJERO, 2010; p.117).

Este novo quadro que se abriu, vem impulsionando a expansão na produção de *commodities* e de agrocombustíveis, principalmente o etanol, o qual se tornou aparentemente uma alternativa energética sustentável para o consumidor brasileiro com o desenvolvimento em 2003 dos carros *Flex Fuel*. Diante disso, o setor canavieiro com fortes incentivos do Estado brasileiro, novamente aliado à indústria automobilista, vem passando por uma nova fase de expansão e de reorganização, marcada pelo aprofundamento da superexploração da força de trabalho.

Ressalta Santos (2013) que:

[...] um conjunto de fatores influenciou a recente retomada da expansão canavieira no Brasil, entre os quais destaca-se: 1) o crescimento do comércio de açúcar e álcool no mercado interno e externo; 2) crise na elevação do barril de petróleo, bem como sua escassez e alto nível de poluição ( emissão de CO<sup>2</sup> na atmosfera); 3) aumento da demanda interna por álcool devido ao surgimento dos carros *flex-fuel* (biocombustíveis); 4) alterações climáticas (aquecimento global) provocadas pela intensa emissão de CO<sup>2</sup> razão pela qual o Protocolo de Kyoto exigiu a redução da emissão desse gás na países da Europa, América e Ásia. (SANTOS, 2013; p.15)

Percebe-se assim, que com o surgimento em 2003 do motor *Flex-fuel* e de demais fatores causados pela conjuntura internacional e nacional, vem direcionando o fortalecimento do modelo centralizador, concentrador de terras e capitais no Brasil. Esses fatores ajudam a intensificar a condição de dependência do Brasil e causam inúmeros impactos negativos tanto para o trabalhador cortador de cana, como também para a população em geral. É importante ressaltar no que diz respeito às modernas formas de gestão e de produção no setor sucroalcooleiro, essas passaram a ser incrementadas mais intensamente no início dos anos 2000, enquanto resposta à nova conjuntura de crise energética mundial (SANTOS, 2013).

Apontam Santos (2013) e Guanais (2013), que dentre as estratégias acionadas pelo agronegócio sucroalcooleiro, enquanto medidas de reestruturação, para aumentar os ganhos na produtividade estão: as inovações biológicas físicas, químicas, mecânicas e as novas formas de gestão da força de trabalho. Complementa Alves (2008), que esse novo paradigma de produção enxuta, vem resultando: na mecanização do plantio e do corte de cana crua, no aumento de produtividade do trabalho, na redução do número de trabalhadores empregados, em mudanças nas formas de gestão da força de trabalho, com pagamento por resultado,

terceirização das atividades, etc. Nesse sentido, o novo padrão de acumulação do capital para ampliar sua margem de lucro, impõe novas formas de controle e subordinação dos trabalhadores.

Na análise realizada por Sant'ana (2012), o Estado tem sido um histórico aliado do grande capital, favorecendo a reestruturação e expansão do agronegócio por meio de programas, créditos e outros incentivos. Nesse sentido, a autora afirma que o governo Lula (2002-2006 e 2006-2010), podendo acrescentar o governo Dilma (2010- até os dias atuais), estão sintonizados com os interesses dos grandes grupos capitalistas nacionais e internacionais, trazendo rebatimentos para a questão agrária e ambiental. Assim, o Plano Nacional de Bioenergia<sup>28</sup> e o Programa de Aceleração e Crescimento (PAC)<sup>29</sup>, tem sido uma das principais plataformas desse governo. Estes programas são responsáveis pela reedição do Proálcool, agora com o discurso ecológico de uma alternativa energética sustentável e com forte participação do capital internacional. Embora não seja o objetivo desta pesquisa aprofundar o debate em torno destes programas, é importante ressaltar que os mesmos relacionam-se com a atual fase de expansão do agronegócio canavieiro e representa uma estratégia da capacidade autodestrutiva do capital, colocando a questão ambiental como pauta de debate e também como um novo nicho de acumulação.

Nesse sentido, as tabelas 01 e 02 evidenciam o constante processo de expansão canavieiro, além do aumento da área plantada, da produtividade, nota-se que pós anos 2000, foi duplicada a produção total no setor sucroalcooleiro. Conforme os dados apresentados na tabela 01, 90% da produção canavieira concentrando-se no Centro Sul, sendo a média de produtividade da região acima da nacional. Além disso, os dados demonstram que vem havendo um constante processo de incorporação de novas áreas, enquanto resultado da

---

<sup>28</sup> Ressalta Sant'Ana (2012), que o Plano Nacional de Bioenergia, foi lançado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sendo previsto para o período de 2006-2011 com uma série de estratégias voltadas a implementar e efetivar ações visando o aprofundamento de alternativas energéticas, tendo como justificativa de incentivar o desenvolvimento sustentado aliado a aumentar a competitividade do agronegócio. A autora ressalta, este Plano no caso da cana de açúcar ao elencar os desafios para expansão dos canaviais, reconhece que a produção canavieira provoca a concentração fundiária e que essa concentração, causa problemas socioeconômicos e ambientais este Plano apresenta como desafio a concentração fundiária. No entanto, estes problemas são encarados como técnicos, e o governo, para facilitar essa expansão do agronegócio canavieiro vêm criando instrumentos jurídicos que levam a legaliza-la, como exemplo, a aprovação do Novo Código Florestal.

<sup>29</sup> De acordo com Sant'Ana (2012), o Programa de Aceleração e Crescimento (PAC), foi lançado pelo governo Lula no início de 2007, e é responsável por reeditar ações do pacto histórico com o setor canavieiro. Este programa prevê a utilização de R\$ 503,9 bilhões de gastos em infraestrutura em áreas consideradas estratégicas, energia, etc. Sendo R\$17 bilhões destinados ao setor de agrocombustíveis, que tem como matéria prima, o carvão, a mamona, a cana de açúcar, etc. É importante ressaltar, que a maior parcela desse recurso, vem sendo gasto com investimentos no etanol, cuja matéria prima é a cana de açúcar.



prevalência de um modelo de desenvolvimento da agricultura, pautado na monocultura extensiva para exportação, tendendo a impactar a soberania alimentar e os recursos naturais.

**Tabela 01-** Evolução da Produtividade e da Produção de Cana-de-açúcar no Brasil por Ano-Safra

Ano-Safra	ÁREA (mil Hectares)*		PRODUTIVIDADE (t/Ha)		PRODUÇÃO (mil t)**	
	Centro Sul	Brasil	Centro Sul	Brasil	Centro Sul	Brasil
2005/2006	4.744,3	5.840,3	70,4	65,5	334.136,6	382.482,0
2006/2007	5.020,0	6.163,3	74,5	69,6	373.912,9	428.816,9
2007/2008	5.718,4	6.946,3	75,4	71,4	431.233,5	495.843,2
2008/2009	5.989,2	7.057,9	84,9	81,1	508.638,8	572.738,5
2009/2010	6.309,8	7.409,6	86,0	81,4	542.825,0	603.056,4
2010/2011	6.923,1	8.055,5	81,0	77,5	561.037,4	624.501,2
2011/2012	7.213,5	8.362,4	68,6	67,1	494.937,7	560.993,8
2012/2013	7.359,8	8.485,0	72,5	69,4	533.517,6	589.237,1

\***Fonte:** CONAB (Boletim de Acompanhamento da Safra Brasileira de Cana-De-Açúcar) (Obs.: Dados Estimados)\*\***Fonte:** MAPA / SAPCANA Dados atualizados em 01/09/2013

Pode-se dizer que os dados apresentados na tabela 02 explicitam uma ampliação da produção canavieira no Brasil e a prevalência do discurso em torno do etanol, como uma alternativa energética dita “sustentável” para o país. Nota-se ainda, que nos últimos três anos ocorreram quedas na produção do etanol, devido à diminuição do preço do barril de petróleo e o aumento no preço da saca de açúcar no mercado mundial, tornando-se mais rentável para os usineiros a produção de açúcar para exportação, do que o álcool. Assim, o agronegócio canavieiro utiliza-se do discurso de sustentabilidade apenas para aumentar a sua taxa de lucro, para angariar recursos públicos e garantir a reprodução ideológica do seu modelo de produção.

**Tabela 02-** Evolução da Produção Brasileira de Etanol, Açúcar e Cana-de-açúcar 2000-2001 a 2013-2014.

Ano/safra	Etanol (m <sup>3</sup> )	Açúcar (ton)	Cana de Açúcar (mil t.)
00/01	10.517.535	16.020.340	254.921.721
01/02	11.467.795	18.994.363	292.329.141
02/03	12.485.426	22.381.336	316.121.750
03/04	14.639.923	24.944.434	357.110.883
04/05	15.207.909	26.632.074	381.447.102
05/06	15.808.184	26.214.391	382.482.002
06/07	17.939.428	30.735.077	428.816.921
07/08	22.445.979	31.297.619	495.843.192
08/09	27.681.239	31.506.859	572.738.489
09/10	25.738.675	33.033.479	603.056.367
10/11	27.604.120	38.069.510	624.501.165
11/12	22.736.540	35.970.397	560.993.790
12/13	23.473.354	38.357.134	589.237.141
13/14 (*)	25.487.153	33.653.107	590.618.123

**Fonte:** DCAA/SPA/E/MAPA (\*) Valores atualizados em 01/12/2013 –

Assim, embora se propague que a expansão da produção canavieira atual representa um modelo de desenvolvimento voltado a produzir uma alternativa energética sustentável para o Brasil, percebe-se que a mesma objetiva reverter a queda na taxa de lucro do capital e por isso vem trazendo inúmeros impactos negativos, sociais, ambientais e econômicos para a classe trabalhadora. O que não é nada sustentável.

Chama-nos atenção ainda, conforme é abordado por Sant'ana (2012), que o BNDES cumpre um importante papel nesse processo de internacionalização do agronegócio canavieiro, no financiamento a muitos destes projetos. Em contrapartida, de acordo com Santos (2013), essa expansão aliada ao capital estrangeiro, vem causando impactos e

consequências que pioraram as condições de trabalho, uma vez que intensificaram a exploração do trabalho dos cortadores de cana no eito dos canaviais.

Com base na Tabela 03, torna-se perceptível o papel ocupado pela cadeia produtiva da cana de açúcar na economia brasileira. Isso porque o desembolso do BNDES para o setor, não apenas passou entre 1999 a 2007, a ser o segundo de maior a receber crédito do banco, ficando atrás apenas do setor de carnes, mas saltou em milhões R\$ de 111 para 3.697. Fica claro, que após 2006, período que coincide com a criação do Plano Nacional de Bioenergia, aumentou-se expressivamente do desembolso do BNDES para o setor, passando de R\$709 milhões em 2005, para R\$1.711 milhões em 2006 e chegando em 2007 a R\$3.697 milhões. Para Ramos (2011), tais desembolsos realizados pelo BNDES, vêm sendo investidos na ampliação e modernização dos canaviais e das fábricas de açúcar e etanol.

**Tabela 3 – BNDES – Desembolsos por principais cadeias produtivas (2000-2007) (Em milhões de R\$)**

<b>Cadeia</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
Carnes	1.104	868	1.137	1.324	1.179	1.140	1.544	2.159	3.941
Cana	111	183	313	464	568	470	709	1.711	3.697
Frutas	61	82	103	49	139	168	155	213	64
Grãos	182	106	96	94	176	734	590	402	216
Laticínios	85	59	68	104	66	36	189	40	236
Cacau	36	37	48	49	40	62	51	17	27
Café	53	41	31	89	54	62	88	98	105
Fumo	4	1	8	53	214	175	53	15	20
Outras	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	3.366	1.476
<b>Totais</b>	<b>1.636</b>	<b>1.377</b>	<b>1.522</b>	<b>2.226</b>	<b>2.436</b>	<b>2.847</b>	<b>3.379</b>	<b>8.021</b>	<b>9.782</b>

**Fonte:** BNDES (Informes sobre agroindústrias e informes setoriais). Elaboração Ramos (2008)

Nesse sentido, a política governamental, respaldada na justificativa a favor do agronegócio, de que este modelo favorece a estabilização da economia, somando-se ao

discurso da sustentabilidade, da “energia verde e limpa do etanol”, vem favorecendo os vultosos investimentos públicos no agronegócio canavieiro. Podendo ser observado na Tabela 04, que o desembolso do BNDES para a cana de açúcar, vem sendo investido principalmente, na produção de etanol e em açúcar, que é uma das principais *commodities* brasileiras para exportação.

**Tabela 4** – Desembolso do BNDES para a cadeia produtiva da cana-de-açúcar (2001-2008) (em milhões de R\$)

ANO/ OPERAÇÃO	CANA-DE- ACÚCAR	ETANOL	ACÚCAR	COGERAÇÃO	TOTAIS
2001	93,24	68,48	182,77	13,58	358,07
2002	126,82	67,89	326,15	165,83	686,69
2003	213,45	39,46	343,04	128,45	724,40
2004	193,96	60,36	273,17	77,44	604,93
2005	224,26	137,84	479,70	256,49	1.098,29
2006	366,74	446,65	897,85	264,55	1.975,80
2007	571,51	1.629,54	1.263,78	127,62	3.592,44
2008	436,94	1.027,60	966,03	249,69	2.680,25

**Fonte:** BNDES, para os anos 2001 a 2003; Milanez *et al.* (2008:9) para 2004 a 2008. Elaboração: Ramos (2008)

Diante desses dados apresentados nas tabelas 03 e 04, corroboramos com a afirmativa de Iamamoto (2006), de que após a década de 1990, embora não haja subsídios diretos do Estado, os investimentos para a produção de açúcar e álcool passaram a ser provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES e do Banco do Brasil.

Assim, como no período de modernização conservadora em que a agroindústria canavieira, por meio do Proálcool, com seu slogan da autossuficiência do Brasil em produção de energia e de saída para a crise do petróleo, recebeu fortes investimentos públicos, favorecendo a expansão do setor. A nova reedição do programa, em tempos de

neoliberalismo, acompanhado da prevalência do modelo do agronegócio e do aprofundamento da dependência ao capital estrangeiro, tem no discurso da sustentabilidade, um importante instrumento que favorece uma nova onda expansão canavieira, sustentada com financiamento público e ao custo do aumento da concentração de terras e de capitais, da expropriação e da superexploração dos trabalhadores. Configurando-se um Estado mínimo para os trabalhadores, no entanto máximo para o capital (NETTO, 2006).

Afirma Oliveira (2007), que mesmo com o forte endividamento das usinas canavieiras, sendo devedoras de cerca de 50 a 75% do seu patrimônio líquido, através da bancada ruralista no Congresso Nacional e da pressão de grupos, dentre eles a ÚNICA, as mesmas não apenas continuam em funcionamento, mas ainda renegociam suas dívidas e recebem novos investimentos públicos. Nesse sentido, de acordo com o DIEESE (2007), só para 2012, foi previsto que o investimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para este setor, chegue a US\$12 bilhões de dólares. Assim, mantém-se atual a afirmação de Marini (2005; p.179) de que “assiste-se em toda América Latina à ressurreição do modelo da velha economia exportadora”, financiada por recursos públicos que poderiam ser destinados em políticas que beneficiem amplos setores sociais, são repassados para ampliar a concentração do grande capital, tornando esse setor muito atrativo ao capital estrangeiro.

Ressalta Santos(2013), que a capacidade de concorrência do setor canavieiro brasileiro, assentado na exploração e degradação do trabalho com a produção de açúcar e etanol a baixíssimos custos, ofereceu um contexto favorável para que muitas empresas nacionais e estrangeiras iniciassem um processo de concentração de capital, levando ao desencadeamento, em resultado da crise do setor dos anos 1990, de uma tendência de centralização de capital por meio de fusões, aquisições e incorporações de usinas com dificuldades financeiras.

Oliveira (2007), afirma:

As mudanças ocorridas durante os anos 1980 e 1990 influenciaram, de certa forma, o aumento da concentração da renda e da terra e o intenso movimento de capitais, perpassando pelo fechamento e/ou falência de empresas ou grupos econômicos e pelo movimento geral de fusões e aquisições que, conseqüentemente, conduziu a intensificação do processo de concentração de capital, no âmbito do setor sucroalcooleiro. (OLIVEIRA, 2003, p.52)

De acordo com Santos (2013), no setor sucroalcooleiro, além dos vultosos incentivos públicos que os grupos estrangeiros são atraídos a investirem no agronegócio canavieiro devido aos baixos custos da produção e dos baixos salários pagos à força de trabalho empregada, estes fatores tornam o setor bastante competitivo no mercado internacional e vem com forte presença do capital estrangeiro vem incentivando a expansão do agronegócio canavieiro.

De acordo com Cordeiro (2008), Xavier et. al (2012), Ramalho; Moreira (2012), a expansão canavieira vem avançando sobre as áreas de produção de alimentos e de preservação ambiental. Desta forma, a produção canavieira dilapida os recursos naturais e compromete a soberania alimentar. Afirmam Xavier et.al. (2012), que essa expansão vem ocorrendo de duas formas: através da substituição de áreas de produção de alimentos e em áreas de preservação ambiental do cerrado, pantanal e Amazônia. Ressaltam os autores, que “este processo está ligado à crise econômica internacional e a um movimento de capitais financeiros que geram uma bolha especulativa, causando um forte aumento no preço da terra e dos alimentos” (XAVIER et. al., 2012; p.48).

Delgado (2012) esclarece que para possibilitar no plano externo o crescimento do volume e do ritmo dos saldos comerciais primários, há no Brasil uma pressão endógena, que leva a superexploração dos recursos naturais, da força de trabalho e a concentração da propriedade fundiária, como forma de capturar a renda da terra. No caso dos recursos naturais, o autor destaca uma dupla pressão para obtenção de lucros, sendo primeira a incorporação de novas áreas. Nessas novas áreas, ocorre a adoção de pacotes tecnológicos pré-existentes, levando um consumo crescente dos recursos naturais (água, florestas nativas, condições climáticas, etc). Essas informações são comprovadas a partir da observação dos novos territórios de expansão do agronegócio canavieiro (sul de Minas, Rio de Janeiro, Bahia, dentre outros). Por outro lado, nas áreas de cana já consolidada, como por exemplo, São Paulo, vem havendo uma pressão crescente para o aumento de produtividade do trabalho, por meio da intensificação do pacote tecnológico agroquímico, causando consequências ambientais predatórias para o meio ambiente.

Porém, nota-se que sejam nas novas ou nas antigas áreas de expansão agrícola, não há evidência de aumento de salário, aumento do emprego de trabalhadores não qualificados, que tenham vinculação com o aumento da produção. Em outros termos, enquanto a produção

canavieira cresce e a sua exportação se expande a taxa de salários, o emprego e a massa salarial, não crescem ou até decrescem (DELGADO, 2012).

Delgado (2012) sustenta que:

Conquanto o trabalho humano venha sendo crescentemente mitigado nos processos produtivos tipicamente capitalistas ou de agronegócio, as relações de trabalho que se estabelecem na produção agropecuária parecem configurar um estilo de “superexploração”, seja pela imposição de jornadas excessivas (corte de cana, por exemplo), seja pelo manejo de materiais agrotóxicos altamente nocivos à saúde humana, seja pelas relações de precária contratação de trabalhadores migrantes nos picos da demanda sazonal das safras agropecuárias. A superexploração do trabalho aqui referida assim como a superexploração dos recursos naturais, se amalgamam na abordagem histórico-concreta do agronegócio brasileiro dos anos 2000. Neste sentido, é conceito útil e necessário para caracterizar o padrão de extração do excedente econômico que se realiza no quadro de relações internacionais fortemente assimétricas. (DELGADO, 2012, p.23)

Dessa forma, entender que o atual contexto de expansão do agronegócio é marcado por essa dupla forma de superexploração, enquanto estratégia de compensação das trocas desiguais é determinante para apreender as contradições presentes nesse processo. Nesse sentido, Delgado (2012), sugere como evidência empírica dessa dupla superexploração no agronegócio nesta primeira década do século XXI, a expansão na área de produção da *commodities* agrícolas, por meio da degradação do meio ambiente, do aumento da área de queimadas e desmatamento, que são responsáveis pela emissão de dióxido de carbono na atmosfera. Pode ser percebido ainda pela intensificação do uso de agrotóxico, que vem causando várias contaminações.

Desta forma, no Brasil, a expansão do agronegócio ocorre com o uso intensivo e extensivo da terra. Esse modelo de produzir na agricultura vem comprometendo a reprodução da sociedade, pois “causam vários componentes de morbidade potencial, tanto ambiental quanto humana, que não entram no cálculo privado da produção agrícola, mas provocam evidentes custos sociais” (DELGADO, 2012; p.22).

Nesse sentido, é importante destacar que o Estado tem um papel central nessa expansão intensiva e extensiva do agronegócio, especificamente, estes incentivos do Estado ocorrem por meio da aprovação de legislações, de incentivos fiscais, de crédito a juros e de financiamentos. Assim, tendo em vista que o maior investimento público e do capital estrangeiro está voltado à produção de agrocombustíveis, a tabela 05 apresenta o custo da produção dos principais países produtores do mundo.

**Tabela 05:** Custo da produção do Bioetanol

Países	Matéria prima	Custo (US\$) litro*	
		DATAGRO	ÚNICA
<b>Brasil</b>	cana de açúcar		0,20
Centro sul	cana de açúcar		0,15
Norte/nordeste	cana de açúcar		0,18
<b>Estados Unidos</b>	Milho	0,47	0,33
<b>União Europeia</b>	Beterraba/trigo	0,97	0,55
<b>Tailândia</b>	cana de açúcar		0,29
<b>Austrália</b>	cana de açúcar		0,32

(\*) valores obtidos com base em cotação de dólar de R\$2,90/ US\$

**Fonte:** Datagro e Única,. **Elaboração:** TORRES FILHO, E. T.; PUGA, F. (2007)

Os dados apresentados na Tabela 05 demonstram que a Austrália e a Tailândia utilizam na produção de agrocombustíveis, a mesma matéria prima que o Brasil. No entanto, o custo da produção brasileira é o menor do mundo. Nesse sentido, a partir de um paralelo entre a produção canavieira brasileira e da australiana, apresentado na reportagem da *Agência USP de notícias* de 03/08/2011<sup>30</sup>, descreve-se que a produção canavieira australiana é intensiva, devido a pouca disponibilidade de terras e todas as etapas da produção, como: plantio, manejo e colheita da cana de açúcar são totalmente mecanizados. Já no Brasil, há uma grande fronteira agrícola em expansão e no processo de produção aliam-se técnicas de exploração intensiva e extensiva. Assim, embora se intensifique pós década de 1990, o processo de reestruturação produtiva e organizacional, resultando no aumento da mecanização e adoção de técnicas modernas no setor, permanece a utilização de força de trabalho manual, principalmente na atividade de colheita de cana, conforme será analisado no tópico seguinte.

Para Mendonça (2013; p.25), “o agronegócio está baseado na superexploração do trabalho e na renda da terra”. Nesse sentido, os processos de maior incorporação técnica na agricultura não significaram o fim da superexploração do trabalho no Brasil, mas ao contrário, um aprofundamento da mesma e da desigualdade. Conforme Marini (2012), para a superexploração chegar ao fim no Brasil, seria necessário romper com as correntes dos fundamentos do capitalismo dependente que o país é envolvido. No entanto, o que vem sendo

<sup>30</sup> Reportagem disponível em <http://www.usp.br/agen/?p=66403> Consulta feita: 21/12/2013



aprofundado na busca de maior competitividade no mercado mundial é a dependência pautada na superexploração da força de trabalho, como forma de compensar as trocas desiguais.

Afirma Santos (2013) que:

a competitividade do Brasil em relação a outros países como Austrália, África do Sul e EUA, deve-se aos atributos ligados aos produtos, preço e distribuição, que contam com o fenômeno da terceirização, com a subcontratação e superexploração do trabalho para garantir os baixos preços e maior concorrência do açúcar e álcool brasileiros no mercado internacional (SANTOS, 2013; p.110).

Desta forma, percebe-se que a existência, de uma imensa superpopulação supérflua no Brasil, que vem sendo historicamente submetidos nos termos de Marini (2005), a superexploração de sua força de trabalho, somando-se da grande disponibilidade de recursos naturais e de incentivos do Estado brasileiro ao setor canavieiro (via BNDES, dentre outros), favorece que o agronegócio canavieiro, seja bastante atraente aos investimentos do capital estrangeiros, já que oferecem altas taxas de lucratividades.

De acordo com Oliveira (2007; p. 55), “de 1997 a 2001, ocorreram 24 processos de (F & A) fusões e aquisições no setor canavieiro, todos da região Centro Sul.” Atraídos por essa onda de expansão, o capital estrangeiro passa a ser primordial para movimento de fusões e de Aquisições. Assim, o período de reestruturação do agronegócio canavieiro brasileiro, marca a abertura ao capital estrangeiro e o fim do controle do capital nacional, historicamente dominado por famílias tradicionais. Destaca Sant’ana (2012; p.45) que “o acentuado processo de fusão, incorporação e aquisição do setor envolve o grande capital nacional e internacional e a orquestração é dada pelo capital financeiro”.

De acordo com os dados apresentados por Neves; Conejero (2010), os investimentos do capital internacional no agronegócio canavieiro brasileiro, vêm ocorrendo não apenas em empresas estrangeiras que já vem desenvolvendo suas atividades no setor sucroenergético, como a Tereos e a Sucden ambas da França. Mas, em um contexto marcado pela dominação do capital financeiro, passam a participar de 15 a 100% do setor canavieiro brasileiro, grupos internacionais com investimentos dos mais diversos setores. Como por exemplo, *trading* dentre elas (Louis Dreyfus da França, Cargil, Bunge, ADM dos Estados Unidos, Noble da China, Sojitz Coporation e Mitsui do Japão), fundos de investimentos (Infinity bioenergy e Clean Energy Brazil da Inglaterra, Goldman Sachse Breco dos EUA, UMOE da Noruega, dentre outros), Conglomerados (Kuok da china, Mitsubish corporation), setor petrolífero

(British petroleum da Inglaterra), tendo ainda investimento da americana Monsanto, dentre outros. Desta forma, “um capital sem pátria aqui se instala por meio de seus empreendimentos” (SANT’ANA, 2012; p.44).

Em reportagem publicada em 24/03/2013, no jornal *O globo*, intitulada “*Estrangeiros são a nova geração de usineiros*”<sup>31</sup>, destaca que vem havendo um crescente processo de desnacionalização do setor canavieiro brasileiro. Nesse sentido, conforme dados apresentados na reportagem, a participação do capital estrangeiro, passa a ser responsável de 3% em 2006 da produção de açúcar e álcool brasileiro, para 12% em 2010 e em 2012 essa participação chegou a representar 33%, sendo prevista uma tendência de crescimento da mesma. Acrescenta a reportagem, que o setor canavieiro vem passando por um período de expansão, sendo atribuído ao processo de internacionalização do mesmo, como o principal responsável por essa nova fase de expansão.

Dentre os fatores abordados na reportagem, como causadores desse processo de desnacionalização do agronegócio canavieiro brasileiro, é apontada a alternativa energética sustentável do etanol, como um dos principais atrativos para os investimentos do capital estrangeiro. Outro fator importante foi a crise de 2008<sup>32</sup>, que afetou fortemente os tradicionais usineiros brasileiros, favorecendo um movimento de compras de usinas por estrangeiros.

Nesse rumo de análise, corroboramos com os argumentos de Sant’ana (2012), que: “a corrida brasileira para a busca de energia renovável, nada mais é que uma estratégia do capital de auferir maiores lucros, à custa da depredação ambiental do capital e do trabalho desumanizado” (SANT’ANA, 2012; p.39).

Afirma Alves (1991) que para manter seus empregos os cortadores foram obrigados a aumentar em 100% a produtividade do seu trabalho, passando de 6 toneladas/homem/dia, na década de 1980, para 12 toneladas, na década de 1990. Esse aumento foi acompanhado pela retomada da expressividade da produção canavieira na pauta exportação brasileira. Desta forma, 70% do açúcar produzido no Brasil é exportado para mais de 100 países, sendo na atualidade o maior exportador de açúcar e responsável por 45% da produção do etanol em nível mundial de acordo com a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2011).

---

<sup>31</sup> Reportagem disponível em <http://oglobo.globo.com/economia/estrangeiros-sao-nova-geracao-de-usineiros-8232513> Consulta feita: 21/12/2013

<sup>32</sup> Sobre o impacto da crise de 2008 no setor sucroalcooleiro, consultar em Pitta (2011).

Conforme os dados do DIEESE (2007) no ano de 2010 a exportação de açúcar em milhões de toneladas foi de 18,1, já para 2015 a previsão é de 20,5. Já para o etanol, as exportações em bilhões de litros foram de 4,3 em 2010, e em 2015 a previsão é de 6,9 bilhões de litros de etanol. Neste sentido, se aposta na atualidade da Teoria Marxista da Dependência para explicar a realidade brasileira, por entender que há uma prevalência das trocas desiguais nas relações internacionais nas quais o setor está inserido. Estas se dão com perdas para o país que são parcialmente compensadas por meio da superexploração do trabalho. Esse fenômeno é evidenciado pela análise do DIEESE (2007) onde mostra que no corte de cana, apesar do aumento na formalização do emprego em São Paulo, chegando a 90%, a produtividade no corte cresceu 236,8% enquanto o salário caiu 5,5%, chegando em 2006 à morte de 450 trabalhadores na atividade. De acordo com Silva (2011) há no setor a prevalência da utilização da mão de obra migrante temporária de regiões empobrecidas que facilita a maior exploração do trabalhador. Esses fatores favorecem o esgotamento prematuro do trabalhador, já que conforme Silva (2005), com o aumento de produtividade dos cortadores de cana, a vida útil desses trabalhadores é menor que a dos escravos africanos do século XIX.

Ramalho e Moreira (2012) destacam que a resposta do governo à crise atual do capital, está relacionada ao investimento estimulado via cortes tributários e crédito destinado ao complexo automobilístico-petrolífero na produção de agrocombustíveis, principalmente na produção de cana e milho para o etanol. Esse modelo ainda intensifica a mecanização, o uso de agrotóxico e a expropriação camponesa, agravando a questão social, e suas particularidades agrária e ambiental, conforme ressalta Stedile (2010). Representando também o controle do grande capital internacional sobre as tecnologias e patentes, sobre imensas áreas de terras brasileiras e da produção por meio de fusões e aquisições de empresas nacionais. Assim, por mais que o setor venha aumentando a composição orgânica do capital com o avanço das forças produtivas, estabelecem os ganhos de produtividade com um aprofundamento do processo de superexploração do trabalho e da condição de dependência, favorecidos pela consolidação do modelo de desenvolvimento agrário e agrícola caracterizado pelo agronegócio.

Desta forma, torna-se necessário retomar o Capítulo 1.1., quando trata a questão das duas esferas de consumo interno, a dos trabalhadores e a dos capitalistas, que estão desconectadas, abrindo espaço para a superexploração. Para Carcanholo (2011), a superexploração não coloca impedimento à acumulação interna do capital com a restrição do consumo da força de trabalho, porque a acumulação interna é dependente do mercado externo

e/ou voltada às camadas média e alta da população brasileira. Como resultado, o consumo da força de trabalho é afetado pelo aumento dos preços dos alimentos, já que as áreas que seriam direcionadas para o seu cultivo concorrem com o monocultivo de cana. Este, voltado para exportação ou para a produção de agrocombustível, favorece apenas a concentração de lucros no ramo automobilístico, direcionando-se aos postos de combustíveis, ao agronegócio canavieiro e ao barateamento do consumo interno das classes alta e média, que passam a adquirir ou a trocar seu automóvel movido à gasolina para flex fuel.

Para Martins (2011), a produção canavieira e de etanol, propagando-se uma energia verde, traz o receituário imposto aos países dependentes. Sendo assim, a energia verde do etanol, em “combate” ao aquecimento global, carrega as contradições advindas da dominação do capital internacional sobre o trabalho, da perpetuação do subdesenvolvimento e dos próprios condicionantes do aquecimento global, que se torna insustentável, do ponto de vista ambiental, esse modelo de produção. Nessa perspectiva de análise, a produção do setor para exportação permanece, de um lado, estabelecendo a dependência e de outro, aprofundando-a, com a aquisição e fusão de usinas pelo capital estrangeiro, passando o centro de decisões cada vez mais para o exterior. Isso reforça a possibilidade de manter os trabalhadores migrantes do corte da cana em condições de superexploração, completando o ciclo de acumulação ampliada do capital.

Portanto, o processo de expansão do agronegócio canavieiro, em tempos de reestruturação produtiva e organizacional, orquestrado pelo capital financeiro, se por um lado vem representando um aumento da composição orgânica do capital, em particular, na intensificação da mecanização do corte de cana, por outro, percebe-se um aprofundamento da superexploração dos recursos naturais e da força de trabalho. Tendo em vista que o foco dessa pesquisa são os trabalhadores rurais do Vale do Jequitinhonha que sobrevivem da migração temporária para o corte de cana, é importante entendermos o processo de trabalho no corte de cana, para podermos identificar como vem se expressando a superexploração destes trabalhadores, conforme será mostrado a seguir.

## **2.2. O Processo de trabalho no corte de cana**

Conforme a análise mostrou anteriormente no pós década de 1990, ocorreram modificações no processo de produção no agronegócio canavieiro, porém para Alves (2008), na atividade corte de cana que é uma das principais do setor, o processo de trabalho da década de 1970, pouco se alterou na atualidade.

Descreve autor que:

O trabalhador corta toda a cana de um retângulo, com 8,5 metros de largura, contendo cinco ruas de cana (linhas em que é plantada a cana, com 1,5 metros de distância entre elas), por um comprimento que varia de trabalhador para trabalhador. Esse pequeno retângulo, contido no retângulo maior, que é o talhão, é chamado de eito pelos trabalhadores. O comprimento do eito varia, pois depende do ritmo de trabalho e da resistência física de cada trabalhador. Portanto, trata-se de um retângulo de cana com área variável, porque o comprimento é verificável, ao final do dia, quando o trabalho é concluído. É o comprimento do eito que será o indicador do ganho diário de cada trabalhador. Portanto, o que ele receberá pelo dia de trabalho é o comprimento do eito, medido em metros lineares multiplicado pelo valor do metro (Alves, 2008, p.30).

Nesse sentido, além de abraçar um feixe (contendo entre cinco e dez de pés de cana) e realiza o corte basal das mesmas, cabe ao trabalhador cortador de cana um conjunto de atividades no desempenho de seu processo de trabalho, sendo elas: 1) limpar as palhas que não foram eliminadas pela queima prévia ao corte; 2) retirar a ponteira da cana ainda no ar; 3) transportar a cana para a linha central do eito; 4) arrumar a cana em leiras ou montes.

Ressalta Alves (2008), que a atividade de corte de cana é formada por um conjunto de atividades diferentes e que variam de usina para usina, dependendo o grau de exigência das mesmas. Tais exigências interferem diretamente no desempenho da atividade principal do cortador de cana.

Destaca Reis (2012), que o pagamento no corte de cana é por produção.<sup>33</sup> Assim, a única tarefa realizada pelo trabalhador que é de fato considerada no cálculo do mesmo, é o corte. Cabe destacar que, o pagamento por produção, não leva em conta a limpeza, arrumação, transporte de cana, realizada pelo trabalhador após o corte. Representando essas atividades, uma agregação de valor para a usina, por possuir mais trabalho incorporado, porém para o trabalhador, representa um dispêndio maior de energia, que não é acrescida no salário.

Nesse sentido, Alves (2006) chama atenção que a produção diária do trabalhador depende:

---

<sup>33</sup> De acordo com Guanais (2010), o pagamento por produção é o método predominante no agronegócio canavieiro para remunerar os cortadores de cana. Sendo a remuneração equivalente à quantidade de mercadoria produzida pelo trabalhador, extremamente arcaica. Podendo ser vista essa forma de pagamento, como uma modalidade do “salário por peça”, analisado por Marx (1996). Para Marx (1996), essa modalidade de salário é utilizada quando se deseja simultaneamente elevar o máximo a intensificação das tarefas e expandir a jornada de trabalho.

De sua habilidade e resistência física, para desenvolver diferentes atividades, cansativas, realizadas a céu aberto, na presença do sol, poeira, fumaça, fuligem, calor e roupas e instrumentos de trabalho pesados, e por outro lado, depende das exigências impostas pelas usinas à realização do trabalho (ALVES, 2006, p. 32).

Esse conjunto de atividades realizadas pelos cortadores de cana, geralmente em um período de 8 a 12 horas de trabalho diário, trabalhando no sistema 5 por 1, ou seja, trabalhando cinco dias e folgando um na semana, durante até 8 (oito) a 9 (nove) meses no ano, transforma-o em um verdadeiro “bagaço” (SILVA, 2006). Assim, no decorrer dos anos de desempenho dessa atividade repetitiva, exaustiva e pesada, principalmente, por a forma de pagamento ser por produção, por exigir do trabalhador um constante aumento da intensidade do trabalho, sofrendo sua força de trabalho um desgaste prematuro. Em sua pesquisa intitulada “*Por que morrem os cortadores de cana?*” Alves (2006) destaca que a relação entre produtividade do trabalho e remuneração existente no corte manual de cana é apontada como a principal causa da grande ocorrência de problemas de saúde e morte dos cortadores de cana, sendo os trabalhadores, principalmente rurais, homens e jovens, que tem força física para suportar mais tempo tal processo. Cabe ressaltar que “os valores auferidos pelos atuais cortadores de cana variam entre 600 e 1.100 reais; quantia semelhante ou menor à recebida por aqueles que trabalharam há 10 anos” (SANT’ANA, 2012; p.97).

Além disso, por o trabalho desempenhado pelo cortador de cana ser temporário, o mesmo, fica a maioria das vezes desempregado no período de entressafra, em função da falta de demandas pelas usinas. Nesse sentido, o ganho do trabalhador no corte de cana no período de safra, é responsável por manter a família durante o ano todo, elevando o grau de cobrança e de produtividade dos trabalhadores (ALVES, 2006).

Por tudo isso, Alves (2006) compara o trabalhador cortador de cana com um corredor fundista, por realizar diariamente uma atividade desgastante, repetitiva e exaustiva:

Um trabalhador que corte 12 toneladas de cana, em um eito de 200 metros de comprimento por 6 metros de largura, caminha durante o dia uma distância de aproximadamente 8.800 metros. Despende 133.332 golpes de podão. Carrega 12 toneladas de cana em montes de 15 kg, em média; portanto, faz 800 trajetos e 800 flexões, levando 15 kg nos braços por uma distância de 1,5 a 3 metros. Faz aproximadamente 36.630 flexões e entorses torácicas para golpear a cana. Perde, em média, 8 litros de água por dia, por realizar toda esta atividade sob sol forte do interior de São Paulo, sob os efeitos da poeira, da fuligem expelida pela cana queimada, trajando uma indumentária que o protege da cana, mas aumenta sua temperatura corporal. (ALVES, 2006, p.96).

Nesse sentido, esse desgaste diário da energia física do trabalhador (andando, golpeando, agachando-se e carregando peso), para alcançar uma produtividade crescente no trabalho, aliado ao baixo salário, vestimentas pesadas, quentes e uma alimentação insuficiente para repor a sua corporeidade física, configura-se um processo de trabalho que tem na superexploração da força de trabalho enquanto mecanismo de compensação das trocas desiguais. Isso torna a superexploração do trabalho, um elemento determinante para o adoecimento e mortes de muitos cortadores de cana.

Para Thomaz Junior (2002) no corte de cana:

os sistemas de remuneração no corte de cana (como as forma de medição, classificação e pagamento) são armas importantes, disponibilizadas pelo capital, que garantem a um só tempo a manutenção da extração do sobretrabalho, como também o controle do processo de trabalho e da superexploração do trabalho, que chega às raias da semi escravidão (THOMAZ JUNIOR, 2002, p. 20).

Desta forma, é importante reafirmar que a permanência da acumulação capitalista no Brasil, fundada na superexploração da força de trabalho, tem no salário por produção do cortador de cana, um elemento que favorece a intensificação da intensidade do trabalho no corte de cana e, como resultado, a diminuição da expectativa de vida do trabalhador, não passando a mesma de 35 anos de idade (LAAT, 2008).

Nesse rumo de análise, percebe-se que vem sendo intensificada no agronegócio canavieiro a substituição de trabalho vivo pelo morto na atividade de corte de cana, esse processo tem causado a diminuição do número de cortadores de cana que são incrementados temporariamente no período de safra. Porém, permanece a utilização da força de trabalho dos cortadores de cana em condições arcaicas, convivem, lado a lado com a modernidade das máquinas. Assim, por de acordo com Alves (2007), serem a maioria migrantes os trabalhadores rurais que são incrementados temporariamente no corte de cana, os migrantes tendem a sofrer mais fortemente o impacto da intensificação do trabalho, conforme a análise irá mostrar a seguir.

### **2.3. Os trabalhadores migrantes temporários no agronegócio canavieiro**

A atividade de colheita de cana, devido a características inerentes da cana de açúcar, não é uma atividade contínua, mas uma atividade agrícola sazonal. Nesse sentido, embora haja, conforme será mostrado a seguir, um avanço no processo de mecanização da atividade

corte de cana, no período de safra entre os meses de abril a novembro, ainda é requerida uma massa expressiva de trabalhadores manuais (REIS, 2012).

Assim, cabe questionar, quem são os trabalhadores que buscam trabalho nas usinas de cana, de onde partem, para onde vão e porque vão?

Conforme estudos de Guanais ( 2013), Silva (1999 ) e Alves (2007 ) a maioria dos cortadores de cana são migrantes de outras regiões do Brasil. Em geral, são do Nordeste e do Norte de Minas Gerais, principalmente do Vale do Jequitinhonha que vão (entre março e abril), trabalhar em usinas de álcool e açúcar, localizadas em outras regiões do Brasil, permanecendo lá por um período máximo de 8 a 9 meses no ano, retornando para suas regiões de origem apenas em novembro/dezembro. O perfil dos trabalhadores é o seguinte: são pobres, jovens, em sua maioria do sexo masculino, saudáveis e com habilidade para manusear o facão e residem na maioria das vezes, em suas regiões de origem, nas áreas rurais. Permanecem no período de safra em alojamentos coletivos, oferecidos pelas usinas, em bairros da periferia das cidades, dormitório ou casebres nos distritos rurais, assumindo a condição de “migrantes temporários” (ABREU, 2007).

A mediação da relação entre usina e trabalhador, dá-se, na maioria das vezes, por meio da figura do gato ou fiscal. Eles são responsáveis pelo recrutamento dos trabalhadores em sua região de origem e em garantir, no período de safra, o controle e a obediência do trabalhador. Conforme a Pastoral dos Migrantes do Vale do Jequitinhonha (2011 ) ,( 2012), (2013), o que determina a tomada de decisão do trabalhador em migrar para trabalhar no corte de cana em diferentes usinas, é em geral a necessidade de sobrevivência, já que se veem obrigados a aceitar esse trabalho para terem acesso a uma renda, que assegura, por um determinado período de tempo, a sua manutenção e de sua família.

Para Guanais (2013), a realidade vivenciada por esses trabalhadores rurais que buscam assalariamento temporário nas usinas de açúcar e álcool, embora motivada pela necessidade de sobrevivência, é acompanhada por um conjunto de expectativas e sonhos. Destaca a autora, que raramente esses trabalhadores cortadores de cana, abandonam suas regiões de origem com a decisão inicial de não mais regressar, mas eles migram com a expectativa de formar uma reserva de dinheiro que possibilite investir em sua região de origem no período de retorno. Como também, de acessar o seguro desemprego, garantindo renda no período que compreende a entressafra da cana. É importante ressaltar que no caso da cana, esse



deslocamento não ocorre da família toda, mas permanecem nas comunidades rurais as mulheres, crianças, adolescentes e idosas.

De acordo com Alves (2007), o Estado de São Paulo que concentra a maior quantidade da produção canavieira brasileira, têm aproximadamente 180 mil e 250 mil trabalhadores cortadores cana, e, desse total, aproximadamente 70% são migrantes temporários, ou seja, residem no Estado de São Paulo apenas no período de safra. Essa realidade não é única de São Paulo, nos canaviais do sul e triângulo de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás, Rio de Janeiro, Espírito Santo, é expressivo o número de cortadores de cana que são incrementados apenas no período de safra. De acordo com Alves (2007), o incremento da força de trabalho migrante temporária no agronegócio canavieiro, foi impulsionado em meados da década de 1970, no período de expansão da produção canavieira, gerada pelo Proálcool. Nesse sentido, de acordo com Alves (2007) e Silva (1999), esses trabalhadores que foram incrementados temporariamente eram predominantemente, do Vale do Jequitinhonha - Minas Gerais, conforme será mostrado no próximo capítulo.

Importa ressaltar que pós década 1990, embora haja um número expressivo de trabalhadores do Vale do Jequitinhonha, há no agronegócio canavieiro, um crescimento da quantidade de trabalhadores migrantes de outros Estados, como do Maranhão, Piauí, Paraíba, Bahia, etc.

Abreu (2007), analisando a situação dos trabalhadores cortadores de cana no agronegócio canavieiro, na cidade de Campo do Goytacazes no Rio de Janeiro, descreve que em Campos do Goytacazes é expressivo o número de trabalhadores que chegam a partir no período de safra. A maioria desses trabalhadores é proveniente, principalmente do Vale do Jequitinhonha-MG e do Estado do Alagoas, tendo ainda trabalhadores pernambucanos, baianos e maranhenses.

Martins (1986), procurando identificar os tipos de migrantes temporários, demonstra que há sete tipos mais significativos. Desses sete tipos apresentados por Martins (1986), podemos identificar que um condiz com os trabalhadores cortadores de cana que migram no período de safra para trabalhar nas usinas do agronegócio canavieiro, sendo eles:

Trabalhadores rurais que migram temporariamente para zonas rurais em busca de trabalho, que aproveitam os períodos de entressafra em suas próprias lavouras para trabalhar na safra de outros produtos, em outras regiões. São, geralmente, pequenos proprietários, pequenos arrendatários, parceiros ou foreiros. É o que ocorre com os

pequenos produtores do Agreste pernambucano e da região nordeste de Minas Gerais (MARTINS, 1986, p.47).

Embora fosse possível identificar que perfil de migrante temporário condiz aos trabalhadores que são empregados temporariamente no período de safra, no corte de cana pelo agronegócio canavieiro. Além disso, devido aos avanços da biotecnologia aumentou-se o período de safra que era de 6 meses passando para 8 a 9 meses, levando a diminuição do tempo em que esses trabalhadores se dedicavam a agricultura familiar camponesa, em sua cidade de origem. Martins (1986) destaca que os calendários agrícolas das regiões de origem e de destino não se encaixam perfeitamente, assim, o ciclo da cultura canavieira que é diretamente dominada pelo capital, invade o ciclo da agricultura familiar camponesa do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais e de outras regiões de origem desses trabalhadores.

Para Silva (2006):

O trabalho temporário pode ser adequadamente compreendido como uma das formas sociais produzidas pelo desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira, e não expressão de sua suposta inconclusividade. Resulta da emergência de processos econômicos e políticos envolvidos em contradições de classe, expressando parte das especificidades das relações estabelecidas entre trabalho social e propriedade fundiária na sociedade brasileira. Assim como o trabalho escravo, que a despeito do ar de “atraso” permanece articulado as propriedades rurais com perfis indiscutivelmente modernos de produção agrícola, o trabalho volante é circunstancialmente eficiente, em termos de produção de valores excedentes, para a preservação das relações de dominação sócio política da agricultura modernizada e de sua expressão maior, qual seja, o chamado agronegócio. (SILVA, 2006, p. 88).

A migração temporária de fato é um processo social que tende a acirrar no capitalismo contemporâneo, por colaborar com a retomada da taxa de lucro do capital, tornando o mundo do trabalho mais fragmentado, heterogêneo, levando o trabalhador a se desconhecer enquanto classe e gerando uma divisão entre trabalhadores permanentes e temporários.

Nesse sentido, os trabalhadores migrantes temporários representam uma grande parcela de trabalhadores do setor agrícola, sendo esses trabalhadores parte da superpopulação supérflua precariamente inserida no mercado de trabalho incrementado no processo de produção, enquanto estratégia de reprodução do capital como também da força de trabalho. Nas palavras de Marx (1996; p.199) “as condições da produção são ao mesmo tempo as condições da reprodução”.

Nesse sentido, o processo migratório temporário, na aparência, representa uma escolha individual do trabalhador de ir e vir em busca da sobrevivência. Para entender a essência desse processo é indispensável termos como referência “os movimentos do capital concretizados na lei geral da acumulação capitalista, que impõem controles sobre a força de trabalho e determinam espaços de concentração e centralização da riqueza.” (MOREIRA; SABADINI, 2011; p. 05).

Afirma Alfredo (2010, p.01); “migrar, entretanto, é estar à disposição para efetivar a relação capital/ trabalho, ou melhor, a contradição capital/ trabalho.” Assim percebe-se a fetichização dessa relação capital /trabalho, onde o trabalhador migrante temporário se torna objeto à disposição do capital e o capital torna-se o sujeito, que comanda o trabalhador conforme seus interesses, passando controlar sua vida, a partir de um processo temporal de ir e vir. Haja vista, que tanto a migração como também a modernização da agricultura, conforme foi mostrado anteriormente, tem função econômica por disponibilizar força de trabalho farta para as várias atividades, regulação salarial e enfraquecimento da organização do trabalhador.

Assim, as condições e relações de trabalho no agronegócio canavieiro, com a prevalência do modelo de acumulação dependente no Brasil, baseado na superexploração da força de trabalho como forma de compensar as trocas desiguais, tem na utilização de força de trabalho migrante temporária no agronegócio canavieiro, um importante instrumento de aumento da taxa de lucro e de maior submissão dos trabalhadores, sendo aumentada essa submissão com a intensificação da mecanização do corte de cana, conforme pode ser visto no capítulo seguinte.

#### **2.4. O avanço da mecanização do corte de cana no agronegócio canavieiro**

*Em muitos lugares que trabalhei não tá pegando gente mais. Por que tem máquina cortando cana, lá agora é só serviço de operador de máquina. [...] Se continuar assim daqui uns dias não vai ter mais emprego para ninguém, igual o menino falou que em 2014, não vai ter mais ninguém cortando cana. [...] a vida vai ficar mais difícil, não sei se tem outro serviço ou outra usina para trabalhar (PASTORAL DO MIGRANTE DO VALE DO JEQUITINHONHA, 2013)<sup>34</sup>.*

O relato do trabalhador rural migrante cortador de cana do Vale do Jequitinhonha, expressa a concreta preocupação dos trabalhadores cortadores de cana, devido ao atual avanço

---

<sup>34</sup> Relato de Trabalhador migrante cortador de cana desde 2008, oriundo do município Francisco Badaró Vale do Jequitinhonha - MG, 27 anos de idade.

do processo de mecanização do corte de cana, o qual vem trazendo consequências para os trabalhadores. Nesse sentido, Karl Marx tendo como objeto de estudo, a sociedade burguesa já se dedicava nos séculos 18 e 19, a analisar os efeitos da mecanização sobre a força de trabalho. Sustenta o autor, que a mecanização na sociedade burguesa tem a função de autovalorização do capital e desvalorização e pauperismo do trabalhador.

Nas palavras de Marx (1996):

O trabalhador torna-se invendável, como papel-moeda posto fora de circulação. A parte da classe trabalhadora que a maquinaria transforma em produção supérflua, isto é, não mais imediatamente necessária para a autovalorização do capital, sucumbe, por um lado, na luta desigual da velha empresa artesanal e manufatureira contra a mecanizada, inunda, por outro lado todos os ramos mais acessíveis da indústria, abarrotando o mercado de trabalho e reduz, por isso, o preço da força de trabalho abaixo do seu valor. [...] Onde a máquina se apodera paulatinamente de um setor da produção, produz miséria crônica nas camadas de trabalhadores que concorrem com ela (MARX, 1996; p.62).

Outra função atribuída por Marx (1996), ao processo que designou de substituição de trabalho “vivo” pelo “morto”, é um importante instrumento de repressão das revoltas e greves operárias, como também levava ao aumento da superpopulação relativa e à miséria da classe trabalhadora. Nesse sentido, embora o relato do trabalhador cortador de cana acima apresentado pela Pastoral dos Migrantes do Vale do Jequitinhonha (2013), seja no século XXI, esteja abordando particularmente, da mecanização do corte de cana e de que forma que essa mecanização vem se expressando na singularidade do seu cotidiano e Marx tenha escrito entre os séculos 18 e 19, percebe-se que se trata de um mesmo processo, enquanto resultado do modo que se produz e se reproduz no capitalismo.

Afirma Marx (1996) que:

As contradições e os antagonismos inseparáveis da utilização capitalista da maquinaria não existem porque decorrem da própria maquinaria, mas de sua utilização capitalista! Já que considera em si, a maquinaria encurta o tempo de trabalho, enquanto utilizada como capital aumenta a jornada de trabalho; em si, facilita o trabalho, utilizada como capital aumenta sua intensidade; em si, é uma vitória do homem sobre a força da natureza, utilizada como capital submete o homem sobre a força da natureza; em si, aumenta a riqueza do produtor, utilizada como capital o pauperiza, etc (MARX, 1996; p.73).

Desta forma, ficam claras as contradições presentes no desenvolvimento da mecanização no capitalismo, tanto na indústria, como também na agricultura. Mais especificamente, a introdução de máquinas e tecnologias na agricultura leva de acordo com

Marx (1996), à diminuição relativa e absoluta da população rural. Além disso, impulsiona o processo de substituição do camponês pelo trabalhador assalariado e ao maior empobrecimento do trabalhador rural. Para Carcanholo “a tecnologia não é por si só um mal; a maneira como é utilizada no capitalismo é que deve ser combatida, já que na maioria das vezes destina-se à obtenção de lucros, e não ao benefício da humanidade” (CARCANHOLO, 2011; p.156).

Neste rumo de análise, foi mostrado anteriormente, que a mecanização do agronegócio canavieiro, é parte da estratégia iniciado na década de 1960, resultado do ingresso do Brasil em uma nova etapa na Divisão Internacional do Trabalho, sendo esse período marcado pelo processo de modernização conservadora da agricultura e aprofundamento da dependência do país ao mercado mundial. Assim, tendo em vista que o foco dessa pesquisa, é a etapa da colheita de cana, é importante ressaltar que ela se divide em três fases interdependentes: o corte, o carregamento e o transporte da cana dos canaviais até a usina. Destaca Alves (1991), que a primeira modificação técnica significativa no setor canavieiro, ocorreu na década de 1950, com a queimada prévia dos canaviais, levando um aumento da produtividade dos cortadores de cana de 2,5 para 4 tonelada/dia. A introdução da queimada da cana foi responsável por impulsionar a separação entre a atividade de corte de carregamento.

Conforme Graziano da Silva (1982), o carregamento era desenvolvido totalmente pelos cortadores de cana, passando o trabalhador, a ser responsável apenas pela atividade de corte de cana e da organização das leiras de cana. Com isso, cria-se a necessidade de introduzir carregadores, que tinham a função de transportar a cana nas costas e atirar nos caminhões. Assim, a elevação da produtividade do trabalhador cortador de cana, está relacionada à separação da atividade de cortador e carregador, como também pela adoção a partir desse período, do pagamento por produção para os cortadores de cana.

Nesse sentido, a mecanização da colheita de cana teve início em meados da década de 1960, porém essa mecanização se deu de forma gradual, pois inicialmente atingiu o transporte da cana. Com o desenvolvimento de caminhões cada vez maiores e adaptados, posteriormente atingiu a etapa de carregamento da cana (ALVES, 1991).

Sendo assim, no final dessa mesma década de 1960, ocorreu a substituição dos carregadores por guindastes mecânicos, que realizavam o carregamento da cana até os caminhões. Essa mecanização introduzida no carregamento da cana teve como efeito o aumentando da produtividade do trabalho dos cortadores de cana, devido à diminuição, o

tempo necessário, socialmente necessário, para o desempenho da atividade, nos termos de Marx (1996).

Sustenta Alves (1991), que o corte de cana, foi a última etapa da fase de colheita a ter início o processo de mecanização, podendo ser percebido que até a atualidade essa mecanização não se concretizou totalmente. Assim, a mecanização do corte de cana, significa a substituição de trabalhadores cortadores de cana por máquinas colheitadeiras, sendo essa “substituição, antecedida pelo cálculo comparativo entre o custo de operação da máquina e o salário pago por unidade colhida” (ALVES, 1991, p.79).

Além disso, a mecanização do corte de cana requer uma série de modificações no processo produtivo, que vai desde o plantio até o recebimento da cana nas usinas. De acordo com Alves (1991), para aumentar a produtividade e a longevidade das máquinas colheitadeiras, é necessário: o redimensionamento dos talhões<sup>35</sup>, por meio do aumento do comprimento dos mesmos; o nivelamento dos terrenos, pois as máquinas não trabalham em terrenos acidentados; além disso, é necessária a correção de falhas nos terrenos, removendo tocos, buracos e pedras e finalmente, tem que deixar um espaçamento nas fileiras de (1,5m), para que as máquinas possam trafegar sem amassar as canas. Devendo ainda, realizar o plantio mais raso e as canas devem crescer eretas, pois as máquinas não colhiam canas curvadas.

Sustenta Alves (1991), que existem limites naturais à capacidade técnica das máquinas quanto ao terreno (incidência de pedras, pântanos e declives), que não foram superadas totalmente, apesar do incremento de melhorias técnicas no processo de produção. Nesse rumo de análise, percebe-se que a mecanização do corte de cana, exige vultosos investimentos, que não são acessíveis a todas as usinas e fornecedores de cana.

Chama atenção, que a utilização de máquinas colheitadeiras é datada no final da década de 1960, porém, estas primeiras máquinas eram utilizadas como “máquinas vitrines” (GRAZIANO SILVA, 1980). Explica Alves (1991), que embora estas máquinas no período, já produzissem um rendimento acima dos trabalhadores, as mesmas, eram utilizadas apenas no início da safra, posteriormente eram substituídas por cortadores de cana e posta novamente nas vitrines. Essa forma de utilização das colheitadeiras implicava objetivamente, no

---

<sup>35</sup> De acordo com Reis (2012, p. 68), “talhões é uma área delimitada pelas estradas de escoamento da produção que pode ter diferentes dimensões e formatos. Geralmente sua sistematização segue as imposições dos terrenos, porém, devido à mecanização do corte de cana e a restrição de mobilização das colhedoras mecânicas, os talhões vêm sendo modificadas para tornar o corte por essas máquinas o mais produtivo possível.”

rebaixamento dos salários dos cortadores de cana, e subjetivamente, pressionando-os e ameaçando-os para que aumentassem sua produtividade no trabalho, já que poderiam ser substituídos por máquinas.

Para Alves (1991):

Nesta etapa, início da década de 1970, o incentivo à mecanização do corte se devia a perspectivas pessimistas quanto à existência, no Estado de São Paulo, de um contingente de trabalhadores assalariados temporários, capaz de dar conta do corte sem pressionar os salários para cima. Nesta etapa, tanto o IEA quanto a Coopersucar, emitiam relatórios dando conta da possibilidade de falta de braços a uma lavoura que crescia as elevadas taxas de crescimento. Porém, o processo de modernização da agricultura, no Brasil, e a dinâmica populacional se encarregaram de resolver o problema, pondo a disposição do setor um enorme contingente de trabalhadores, nas cidades dormitórias da Região. O qual é anualmente acrescido de um elevado número de trabalhadores vindos de várias partes do país, principalmente do Vale do Jequitinhonha, que afluem à Região e pressionam os salários para baixo. Isto significa, que o incentivo à mecanização pela falta de braços para o corte, com a conseqüente tendência à elevação dos salários, já não se verifica. Daí, o estímulo à mecanização existente deve ser buscado em outro campo, que não o da escassez de trabalhadores (ALVES, 1991, p.80-81).

Assim, a escassez e o alto custo da força de trabalho foram resolvidos com a expropriação de trabalhadores rurais e a formação de uma massa crescente de trabalhadores excedentes que foram incrementados, temporariamente, no agronegócio canavieiro. Nesse sentido, embora a atividade de corte de cana, até final da década de 1970, era quase exclusivamente manual e o controle do processo de produção, o ritmo e intensidade do trabalho eram determinados pelo cortador de cana, com a modernização da atividade, na década de 1990, as metas de produção passam a impedir a autonomia do cortador de cana, havendo uma maior subordinação real do trabalho ao capital, nos termos de Marx (1996).

É importante ressaltar que o Proálcool foi determinante para impulsionar a mecanização tanto do plantio, como também do corte de cana. Assim, com a criação do Proálcool em 1975 e com a expansão da atividade canavieira para novas áreas, a mecanização do corte de cana sofre um novo impulso. Os fabricantes de máquinas passaram a produzir modelos mais modernos e as novas colheitadeiras substituíam até as máquinas carregadeiras, pois “passaram a cortar cana em pé ou cana acamada (deitada), crua ou queimada, e ainda cortar e picar e já depositá-la diretamente no caminhão” (Alves, 1991, p. 81).

Além dos avanços técnicos, as usinas incorporaram toda uma infraestrutura necessária para o apoio da mecanização do corte de cana, elevando a produtividade das máquinas. Vale lembrar que foi um pequeno número de grandes usineiros que conseguiram realizar esse

processo de modernização, favorecendo a tendência de concentração e centralizações de capitais, no agronegócio canavieiro. Nesse sentido, percebe-se que a mecanização do corte de cana não foi apenas impulsionada por incentivos dos programas governamentais, como o Proálcool.

Alves (1991) esclarece o porquê mecanizar, a partir do resultado de entrevistas realizadas em sua pesquisa com usineiros de Ribeirão Preto:

[...] a decisão de mecanizar o corte de cana não foi tomada unicamente, com base na viabilidade econômica da mecanização, frente ao corte manual, numa comparação entre custos de operação da máquina e tempo de amortização do investimento, versus custos da mão de obra dos cortadores de cana. [...] O que foi revelado [...], é que a mecanização do corte de cana foi incentivada, a partir de 1984, devido as greves anuais dos trabalhadores da região, que ao paralisarem o corte paralisavam também as usinas. Nestas condições, a mecanização do corte de cana era, segundo os usineiros, a forma de adquirirem maior poder de barganha para negociar a pauta de reivindicações dos trabalhadores, sem as unidades de produção paralisadas. Com a mecanização do corte, as usinas podem continuar funcionando, mesmo com os cortadores de cana em greve, moendo a cana cortada pelas máquinas (ALVES, 1991, p.84).

Nesse sentido, essa tendência de impulsionar a mecanização, buscando aumentar o poder de barganha dos donos dos meios de produção, foi analisada por Marx (1996), e pode ser confirmada no setor sucroalcooleiro. Já que mesmo as colheitadeiras apresentando anterior à década de 1980, uma margem de lucros superior ao trabalho manual, somente quando as greves e revoltas dos trabalhadores, tornaram-se uma ameaça frequente, que as máquinas deixaram de ser usadas como “vitrines” e foram incrementadas com maior força em substituição ao trabalho manual dos cortadores de cana.

Assim, a Greve de Guariba (SP) de 1984, representa um marco central desse movimento de efervescência da luta dos trabalhadores. De acordo com Moraes Silva (1999), como forma de enfraquecer o processo de organização e luta dos trabalhadores da década de 1980, as usinas, além de dar um maior impulso ao processo de mecanização do agronegócio canavieiro, intensificaram o incremento dos trabalhadores migrantes temporários de regiões distantes, principalmente do Vale do Jequitinhonha.

Desta forma, o processo de mecanização do corte de cana, enquanto estratégia de valorização do capital, além de aumentar o poder de barganha dos usineiros e o controle sob a força de trabalho, resulta concretamente na redução do número de trabalhadores empregados, aumenta a superpopulação relativa e eleva a produtividade no processo de produção. Desta



forma, “em 1980, verificou-se que o rendimento médio de uma colhedeira de cana atinge 200 toneladas por dia, em 10 horas de trabalho, substituindo aproximadamente 30 homens/dia, com a produção superior a 6 toneladas/dia” (ALVES, 1991, p.82).

Na atualidade, conforme Guanais (2013):

[...] Devido ao contínuo aprimoramento técnico direcionado à produção das máquinas empregadas nos canaviais, estima-se que uma colheitadeira seja capaz de substituir o trabalho de 90 cortadores de cana. Além de apresentarem índices de produtividade mais elevados do que os seres humanos, atualmente as máquinas oferecem a vantagem para os empregadores de poderem trabalhar ininterruptamente, isto é, ao longo de 24 horas, fato que por si só faz com que a quantidade de cana colhida supere em muito a que é colhida no decorrer da jornada dos trabalhadores (GUANAIS, 2013; p. 59).

A partir da década de 1990, por iniciativa da sociedade civil, organizações ambientais e promotorias, iniciou-se a luta contra as queimadas dos canaviais em São Paulo, enquanto resultado de debates e pesquisas sobre os efeitos negativos sobre a população, os trabalhadores e o meio ambiente das queimadas dos canaviais. Nesse sentido, a mecanização do corte de cana passa ser apontado como uma saída contra a queimada do corte de cana, já que a máquina pode cortar tanto cana queimada, como também, a crua. Em 2003, a luta pelo fim da queimada, ganha dois novos atores determinantes, os usineiros e o mercado externo, passando esses dois atores, a incorporar e propagar o discurso contra as queimadas canaviais, que a sociedade civil já fazia desde a década de 1990 (ALVES, 2009).

Nesse sentido, percebe-se conforme os dados apresentados por Guanais (2010), que o processo de mecanização do corte de cana vem passando por contínuo processo de aprimoramento e intensificação, principalmente a partir de 2000. Culminando na assinatura em 2007 de um protocolo entre governo de São Paulo e usineiros, o qual estipulou o fim das queimadas em áreas mecanizáveis, para até 2014<sup>36</sup>. É importante ressaltar que esse protocolo abrevia a legislação do Estado de São Paulo de 2004, a qual exigia que nenhum canavial fosse queimado no estado a partir de 2031, sendo no protocolo acordadas várias formas de estímulo ao processo de mecanização, por meio de incentivos fiscais e creditícios para a aquisição de máquinas, como também, para o desenvolvimento de novas tecnologias, conforme mostrado no item 2.1.

---

<sup>36</sup> O Protocolo Agroambiental, foi firmado no Estado de São Paulo em 2007, sendo um acordo estabelecido entre a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento e a União da Indústria de Cana de Açúcar (ÚNICA), contando com forte apoio da sociedade civil, em favor do fim das queimadas. Tal acordo prevê o fim das queimadas para 2014 para canaviais mecanizáveis e até 2017 para áreas não mecanizáveis (GUANAIS, 2013).

Santos (2013) resume os fatores que vêm impulsionando desde a década de 1980, a mecanização da colheita de cana:

1) As greves dos anos 1980 e as lutas dos trabalhadores canavieiros por melhores condições de trabalho e reajustes de salários; 2) O poder de negociação e mobilização dos trabalhadores organizados pelos sindicatos e federações; 3) As condições degradantes do trabalho na colheita manual; 4) Problemas ambientais causados pela produção da cana-de-açúcar, do álcool e do açúcar; 5) Exigências do mercado e pressão dos movimentos sociais e ambientais contra as queimadas, dentre outros (SANTOS, 2013; p. 205).

Somando as esses pontos abordados, o processo de mecanização vem sendo intensificado no corte de cana, pela necessidade do agronegócio canavieiro atingir um número maior de mercados na exportação de *commodities*, principalmente com a possibilidade do álcool brasileiro vir a se tornar uma. Sendo buscado ainda, diminuir a repercussão na imprensa internacional e nacional das péssimas condições de trabalho dos cortadores de cana, como também favorecendo a propagação da imagem de uma matriz energética “sustentável”, que esteja de acordo com as normas internacionais e com menores impactos sócios ambientais (ALVES, 2007).

Alerta Alves (2007) que:

É necessário ter claro que a sociedade reivindica o fim da queima, e os trabalhadores reivindicam a melhoria de suas condições de vida e trabalho, principalmente através do cumprimento da legislação trabalhista. A iniciativa de juntar o fim da queima de cana com o corte mecanizado é uma iniciativa patronal (ALVES, 2007, p. 161).

Isso porque o binômio, fim das queimadas e mecanização, criado pelos usineiros, se dá no momento político no início da década de 1990, tendo os trabalhadores rurais ainda um poder de barganha, podendo impedir o corte manual da cana crua. Já que o corte manual de cana crua, além de aumentar o perigo e esforço do trabalhador, não converte em aumento no salário, pois a produtividade tende a diminuir (Alves, 2007).

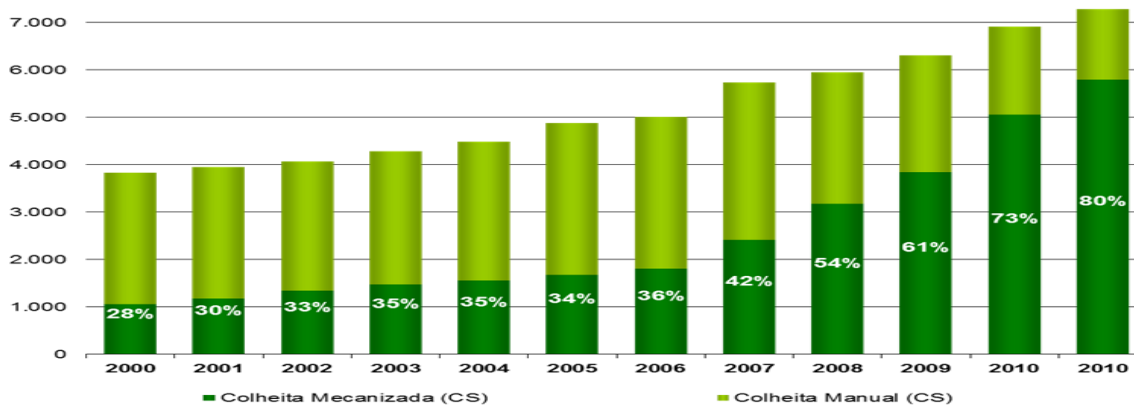
Explica Alves (2007), que:

O corte de cana crua, sem queimar, assim como o corte em sete ruas, que deflagrou a greve de 1984 em Guariba, reduzem a quantidade de cana cortada por trabalhador. No corte em sete ruas, os trabalhadores trabalham mais e ganham menos, porque têm que andar mais 3 metros lateralmente, ao cortar duas linhas a mais. No corte de cana crua, o cortador corta, no máximo, 4 toneladas de cana por dia (66 metros),8 ao passo que, com cana queimada, corta 12 toneladas por dia. Por isso, cortar cana crua, sob os mesmos valores da tonelada de cana, reduziria os salários e, por conta, provocaria a oposição dos trabalhadores, o que poderia deflagrar um novo ciclo de

greves, exatamente como ocorreu em 1984 devido à introdução do corte em sete ruas. (ALVES, 2009, p.163 ).

Desta forma, fica claro que a mecanização do corte de cana tem por trás contradições advindas da relação capital/trabalho. Isso porque, tendo em vista que no Brasil a acumulação capitalista é dependente e se baseia na superexploração da força de trabalho, é necessário não apenas ter uma grande massa de trabalhadores excedentes para que ocorra a superexploração, mas também comprometer o poder de barganha, os movimentos de organização e luta e resistência dos trabalhadores, convertendo-os em instrumentos que favoreçam a dominação capitalista. Além disso, “mecanizar o corte de cana, sai para a agroindústria sucroalcooleira em média 30% a 40% mais barato, do que o corte manual” (OLIVEIRA, 2003; p.90). Assim, com todos esses benefícios para os usineiros vem se percebendo uma tendência de intensificação da mecanização do corte de cana, conforme os dados do gráfico abaixo:

**Gráfico 1-** Mecanização da colheita de cana no Centro Sul (mil hectares)



Fonte: CTC e Conab. Elaboração: CTC

Embora não esteja incluído no gráfico 1, o ano de 2012, é possível afirmar a partir dos dados da CTC que a mecanização em áreas mecanizáveis, atinge 85% do corte de cana no Centro Sul (CTC, 2012,2013). Nesse sentido, é importante registrar que o Centro Sul é onde se concentra a produção canieira brasileira, sendo o Estado de São Paulo responsável por mais de 50% da área nacional cultivada de cana de açúcar (CONAB, 2013).

Assim é possível afirmar que, no capitalismo, só ocorre à modernização, o maior incremento tecnológico, ou seja, a substituição do trabalho vivo pelo morto em um setor, quando há vantagens econômicas, como também, quando é necessário aumentar a

subordinação real dos trabalhadores, por meio do enfraquecimento dos seus instrumentos de luta e organização.

Destaca Thomaz Junior (2002):

Ainda que a tendência, até certo limite, seja de aumentar crescentemente o corte mecanizado, convive lado a lado, na mesma empresa, formas de extrair o sobretabalho, mas, com a mecanização do corte, a mais valia relativa e a subsunção real do trabalho ao capital, torna-se referência para a intensificação do ritmo e da superexploração do trabalho no corte manual, subordinando a mais valia absoluta e sua ligação à subsunção formal do trabalho no capital (THOMAZ JUNIOR, 2002, p. 215).

Nesse sentido, observando o avanço atual do processo de mecanização do corte de cana, percebe-se que ele tende a trazer efeitos para os trabalhadores. Conforme os dados apresentados por Alves (2007), a parcela dos trabalhadores cortadores de cana migrantes temporários é que tendem a sofrer mais fortemente esses efeitos, já que representa mais de 70% da força de trabalho utilizada na atividade de corte de cana, conforme será abordada mais adiante.

De acordo com Sant'ana e Do Carmo (2010), o incremento tecnológico vem ocorrendo de forma parcial, sendo representado por novas formas de gestão e de controle do trabalho. Estes poderiam melhorar as condições de trabalho, porém acabam levando uma maior dominação real e formal do trabalho ao capital, sendo explicitados, mais a frente, os efeitos da mecanização dos corte de cana sobre os trabalhadores, com foco nos migrantes temporários. Nesse sentido, tendo em vista a prevalência do agronegócio como modelo de desenvolvimento da agricultura, baseado na superexploração da força de trabalho e de recursos naturais, percebe-se que a utilização de trabalhadores temporários migrantes, facilita o aumento do controle sobre o trabalhador e o aumento da taxa de lucro do capital. Assim, mesmo com o maior incremento de máquinas, na atividade de corte de cana e a divulgação do provável fim do corte manual da mesma, ainda prevalece a utilização forte e a superexploração da mão de obra migrante temporária, sendo grande parte desses trabalhadores advindos do Vale do Jequitinhonha, conforme o capítulo irá mostrar a seguir.

## CAPÍTULO III – A MIGRAÇÃO TEMPORÁRIA DOS TRABALHADORES RURAIS DO VALE DO JEQUITINHONHA PARA O CORTE DE CANA

*Vi muita gente subir  
Vi muita gente descer  
Metade de um povo pedir  
E um povo inteiro a sofrer*

*Hoje eu canto pra não chorar  
Tô cansado de esperar*

*Vi muita gente chegar  
Vi muita gente partir  
Trazendo nada de lá  
Levando as coisas daqui.*

*(Voz do Jequitinhonha, Rubinho do Vale)*

### 3.1. O Vale do Jequitinhonha e as migrações sazonais para o corte de cana

*Aqui que a gente tem de ficar porque lá a gente não tem nada, aqui não tem conforto para sobreviver assim, mas aqui se tivesse emprego não tinha lugar melhor, aqui eu conheço todo mundo e lá não (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA, 2013)<sup>37</sup>.*

Localizado na região semiárida do nordeste mineiro, a 716 km da capital mineira, o Vale do Jequitinhonha é formado por 73 municípios, sendo 23 integrados na antiga área mineira da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – (SUDENE) e 52 organizados em microrregiões, compreendidos como alto, médio e baixo Jequitinhonha<sup>38</sup>. Segundo dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2010), a população total da mesoregião dos Vales do Jequitinhonha 940 mil habitantes, dos quais 37,76% do Vale do Jequitinhonha vivem na área rural.

É importante destacar que a formação sócio histórica do Vale do Jequitinhonha, de acordo com Souza (2010), teve três importantes frentes impulsionadoras de ocupação: a

---

<sup>37</sup> Relatório Missão do Migrante Berilo 2013, relato de trabalhador rural do Vale do Jequitinhonha sobre a migração sazonal para o corte de cana.

<sup>38</sup> De acordo com Froes (2008; p.18), além da referência direta ao curso do importante Rio que dá o nome à região, essa divisão também corresponde a critérios de associativismo municipal entre prefeituras. São elas: Associação dos Municípios do Baixo Jequitinhonha (AMBAJ); Associação dos Municípios do Médio Jequitinhonha (AMEJE); Associação dos Municípios do Alto Jequitinhonha (AMAJE). Porém, a divisão oficial regional proposta pelo IBGE 1992, que separa o Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas, respeita os limites político-administrativos e, por consequência, os limites estaduais e municipais. Assim o vale pertence a Mesoregião do Jequitinhonha e possui 5 microrregiões: de Diamantina, Pedra Azul, de Almenara, de Araçuaí e de Capelinha.

corrida pelos diamantes e ouro, a partir do início do século XVIII; a pecuária no mesmo século, como uma atividade subsidiária da mineração. Como também, no século XIX, o rio Jequitinhonha destaca-se como uma componente da ocupação territorial, tornando-se a navegação indispensável para a circulação de mercadorias.

Maria Aparecida de Moraes Silva, em seu livro *Errantes do fim do século*, ressalta que a história da região é marcada por disputas entre os índios botocudos e de pessoas que iam para a região em expedições auríferas. A partir do acesso de documentos que mostram essas disputas, a autora afirma que, os índios aparecem, nos mesmos, como invasores. Ocorrendo concomitantemente a escravização dos índios, como também dos negros utilizados nas regiões auríferas.

Com a decadência do ouro, estas populações pobres, espalharam-se por extensas áreas, muitas vezes, sobrevivendo no interior de grandes fazendas agropecuárias, como agregadas ou em pequenas posses, resultando na formação do “campesinato” do Vale do Jequitinhonha, formado por mestiços descendentes de índios, brancos e negros quilombolas ou alforriados (GRAZIANO; GRAZIANO NETO, 1983).

Leite (2011), embora concorde com vários aspectos na interpretação do processo de expropriação e exploração, ocorrida no Vale do Jequitinhonha, como também da formação de um contingente de trabalhadores migrantes, assinalado por Silva (2005), Graziano; Graziano Neto (1983) e Martins (1988) diverge aos mesmos, por estabelecerem uma relação entre a constituição do campesinato na região e o declínio da mineração, como também a existência de uma autonomia da condição de camponesa. Para Leite (2011), o que ocorreu na região, após a crise da mineração, foi um processo de imposição da fazenda durante a dita constituição do “campesinato” na região, o qual submetia agregados, posseiros, sitiantes ao controle territorial dos coronéis-fazendeiros.

Com a decadência do ouro, o principal produto cultivado era o algodão, sendo este destinado principalmente à exportação para a Europa. Além disso, os “camponeses” plantavam feijão, milho, arroz, banana, para a subsistência e criavam do gado. Com a decadência do algodão, no século XX e da produção têxtil que era expressivo até o fim do séc. XIX, foi incentivada a pecuária de corte nas grandes fazendas. Já a agricultura de subsistência era praticada pela população, por meio de métodos rudimentares e mediante a forma de organização baseada no sistema grotas, veredas e chapadas. Nas grotas e veredas plantavam-

se milho, feijão, arroz e nas chapadas soltavam-se o gado, colhiam-se raízes e praticava-se a caça. Além da utilização do barro das veredas para utensílios domésticos (SILVA, 1999).

Ressalta Silva (1999) que o processo de expropriação, exploração e dominação de milhares de homens e mulheres, do Vale do Jequitinhonha, está vinculado à modernização conservadora, implantada na década de 60 e 70, pela Ditadura Militar, a qual considera como trágica. Seus efeitos, além do maciço êxodo rural, culminaram também em um violento processo de proletarização do “campesinato”, transformando-os em uma massa de trabalhadores, que para se reproduzir tinham que se submeter ao assalariamento temporário. Assim, a partir da análise profunda desse processo, a autora chega à conclusão que tem semelhanças com a acumulação primitiva analisada por Marx, na Inglaterra (MARX, 1996).

Para Maria Moura (1988), o processo de expulsão camponesa, no Vale do Jequitinhonha, perpassa dois eixos centrais: o primeiro eixo é a redefinição do papel da fazenda em busca de maior lucratividade, por meio da substituição do estabelecimento agropastoril, por pecuária extensiva. O segundo foi o avanço gradativo nas chapadas e matas nativas da região de grandes empresas nacionais e internacionais de eucalipto. Tudo isso causou a expulsão de agregados e supressão da permissão para os pequenos sitiantes plantarem nas fazendas, a grilagem de terras camponesas por falsos fazendeiros e levou à substituição de áreas que eram destinadas ao plantio de subsistência, pelo plantio de capim e eucalipto.

Silva (1999) procura reforçar que o processo de expropriação do “campesinato” na região, se deu por meio de uma violência legalizada, ou seja, violência monopolizada pelo Estado por meio da promulgação de leis que incentivavam a implantação do projeto de modernização para a região. Assim, destaca-se como indispensável à figura do Estado para impor o projeto de modernização da agricultura, principalmente com a aprovação de legislações, conforme foi abordado no subcapítulo 1.2.

Nesse Sentido, verifica-se que no Vale do Jequitinhonha, associado ao processo de modernização da agricultura, esteve a transformação da terra em mercadoria, e foi acompanhada pela expulsão dos camponeses mediante a utilização da violência legal, legitimada pela aprovação do Estatuto da Terra em 1964, que viabilizava o aumento da produção e da produtividade no campo (SILVA, 1999).

A partir de 1966, como resultado do Estatuto da Terra, aprova-se como forma de definir o funcionamento dessa legislação em Minas Gerais, o Estatuto da Terra de Minas Gerais, Lei estadual nº. 4.278. Neste, foram definidos os distritos florestais que consideram as chapadas do Vale do Jequitinhonha como terras impróprias para a agricultura, como resultado do projeto de modernização voltado à região. Sendo criado ainda, a Rural Minas,<sup>39</sup> com o objetivo de regularizar a ocupação das terras públicas.

Desta forma, como nesse processo de regularização, as chapadas foram consideradas desabitadas e impróprias para a agricultura, sendo desconsiderado todo o modo de vida da população local. Em menos de duas décadas é destruída a forma de organização da produção de subsistência baseada no sistema grotas, veredas e chapadas. Destinando o Estado, com seu projeto intervencionista da revolução verde, imensas extensões de terra localizadas nas chapadas do Vale do Jequitinhonha para empresas de eucalipto, favorecendo às siderúrgicas e à produção de celulose (SILVA, 1999).

Afirma Oliveira et.all (2002) que o Estado de Minas Gerais arrendou, no Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha, entre os anos de 1975 e 1987, cerca de 240.000 hectares de terras devolutas para 18 empresas do ramo siderúrgico e de papel e celulose. Desta forma,

(...) os trabalhadores rurais ficaram sem condições de complementar a sua produção agrícola familiar com a criação de animais e a coleta de produtos vegetais. São assim obrigados a buscar no assalariamento, como cortadores de cana ou colheita de café, o complemento da subsistência. Outros são expulsos da terra e vão morar nas favelas da própria região do Jequitinhonha, migrando para o corte de cana em São Paulo e depois retornando (MARTINS, 1988; p. 53).

Leite (2011), apresentando uma reflexão sobre a constituição do Boia Fria no Vale do Jequitinhonha mostra que essa constituição foi intrínseca ao processo de generalização do assalariamento, enquanto resultado da modernização, o qual ela compreende como retardatária. Esse processo de modernização conforme abordado no Capítulo 1, foi um fator determinante para o surgimento do boia fria, ou seja, dos migrantes temporários no contexto histórico, já que inúmeros agregados, posseiros foram expropriados de sua condição de reprodução, restando-os vender a força de trabalho em outras regiões do Brasil. Além disso,

---

<sup>39</sup> De acordo com Moraes Silva (1999), a Rural Minas é uma entidade pública, que foi criada pelo governo do Estado de Minas Gerais em 1966, com a função de regulamentar os projetos de colonização, desenvolvimento rural no Estado e a legalização da ocupação das terras públicas, ou seja, para a transformação da posse em propriedade, por intermédio da legitimação.



Leite (2011) ressalta que favoreceu a expropriação não apenas a instauração da empresa de reflorestamento, como também pela reestruturação da antiga fazenda agropecuária.

Neste sentido Alves (2008) pontua que nas décadas de 60, 70 e 80 trataram-se:

(...) de um processo de acumulação primitiva, que libera trabalhadores em uma ponta, tendo em vista que não permite que sobrevivam de sua produção agrícola independente, e os emprega, na outra, sob condições precárias de elevada penosidade, para que atinjam produtividade elevadas (ALVES, 2008, p.24).

Embora partíssemos da compreensão de que a migração temporária no Vale do Jequitinhonha é um fenômeno histórico, entendemos sustentados em Graziano; Graziano Neto (1983), Silva (1999), Martins (1988), Leite (2011), que o processo de modernização da agricultura, intensificou o fluxo definitivo e temporário de pessoas de uma forma nunca antes vista na história da região, formando um contingente de trabalhadores que se submetem permanentemente à migração sazonal, cumprindo à região, a função de oferecer mão de obra farta e barata para o desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro.

Para Martins (1988)

O Vale é reconhecidamente uma das regiões mais pobres do Brasil, hoje. Ironia! Até o início do século XIX, foi à região mais rica do país. Era ali o Distrito Diamantino, a terra dos diamantes em que o ouro que vinha junto com pedras reluzentes tinha que se jogar fora, sob pena de castigos severos. Hoje o Jequitinhonha já não exporta pedras preciosas, que enriqueciam os contratadores das Gerais e os negócios de diamantes de Amsterdã, que adornavam a ociosidade das cortes europeias e o colo sem graça de princesas e rainhas. Hoje o Jequitinhonha exporta trabalhadores rurais pobres e famintos para o corte de cana nos canaviais de São Paulo (...), (MARTINS, 1988, p.XIII).

Embora Martins tenha escrito em 1988 que, na atualidade, o Vale do Jequitinhonha continua tendo destaque na função de oferecer força de trabalho farta e barata. De acordo com Silva (2008), 30% da população da região é migrante temporário, principalmente para o corte de cana. O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS (2010), consta que a região tem como principais características: o intenso fluxo migratório temporário e definitivo, baixa urbanização, alto índice de desemprego, de concentração fundiária, de analfabetismo, de mortalidade infantil e de desigualdade social, conforme pode ser comprovado nos dados abaixo.

De acordo com o Sistema de Informações Territoriais do Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA (2009), no Vale do Jequitinhonha, existem 33.415

agricultores familiares, 1.045 famílias assentadas, 08 aldeias indígenas<sup>40</sup> e tem aproximadamente 105 comunidades quilombolas pré-identificadas pelo Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES)<sup>41</sup>, destacando-se em Minas Gerais, como maior área de concentração de comunidades quilombolas do Estado.

A principal fonte de renda dos agricultores familiares da região provém do trabalho temporário agrícola em outras regiões do Brasil, de pensão ou aposentadoria e não da produção agrícola familiar local. E mesmo assim, cerca de 53,7% das famílias ainda conseguem minimamente produzir para o autoconsumo e para a comercialização, sendo os principais produtos comercializados: café, cereais (arroz, feijão, milho), frutas e hortaliças, leite e derivados, sendo que 52,8% destas famílias nunca foram atendidas por nenhum tipo de programa de crédito agrícola por parte do Estado, conforme os dados do Diagnóstico sobre a agricultura familiar<sup>42</sup> realizado pelo Grupo de Extensão e Pesquisa em Agricultura Familiar – (GEPAF) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri- UFVJM (ARMICOOPA; GEPAF, 2010).

De acordo com o Caderno de Indicadores (2013), em 2011 a escolaridade média da população de 25 anos ou mais de idade era em Minas Gerais 7,0 anos, já a dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, é de 5,1 anos, sendo 33% da população, na região, analfabeta. A taxa de mortalidade infantil (por mil) nascidos vivos de Minas Gerais foi em 2011 de 13,0, e no Vale do Jequitinhonha foi de 20,1. Em comparação a outras regiões de Minas Gerais, o Jequitinhonha é a região que menos criou empregos formais nos últimos três anos. Em 2010, criou-se 3.408, em 2011 foram 2.371 e em 2012 foram apenas 220 empregos formais. O IDH-Índice de Desenvolvimento Humano, médio da mesorregião, Vale do Jequitinhonha, é de 0,659 (PNUD/2003). Além disso, 751 estabelecimentos agropecuários (4,5% do total) ocupam 43,2% da área total (79.830 hectares), enquanto existem 4.284 estabelecimentos com área máxima de 10 hectares (média de 5,4 hectares) que ocupam 23.295 ha (1,27% da área total) (PTDRS, 2012).

A partir de pesquisas realizadas por Silva (1999), Ribeiro (1996), Elias (2013) e de dados oficiais da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais

---

<sup>40</sup> Disponível em: <http://www.cedefes.org.br/> atualizado em 20/03/2011

<sup>41</sup> CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA – CEDEFES. Comunidades quilombolas de Minas Gerais no século XXI: história e resistência. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

(2011), é possível realizar uma identificação das principais frentes do agronegócio na região, sendo elas: a monocultura de eucalipto, a monocultura cafeeira, a pecuária, podendo ser incluída a atividade mineradora, principalmente a extração de lítio, ferro, granito. Estas frentes de avanço do agronegócio são resultados do processo de modernização da agricultura, que continua gerando um processo de expropriação e superexploração da força de trabalho no Vale do Jequitinhonha. Assim, visando à valorização no mercado internacional, no caso do eucalipto, verifica-se que o Estado, por meio de seu projeto intervencionista de modernização conservadora, destinou imensas extensões de terras, localizadas nas chapadas do Vale do Jequitinhonha para empresas de eucalipto, favorecendo as siderúrgicas, a produção de celulose e levando à expropriação das condições de reprodução camponesa (GRAZIANO; GRAZIANO NETO; 1983).

Ressaltam Martins (1988), Silva (1999) que esse processo resultou em um massivo êxodo rural, traduzindo-se em um violento processo de proletarização, os quais impuseram aos trabalhadores as mais duras condições de trabalho. Neste sentido, é importante ressaltar na atualidade com a prevalência do modelo do agronegócio, essa atividade não só continua a ter fortes incentivos públicos, como também vem se expandindo para praticamente todas as cidades dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Conforme reportagem veiculada pela Associação Brasileira de Produtores de Floresta Plantada- (ABRAF) (2012)<sup>43</sup>, no Plano Agrícola 2012- 2015 de Minas Gerais- MG, está previsto para o Grande Norte, que compreende os Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas, o investimento de 1,55 bilhões para a atividade de silvicultura, a serem financiados pela cooperação do Governo do Estado de MG com o Banco do Nordeste. Somente em 2012, foi viabilizado um investimento no plantio de mais de 30 mil hectares de eucalipto e pinus para a região. Em contrapartida, o recurso total previsto para fortalecimento da agricultura familiar camponesa é de R\$ 61.420 (sessenta e um mil e quatrocentos e vinte reais) para os Vales do Jequitinhonha e Mucuri, conforme está previsto no Plano Plurianual de Ação Governamental de MG 2012- 2015<sup>44</sup>.

No Relatório da Pastoral dos Migrantes (2013), é ressaltado que:

---

<sup>43</sup> Dado disponível em <http://www.abraflor.org.br/informativo/ABRAF283.pdf>

<sup>44</sup> Cópia distribuída pela Comissão de Participação popular da Assembleia Legislativa de Minas Gerais na Primeira Reunião de Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental 2012 – 2015, ocorrida na cidade de Araçuaí Vale do Jequitinhonha – MG, 21 de outubro em 2013.

É interessante também pensarmos a migração como inserida nas relações entre Estado, capitalismo e neoliberalismo. Ao capitalismo liberal interessa a livre mobilidade de mão de obra; necessitando, e por isso alimentando, a constante criação e manutenção da livre competição do mercado de mão de obra. A fixação do trabalhador em sua comunidade de origem e em sua terra coloca em cheque o empreendimento capitalista no local de destino. Daí a omissão de governantes em promover políticas que favoreçam alternativas à migração e a permanência de pessoas que migram em suas comunidades de origem, como, por exemplo, garantindo oferta de água, subsidiando e incentivando a agricultura familiar, criando e mantendo empregos locais, garantindo direitos trabalhistas, não permitindo ou licenciando grandes empreendimentos, como plantações de eucalipto, barragens, mineração, que deslocam e expropriam trabalhadores dos seus meios de subsistência e os forçam a migrar e buscar outros tipos de trabalho (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA, 2013).<sup>45</sup>

Diante desses dados iniciais, percebe-se que a realidade regional, vem sendo marcada pela prevalência do modelo do agronegócio, o qual vem causando um contínuo processo de expropriação e superexploração dos trabalhadores rurais. De acordo com os estudos de Graziano; Graziano Neto (1983), Moraes Silva (1999), Martins (1988), Ramalho (2012), esse processo de expropriação na região, vem sendo responsável pela submissão permanente de uma massa de trabalhadores rurais, ao processo de migração sazonal para atividades agrícolas em outras regiões do Brasil principalmente, no corte de cana.

Entre os anos de 2004 a 2009, foram registrados, pela Pastoral dos Migrantes, 21 mortes de cortadores de cana migrantes que estavam trabalhando no interior Paulista, sendo 06 destes óbitos de trabalhadores rurais de cidades do Vale do Jequitinhonha (SERVIÇO DE PASTORAL DOS MIGRANTES, 2010).

As condições de trabalho que serão abordadas no próximo subitem, somadas a constante exigência das usinas de aumento de produtividade dos cortadores de cana, como também, consideramos que o contínuo processo expropriação das condições de reprodução dos trabalhadores em suas regiões de origem, são responsáveis por esses dados alarmantes de trabalhadores, principalmente do Vale do Jequitinhonha que têm suas vidas ceifadas nos canaviais brasileiros. Nesta perspectiva de análise de Martins (1988), Leite (2011), e Silva (1999), a migração foi e continua a ser imposta ao Vale do Jequitinhonha, desestruturando todas as alternativas locais para a reprodução dos trabalhadores, restando-os em um contexto de avanço do agronegócio, submeterem-se à migração definitiva para as cidades ou temporária para o corte de cana, colheita de café ou laranja.

---

<sup>45</sup> Relatório Missão do Migrante Berilo

Assim, a migração temporária é permeada de contradições. Se de um lado representa uma estratégia de reprodução do capital, por outro, da força de trabalho. O que determina a necessidade de migrar para o trabalhador, é a busca pela sobrevivência e o que faz o capitalista se utilizar da força de trabalho migrante temporária é a busca incessante pelo lucro. Além disso, para compreender a formação de um contingente de trabalhadores migrantes temporários e as condições de trabalho as quais eles se submetem, é indispensável o conhecimento da formação sócio histórica das regiões de origem desses trabalhadores.

Percebe-se que o Vale do Jequitinhonha é uma região marcada historicamente pela exploração e expropriação de seus trabalhadores, como também, atualmente, pela dominação do modelo do desenvolvimento pautado no agronegócio. Como consequência, uma massa de trabalhadores rurais é transformada em migrantes temporários, durante alguns meses do ano, sendo submetidos, à superexploração do trabalho, no corte de cana do agronegócio canavieiro, conforme será mostrado a seguir.

### **3.2. Os migrantes do Vale do Jequitinhonha e suas condições de trabalho no corte de cana**

*Ser cortador de cana é trabalhar pra a gente caçar o objetivo, porque que agente vem todo ano, é todo ano mesmo, todo ano é a mesma batalha, e agente fica aqui, fica enfrentando dificuldade, é pra mim, é isso! (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA, 2012b)<sup>46</sup>*

*É, a comida à vez deles fazer a comida, a janta bem feita, eles vai lá e faz aquela comida, sabe aquela comida que tampa a marmitta, já faz de madrugada, faz aquilo de qualquer jeito, de qualquer maneira e a pessoa vai e não come mesmo. Ele já ta esgotado dar que igual que eles fala, tipo uma câimbra, uma fraqueza, se não socorrer, não tomar soro, a pessoa até morre, já faleceu muitas pessoas assim, porque eles tem que esforçar muito senão ele não ganha, não ganha nenhum salário né. É muito explorado, o cortador de cana, as vezes tira pra pagar 1500, tira 2000, mais trabalha muito, até ele se matar. Não é que ele ganhou bem porque a usina ta pagando bem, ele que ele trabalhou, ele se matou demais, porque o salário é por produção, né.. (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA, 2012b)<sup>47</sup>*

Ser cortador de cana migrante temporário, nas palavras do trabalhador rural do Vale do Jequitinhonha, é trabalhar para alcançar seus objetivos, vivenciar a mesma batalha anualmente, é enfrentar dificuldades. Assim, conforme abordado no capítulo 2, em um

---

<sup>46</sup> Relatório Conflito de Guaranésia, relato de Trabalhador Rural do Vale Do Jequitinhonha, 2012 b.

<sup>47</sup> Relatório Conflito de Guaranésia, relato de Trabalhador Rural do Vale Do Jequitinhonha,,2012 b.

contexto de expansão e aumento de produtividade no agronegócio canavieiro, percebe-se no depoimento, que os migrantes cortadores de cana enfrentam desafios nos canaviais durante o período de trabalho temporário como cortador de cana.

Nesse sentido, corroboramos com Sant'ana (2012), que os trabalhadores cortadores de cana, residentes e migrantes temporários, sofrem condições comuns, principalmente no processo de espoliação da força de trabalho. Porém, percebe-se que, a reprodução social dos residentes e migrantes se diferencia, sendo o controle, expropriação e exploração sobre os trabalhadores migrantes mais intensos.

De acordo com relatório da Pastoral dos Migrantes do Vale do Jequitinhonha (2012):

No caso do corte de cana, o que se percebe nos relatos dos migrantes do Vale do Jequitinhonha, é uma superexploração do trabalhador e as más condições de trabalho e de alojamento no local de destino; uma experiência permeada por adversidades. Nos alojamentos, os trabalhadores não têm a opção de não receber e pagar pela marmita. A comida é ruim, fria e a carne é crua. No inverno, maio e junho, faz muito frio, chegando a fazer 5 graus de manhã cedo. Alguns têm a oportunidade de voltar para a comunidade e visitar a família durante duas ou três semanas no mês de julho. Entretanto, a migração forçada divide e pode desestruturar as famílias. Há casos em que o migrante viaja e deixa na comunidade a mãe ou o pai idoso ou um familiar doente. Crianças crescem sem a presença constante dos pais. Houve relatos também de homens que, depois de casados na comunidade, arranjam outra mulher no local de destino (principalmente quando moram na cidade) e ficam com as duas mulheres. (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA, 2012)<sup>48</sup>

Nos Relatórios da Pastoral dos Migrantes (2012a) (2012b), (2013), embora ainda apareçam denúncias das péssimas condições de trabalho no corte de cana e da violação dos direitos trabalhistas, como por exemplo, não pagamento de horas extras, da rescisão de contrato e do fundo de garantia, foi possível perceber que ocorreram melhorias, como a distribuição de Equipamento de Proteção Individual- EPI, em conformidade com as normas regulamentadoras, dentre elas a NR31.

Um das reclamações recorrentes entre os trabalhadores migrantes do Vale do Jequitinhonha é a alimentação oferecida pelas usinas. Embora haja relatos de melhorias, no entanto, a mesma continua, em muitas usinas, a ser de péssima qualidade e insuficiente para repor o desgaste diário do trabalhador, tendo em vista o fato de que os trabalhadores vêm aumentando a intensidade no trabalho, sendo necessário aumentar os nutrientes para repor esse desgaste, o que não vem ocorrendo em muitas usinas. É importante destacar que essa alimentação é fornecida, pela usina, através da terceirização, sendo descontada uma

---

<sup>48</sup> Relatório relato de trabalhador rural do Vale do Jequitinhonha–Missão Berilo, 2013.

porcentagem na folha de pagamento dos trabalhadores (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA, 2013).

Além disso, atualmente, poucos são os casos de trabalhadores do Vale do Jequitinhonha, que saem para trabalhar no corte de cana sem carteiras de trabalho assinadas, ou seja, os trabalhadores migrantes em sua maioria são formais, embora sejam contratados por tempo determinado. Desta forma, corroboramos com os dados já apresentados por Sant'ana (2012, p.108), de que “um dos avanços trabalhistas nesta área é a quase eliminação do trabalho infantil e de adolescentes no corte de cana”.

O Relatório da Pastoral dos Migrantes (2013), afirma que;

antigamente as crianças iam trabalhar no corte de cana; isso era conseguido por meio dos “gatos” que possibilitavam que as crianças e adolescentes falsificassem os documentos para irem trabalhar em outros Estados (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA, 2013.).<sup>49</sup>

Além do crime de aliciamento de crianças e adolescentes e falsificação de documentos, nos Relatórios da Pastoral dos Migrantes, aparecem outras violações/ e ou negação de direitos dos trabalhadores migrantes que envolviam os “gatos”, conforme relata o trabalhador:

A produção a gente não dava pra saber, porque eles nem falava com agente por tonelada, falava metro viu. Eles levava mais na enrolada e era mais era gato também, aquele tempo tinha muita enrolada. É eles enrolava, é o gato que recebia o pagamento, eles que recebia, eles dava pra agente o que sobrava. É no Mato Grosso também, eu passei muito tempo no Mato Grosso, e foi dessa mesma forma. E também tinha os gato, tinha, é que nem aqui, aqui tem bebida alcoólica,tem tudo e aqui no alojamento tem isso ai,tem é,aquele negocio que você ver aqui,aquilo é um buteco, então lá tinha assim, se você não comprasse, ou comprasse ou não,se comprasse um doce marcava 2,3. Há Cê não comprou mais ta marcado ali,então era assim, no Mato Grosso já foi assim também. As cantinas também é do gato, aí dá rolo. Aí o Ministério do Trabalho, o Sindicato foi montando encima, por causa disso ai, que melhorou muito. Era pior porque os gato que comandava. Não tinha ônibus não, aquele tempo agente andava até na carroceria. Aquele tempo, agente vinha em qualquer pau veí. O ônibus quebrava na estrada, quebrava direto, era um pau velho. Hoje, não anda mais porque, geralmente a própria Policia rodoviária, não deixa andar, eles traz agente de ônibus especial, mais quando chego aqui joga nesse que nós tamos aqui (se referindo as péssimas condições de trabalho que encontraram). (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA, 2012b)<sup>50</sup>

---

<sup>49</sup> Relatório relato de trabalhador rural do Vale do Jequitinhonha–Missão Berilo, 2013.

<sup>50</sup> Relatório relato de trabalhador rural do Vale do Jequitinhonha– Conflito de Guaranésia , 2012b.

Embora essa realidade, narrada pelo trabalhador, não tenha sido suprimida totalmente em todas as usinas brasileiras, podemos afirmar conforme abordado no Capítulo 2 que, nos últimos 20 anos, o trabalho no corte de cana sofreu diversas mudanças, principalmente enquanto resultado dos avanços tecnológicos e científicos, impulsionados a partir dos movimentos de luta dos trabalhadores causando modificações nas relações de trabalho (SANT'ANA, 2012).

Os estudos de Novaes e Alves (2007), Silva (1999), refletindo as condições que os cortadores de cana são submetidos, destacam o impacto da vulnerabilidade e controle sobre os trabalhadores causados pela terceirização na contratação e seleção desses trabalhadores por meio dos “gatos”. Essa prática é utilizada pelas usinas para reduzir os custos com encargos trabalhistas e para se eximir da responsabilidade de fornecer condições adequadas de vida e moradia para os trabalhadores migrantes.

De acordo com Reis (2012), no caso do Estado de São Paulo, com a fiscalização mais rigorosa do Ministério do Trabalho, sobretudo após o lançamento do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, em 2003, e com o lançamento da lista suja do trabalho escravo, que inviabiliza o financiamento público, as empresas que tiverem qualquer ligação com atividades análogas à escrava, a terceirização da mão-de-obra diminuiu consideravelmente. Embora não seja foco dessa pesquisa aprofundar, é importante destacar que parte da estratégia de diminuir o aliciamento de trabalhadores que é realizada pelos “gatos”, o governo federal criou o Programa de Combate ao Trabalho Escravo, chamado Programa Marco Zero<sup>51</sup>. Coordenado em Minas Gerais pela Secretaria Estadual de Trabalho e Emprego de Minas Gerais, esse programa realiza a intermediação da força de trabalho do Vale do Jequitinhonha para trabalhar temporariamente em outras regiões do Brasil.

Além do Programa Marco Zero, cabe destacar que em junho de 2009, foi firmado entre o Governo Federal, entidades de trabalhadores e patronais do setor, o Compromisso Nacional de Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho no Corte de Cana. Nesse

---

<sup>51</sup> O Programa Marco Zero é uma iniciativa do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), lançado no ano de 2008 com o objetivo de intermediar mão de obra para atividades rurais e proporcionar o encontro entre empregadores e trabalhadores, eliminando a figura do contratador ilegal, conhecido como "gato", figura fomentadora do trabalho escravo e degradante no país. Esse combate ao aliciamento, é realizado cadastrando e encaminhando através do Sistema Nacional de Emprego (SINE) trabalhadores rurais para empregos formais. O marco Zero é desenvolvido em seis estados sendo eles: Maranhão, Minas Gerais, Piauí, Pará, Bahia, Mato Grosso. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/imprensa/marco-zero-intermediacao-rural-tera-recursos-do-fat.htm>



compromisso, está estabelecida a viabilização de ações destinadas à melhoria das condições de trabalho no corte manual de cana. Dentre essas ações, é reafirmado que as usinas, na contratação dos migrantes, acionariam o Sistema Público de Emprego para realizar a arrematação de trabalhadores, buscando dar mais efetividade no Programa Marco Zero. Além disso, o Compromisso prevê um conjunto de ações de melhorias das condições de trabalho que as usinas teriam que se comprometer em cumprir, dentre elas o cumprimento da Norma Reguladora- NR 31<sup>52</sup>.

Assim, a Tabela 5 apresenta o Relatório de Intermediação de trabalhadores do Vale do Jequitinhonha, realizado pelo Estado por meio do Programa Marco Zero no primeiro semestre de 2013.

**TABELA 6-** Relatório de intermediação de Mão de obra/2013 dos municípios do Médio Vale do Jequitinhonha- SETE 2013

<b>Contratante</b>	<b>Mês</b>	<b>Trabalhadores encaminhados</b>	<b>Trabalhadores colocados</b>
Usina da Mata-SP	Janeiro	37	34
Frutícola Ipê-SC	Fevereiro	175	153
Usina Barra Serra	Fevereiro	163	138
Usina São Manoel-SP	Fevereiro	60	50
Usina Sta Terezinha-PR	Março	258	198
Usina Alcoovale-MS	Março	90	80
Usina São Manoel-SP	Abril	311	307
Usinas do G. COSAN-MS/SP	Abril	563	251
Usina Sta Maria-BA	Abril	270	153
Usina Agrisa -RJ	Mai	311	307
Usina Agrisa-RJ	Junho	33	33
<b>Total</b>		<b>2271</b>	<b>1704</b>

**Fonte:** Dados coletados junto à Secretaria de Estado do Trabalho e Emprego de MG SETE em Araçuaí, responsável pela intermediação de mão de obra do Vale do Jequitinhonha em julho/2013.

Embora esses dados representem apenas a intermediação de mão de obra que o Estado realizou no primeiro semestre de 2013, percebe-se que a intermediação ocorre principalmente para o trabalho no corte de cana, se comprovando que a saída dos cortadores de cana, ainda é significativa mesmo em um contexto de intensificação da mecanização do corte de cana, conforme abordado no Capítulo 2.

<sup>52</sup> A NR 31 é uma norma reguladora específica para a área rural. Essa norma vigora desde 06 de junho de 2005 e uma representa uma peça chave para a fiscalização trabalhista no meio rural.

A partir da análise dos Relatórios da Pastoral dos Migrantes (2012a), (2012b), (2013), é possível apontar algumas das mudanças que influenciaram as condições de trabalho dos migrantes no corte de cana. A primeira delas é a diminuição da presença dos gatos no aliciamento e controle nos canaviais, sendo associada pelos trabalhadores essa redução, como fruto da fiscalização dos Sindicatos e Ministério do Trabalho. Em segundo, é importante destacar a melhoria do transporte dos migrantes do lugar de origem até os canaviais. Antes eram os antigos paus de arara, hoje, são ônibus especiais. Em terceiro, a maioria dos migrantes saem de suas regiões de origem com os exames médicos realizados e carteira assinada, em cumprimento da Norma Regulamentadora dentre elas a NR31 (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA, 2012b).

Sendo assim, reafirmamos a constatação de Sant'ana (2012) que a NR 31, está presente nos canaviais da região de Ribeirão Preto, porém, nos Relatórios da Pastoral dos Migrantes do Vale do Jequitinhonha (2012), aparecem muitos relatos de violação dessa Norma Reguladora e dos direitos trabalhistas. As principais reclamações dos trabalhadores são os alojamentos insalubres, alimentação de péssima qualidade, ausência de médicos e remédios nas usinas, péssimas condições dos Equipamentos de proteção Individual-EPIs. Estas denúncias estão presentes principalmente nas usinas localizadas nas novas áreas de expansão canavieira, dentre elas Sul de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Mato Grosso do Sul<sup>53</sup>.

Assim, conforme sustentamos no capítulo 1 e 2, a retomada da taxa de lucro e expansão do agronegócio canavieiro, vem se dando por meio da superexploração dos trabalhadores enquanto mecanismo de compensação das trocas desiguais e de valorização do capital. Desta forma, se por um lado, no corte de cana, há avanços tecnológicos e organizacionais, principalmente, com o incremento crescente de máquinas, por outro persistem relações e condições arcaicas de trabalho.

Em nossas investigações sobre as condições de trabalho, a partir da análise dos documentos da Pastoral dos Migrantes, principalmente do Relatório da Pastoral dos Migrantes do Vale do Jequitinhonha– Conflito de Guaranésia (2012b), procuramos entender o cotidiano dos trabalhadores. Assim foi possível construir a Tabela 7, com informações da rotina 280 trabalhadores de cidades do Vale Jequitinhonha, que estavam trabalhando em 2012 na Usina Alvorada do Bebedouro- Guaranésia-MG, conforme pode ser visto abaixo:

---

<sup>53</sup> Consultar em: Pastoral dos Migrantes do Vale do Jequitinhonha (2011), (2012), (2012b), (2013). (2013b).

<b>TABELA 07- Rotina dos migrantes cortadores de cana do Vale do Jequitinhonha na Usina Alvorada do Bebedouro –MG</b>	
<b>Horários</b>	<b>Atividades</b>
5h	Acordar e se preparar para o trabalho (Vestir a roupa, tomar café e pegar os instrumentos de trabalho e a marmitta do almoço)
5h50min às 6h30min e/ou 7h	Período de transito do alojamento para os canaviais
6h30min às 7h	Início do horário da atividade nos canaviais
10h às 11h	Parada para o almoço <b>Obs.:</b> a maioria das vezes almoça no sol quente, mesmo tendo um carro com toldo.
11h às 15h	Retorno ao trabalho pós-almoço
15h20min	Previsão do fim do expediente de trabalho nos canaviais
15h20min às 16h30min e/ou 17h	Período de transito dos canaviais para o alojamento
17h	Chegada ao alojamento e momento de pegar fila para lavar a roupa suja de fuligem da cana e tomar banho
17h30min	Horário da janta
18h30min às 21h	Horário de assistir televisão
21h	Desligar a televisão e dormir

**Fonte:** Pastoral dos Migrantes do Vale do Jequitinhonha -(2012b). Elaborado pela autora.

A partir da Tabela 7, percebe-se que o cotidiano dos migrantes é bastante desgastante, pois ficam em alojamentos distantes das cidades muitas vezes sem nenhum lazer, trabalhando no sistema 5 por 1, tendo que manter a média de 12 toneladas de cana por dia, durante 8 a 9 meses ao ano. Com relação aos alojamentos, corroboramos com Iamamoto (2006), em compreender que eles facilitam o controle do capital sobre a vida privada do trabalhador, por meio de seu disciplinamento e da moralização da força de trabalho.

Nesse sentido, percebe-se que a rotina dos migrantes cortadores de cana pode resultar no adoecimento físico e psíquico do trabalhador, sendo recorrentes os casos de migrantes do Vale do Jequitinhonha, com depressão, problemas de coluna, dores nas articulações, principalmente no braço sendo impossibilitado de desempenhar outras atividades. Como também, há muitos casos de trabalhadores que para suportar o trabalho no canavial e a rotina nos alojamentos, utilizam de bebidas alcoólicas e outras drogas <sup>54</sup> (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA, 2012b).

Analisando o cotidiano dos trabalhadores, expressos na Tabela 7 e Relatórios da Pastoral dos Migrantes (2012), (2013), percebe-se que muitas usinas ainda não respeitam os horários de pausas dos trabalhadores, estabelecidas na NR 31. Além disso, como o pagamento dos cortadores de cana é por produção, há casos de trabalhadores que mesmo na usina tendo horários de pausas, eles não as realizam, para não diminuir o rendimento diário.

Descreve o trabalhador, que:

Se você para uma hora o fiscal fala que você tá enrolando, senão fica cochichando, falando para não trazer outro ano. Se a maioria faz 10 minutos todos tem que fazer 10 minutos. Tem trabalhador que não faz horário de almoço e a tarde o olho fica fundo e sente câimbra. Nos dias que eles pagam diária aí tem horário de almoço, nos dias que você gasta menos energia eles dão horário de almoço. (PASTORAL DOS MIGRANTES DO JEQUITINHONHA, 2012).<sup>55</sup>

Observando o relato do trabalhador, notam-se várias artimanhas utilizadas pelas usinas para pressionar pelo aumento da intensidade do trabalho, sendo os trabalhadores migrantes constantemente ameaçados a manter média de produtividade, seguir as normas das usinas e também não reclamar ou denunciar a violação de direitos, para não caírem na “lista negra” <sup>56</sup> ou sofrerem “ganchos” <sup>57</sup>. Estes são instrumentos de sujeição e controle, como também que

---

<sup>54</sup> Sobre a temática pesquisa em: ANDRADE, A.F. **Cana e crack**: sintoma ou problema? Um estudo sobre os trabalhadores no corte de cana e o consumo de crack. 2003. 185f. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.

<sup>55</sup> Relatório relato de trabalhador rural do Vale do Jequitinhonha– Conflito de Guaranésia , 2012b.

<sup>56</sup> A lista negra é para Silva (1999), é um importante instrumento utilizado no corte de cana para controlar a conduta e o comportamento dos trabalhadores, sendo ela são geralmente elaboradas pelos escritórios das usinas e distribuídas para os empreiteiros, para que os mesmos não contratem os trabalhadores que estão com os nomes nessa lista. Destaca a autora, que os trabalhadores que tem seus nomes nessas listas são impedidos de trabalhar por até 3 anos.

<sup>57</sup> Os ganchos, são mecanismos criados e utilizados no dia-a-dia do trabalho para suspender por um tempo aquele cortador de cana que não tenha executado bem sua tarefa ou que tenha desobedecido ao fiscal. Tal suspensão é aplicada pelo fiscal de turma responsável por aquele trabalhador, ficando a critério do primeiro decidir qual a duração da punição.(GUANAIS,2010, p.08).

favorecem o enfraquecimento das formas de resistência dos cortadores de cana (SILVA, 1999).

Considerando que o agronegócio canavieiro brasileiro não se desenvolve de maneira uniforme, mas que há regiões onde a produção é mais extensiva e em outras mais intensivas, percebe-se que na atual intensificação da mecanização do corte de cana, conforme abordado no Cap.2, torna-se um instrumento que pressiona o aumento da média de produtividade diária dos trabalhadores selecionados. Com a intensificação do trabalho, são necessários menos trabalhadores para desempenhar o mesmo serviço, diminuindo os gastos com encargos trabalhistas e aumentando os lucros dos usineiros.

Os Relatórios da Pastoral dos Migrantes (2011), (2012), (2013), destacam que outro instrumento utilizado para estimular o aumento de produtividade e a competitividade dos trabalhadores, são os prêmios distribuídos pelas usinas aos trabalhadores que mantêm um “comportamento exemplar” e têm as melhores médias de produção. Esses prêmios podem ser medalhas e motos, dentre outros, e são instrumentos que favorecem a superexploração do trabalho no corte de cana. Segundo Guanais (2010) o trabalhador pode produzir acima de sua capacidade normal, porém ao longo do tempo a produtividade cai, podendo ficar com as sequelas ou chegar até à morte, conforme pode ser observado no relato do trabalhador:

Eu tenho capacidade de tirar 15 toneladas, eles falam que tem uma média diária a atingir para ganhar um prêmio, mas não pode perder o dia. Eu me esforcei para atingir só por causa de poucos quilos eu perdi o prêmio. [...] Eu já vi pessoas tentando atingir a média e em 02 anos diminuíram a média. [...] A usina Barra Bonita, tinha prêmio de moto, eles separa os melhor e fazia um torneio de quem cortava mais cana, tem uns que para e outros vai para o hospital. (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA, 2013)<sup>58</sup>

Diante do relato do trabalhador, percebe-se que os prêmios além de garantir que os cortadores de cana aumentem sua produtividade ainda fortalecem a concorrência e a hierarquização entre os mesmos, sendo produzida a figura do “bom cortador de cana” e “mau cortador de cana”, como também favorece o adoecimento e a morte dos cortadores de cana (SILVA, 1999).

Assim, a Figura 02, apresenta as mãos precocemente envelhecidas, calejadas, endurecidas de um jovem trabalhador rural do Vale do Jequitinhonha, que migra anualmente para trabalhar no corte de cana em outras regiões do Brasil. Segurando uma medalha que

---

<sup>58</sup> Relatório relato de trabalhador rural do Vale do Jequitinhonha–Missão Berilo, 2013.

ganhou por ter atingido as metas de produtividade em uma usina do interior de São Paulo, esse trabalhador é um dos tantos da região que receberam prêmios por atingir as metas de produtividade das usinas. Assim, com as mãos e o corpo dilacerado e deformado pelo trabalho duro nos canaviais, nota-se que os cortadores de cana sofrem o desgaste prematuro, causado pela superexploração do trabalho em tempos de reestruturação produtiva. Desta forma, como resultado das estratégias utilizadas pelo capital para aumentar sua taxa de lucro, os trabalhadores cortadores de cana no agronegócio canavieiro, estão expostos a inúmeros riscos, como os físicos, químicos, biológicos e psicossociais (SANT'ANA et. al., 2010).



**Figura 02:** Mão calejada de um cortador de cana do Vale do Jequitinhonha de 25 anos- segurando a medalha que ganhou por ter cortado uma média diária 25 toneladas, destaque em produtividade na usina Vista Alegre-SP. (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA, 2012b)

Diante desta situação, cabe destacar que no Relatório da Pastoral dos Migrantes do Vale do Jequitinhonha (2013), dentre os vários relatos de trabalhadores migrantes sobre as condições de trabalho no corte de cana, um em especial chamou-nos atenção, foi de um trabalhador rural de 40 anos da cidade de Araçuaí-MG, aliciado em janeiro de 2013, de forma terceirizada para trabalhar na Usina Ouro Verde em Dourados, no Mato Grosso do Sul, nova fronteira de expansão da cana de açúcar brasileira.

Veio um rapaz aqui (Araçuaí-MG), me chamando para mim ir, falando comigo, vamo que lá é só 3 mês e vou fazer de tudo, vou conversar com um homem lá, ele tem firma aberta, se vocês trabalhar os 03 mês, ele volta e dá ocês o seguro e nesses 03 meses fica por conta dele. Eu fiquei desconfiado, que tinha uma mentira. Aí chamei com meus dois irmão e falei com eles que vamos porque vai ficar 03 mês e dizendo ele (o gato), que não precisa se matar tanto e dar pra ganhar R\$ 100,00 por dia, então vamo. Ele tabelou os dias R\$ 80,00, R\$ 90, 00 e R\$100,00. Eu falei assim, então tá bom, tá com o burro na sombra. Porque mais o menos, é o mesmo serviço

qual que é, então dá para ganhar. Então nós foi. Quando chegou lá o dia maior meu, tem holerite aí dá para te mostrar, as vez tinha dia de R\$ 60,00, a maioria foi R\$ 30,00, R\$ 36,00. A alimentação, era nós que se virava, que fazia. Ele (o gato) falou que nos mesmo ia queimar lata, mas só que nós, pensou pelo jeito que falou que ganhava no dia a R\$ 100,00, queimava lata e sobrava, que dava para ganhar. E acabou daí e não ganhando nada mesmo. Que nem eu to te falando, os dias lá saía de R\$20,00, teve um dia lá que cortei 18 metros de cana a R\$ 1,00, tirei R\$18,00 e não dava para tirar mais. A cana era quase de uma grossura de uma garrafa dessa aí (de café), e achava até cobra morta nela enganchada. Era cana crua na paia. Eles não queimavam a cana, uma porque essa daí já era para plantar, para muda. E outra é que lá não queima cana não. Lá tem muita, muita máquina. Nós pega só os trem (as canas) caindo, na pirambeira, nos lugar onde as máquina não vai. Só cortava aqui, ali e as máquinas tá cortando as caninha que eu queria, as máquina tomava conta. As canas da grossura de meu dedo assim, eu querendo nadar nelas e as máquinas que nadava nelas. Eu falava assim, que se me por aí, eu mato meu dia. Mas me colocava era no pé de rolo. O alojamento, no dia que nós chegou eu falei assim: ou você arruma uma casa boa pra mim ou você vai voltar comigo hoje. O alojamento era uma casinha sozinha bem pequena para cinco de taba, toda de taba e as taba toda podre. Se um passasse querendo dá um tiro dentro de casa, dava sossegado pelas paredes. O chão era de terra. Ai eu falei com ele (gato), ou você me arranja uma casa boa, porque era nós que ia pagar aluguel. Nós pagava o aluguel, nós fazia a despesa e tinha vez que chegava no serviço uma hora dessa (17:00 horas da tarde), tava até dando câimbra de tanto esforçar no serviço e ainda quando chegava em casa ainda tinha de mexer com comida. Tudo era por conta nossa. As camas era uma beliche velha que eu levei o colchão daqui, tudo foi nós que levou. Eu cismeí lá e falei ainda bem que vou ficar só os 03 meses, mas eu lavinha embora no primeiro pagamento. Meu primeiro pagamento dos dias trabalhado deu R\$ 200,00 e pouco. Eu tenho o holerite aí para comprovar. Sabe o que acontece, quando eu cheguei lá nesse lugar, eu tinha levado um pouco de dinheiro daqui. Gastei o que levei daqui para ver se ganhava e só levei esforçando, esforçando. Que eu chegava dentro de casa e falava: gente ocês guenta dormir sem jantar, porque eu não guento fazer comida hoje. Um olhava para a cara do outro e falava, dormir sem jantar num dá. Então um mexia nas vasilha, outro ia por uma coisa no fogo lá, outro ia passar uma vassoura na casa. Quando dava o outro dia 4 horas da manhã tornava virar de novo. Nos acabava de mexer com janta e casa, já tava dando 10 ou 11 horas da noite. Nos saía para trabalhar 4 horas da manhã e ficava até 10 para as 4 da tarde. Trabiava quase 12 horas por dia e não ganhava nada, merda nenhuma. Ele (o gato) enganou nós aqui, veio aqui só para tapiar nós. Chegou ao ponto que falei, vamos sair fora daqui, nós tamo tomando prejuízo porque acabou esse negócio de gato. Esse gato tá roubando nós, vamos embora. Aí nos ficou os 3 meses e caímos fora. Outra coisa, é que nos não saímos daqui de carteira assinada e ainda foi assinada a carteira depois de cinco dias de trabalho. (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA, 2013b).<sup>59</sup>

Para ampliar suas margens de lucros, muitas usinas continuam utilizando de “gatos”, sendo chamados na atualidade de empreiteiros, como também da terceirização, representando a diminuição do gasto com a força de trabalho, com encargos trabalhistas, enfraquecimento dos instrumentos de organização dos trabalhadores e precarização das condições de trabalho (SANTOS, 2013). Assim, “a terceirização (é) uma estratégia constante de o capital impor aos trabalhadores novas formas de controle e subordinação por meio da criação de fraturas em

---

<sup>59</sup> Relatório relato de trabalhador rural do Vale do Jequitinhonha–, 2013b.

suas resistências e formas de organização política e de representação.” (SANTOS, 2013, p. 127).

Percebe-se ainda que, em um contexto de expansão e reestruturação do agronegócio canavieiro, conforme abordado no capítulo 2, ainda persiste no agronegócio canavieiro o trabalho escravo e degradante, sofrendo muitos cortadores de cana, novas e velhas formas de violação dos direitos trabalhistas e humanos. Assim, de acordo com dados organizados pelo Centro de Monitoramento de Biocombustíveis do Repórter Brasil, a atividade canavieira entre 2003 a 2010 teve 56 casos registrados de trabalho escravo, estando envolvidos 10.064 trabalhadores, sendo que 9.272 trabalhadores foram libertados. Nesse quesito, os registros de trabalho escravo no setor canavieiro só perdem em quantidade para a pecuária. Desta forma, é assegurada a posição do agronegócio canavieiro como segunda atividade econômica do Brasil que mais se utiliza da força de trabalho em condição de escravidão (REPORTER BRASIL, 2011).

Conforme ressaltado anteriormente, o salário por produção, adotado no corte de cana, somado à exigência da média de produção diária de acima de 12 toneladas e a alimentação com pouco nutrientes para repor o desgaste diário, favorece o descarte prematuro dos cortadores de cana, podendo ser percebido que reclamações dos trabalhadores relativas à câimbra, dores no corpo, perda de peso, não são exceção entre estes cortadores de cana migrantes do Vale do Jequitinhonha, mas regra. Para Santos (2013), as vestimentas utilizadas pelos cortadores de cana, embora sejam proteção e segurança do trabalho, são desconfortáveis e elevam a temperatura corporal, principalmente quando as queimadas antecedem o corte, favorecendo o desgaste energético e a desidratação rápida dos trabalhadores. Assim, devido a problemas de saúde desenvolvidos por esse esforço necessário para permanecer e ter um salário razoável no corte, muitos trabalhadores migrantes cortadores de cana do Vale do Jequitinhonha, ainda jovens são descartados pelas usinas (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA, 2013b).

Levando em consideração o salário mínimo nominal, em abril de 2014, que é de R\$ 724,00 reais e se observarmos o salário mínimo necessário previsto na Constituição, calculado pelo DIEESE no valor de R\$ 3.019,07 para o mesmo período, é possível afirmar que o rendimento dos cortadores de cana está muito aquém das condições mínimas necessárias para a reprodução de sua força de trabalho. Eis aí um dos elementos que caracterizam a



superexploração do trabalho na produção do agronegócio canavieiro brasileiro, enquanto essência das condições de trabalho (SANTOS, 2013).

Conforme ressaltando no capítulo 2, a atual intensificação da mecanização do corte de cana, além de aumentar a substituição de homens por máquinas no corte de cana, ainda conforme os relatos, dos cortadores de cana, restam as áreas onde as máquinas não atingem, como locais íngremes e brejos, dificultando o trabalho dos cortadores de cana. Além disso, sobram para os trabalhadores as canas caídas e grossas, fazendo com que seu rendimento caia e que tenha que depreender um maior esforço para atingir a média de produtividade imposta pelas usinas. Em muitas áreas, que são realizados corte de cana crua, os trabalhadores se deparam com animais peçonhentos e com maiores riscos (SANTOS, 2013). Assim, a modernização do setor, a produção energia limpa do etanol, para os trabalhadores, vem resultando muitas vezes numa piora nas condições de trabalho, significando maiores esforços, maiores riscos e menores salários para os cortadores de cana. Sendo evidenciada essa realidade nos relatos dos trabalhadores:

Trabalhei nas usinas da Cosan em São Paulo. Mas desde que ele inventou esse negocio de máquina, na COSAN eu já não fui pra lá. [...] Tem serviço braçal ainda só que é cortar cana crua [...] e aí já não compensa; pois paga barato, o preço é baixo, dificulta mais e corre um risco de acidentar. (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA, 2012b).<sup>60</sup>

Agora é a Cosan traiu nós, ela comprou, hoje ela não é mais a COSAN ela é a Raízen, hoje ela fez uma traição, ela pegou e entrou no Brasil, porque ela é do exterior, pra oferecer emprego, aí ela tirou o emprego braçal colocou só máquina e não quer mais levar as pessoas, e leva uma turma, lá em Araçuaí pegava até 20 turma, agora pega uma turma .É que a máquina tirou geralmente o emprego da pessoa, e tirou também o salário, baixou muito, hoje pra gente, que as vezes recebe 1000 real 1500 real, mais eu, igual eu falei pra ele ali, o cara fala assim, mais dá câimbra até num fio de cabelo. (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA, 2012b).<sup>61</sup>

Dessa forma, em um contexto marcado pelo aprofundamento da dependência, do desemprego estrutural e de intensificação da mecanização do corte de cana, esses trabalhadores, para manter seus empregos, são obrigados a aumentar sua produtividade e a submeter aos perigos no corte de cana crua. Destaca Santos (2013), a mecanização do corte de cana impõe o aumento de produtividade e tem servido de instrumento de chantagem e de

---

<sup>60</sup> Relatório relato de trabalhador rural do Vale do Jequitinhonha—Conflito de Guaranésia, 2012b.

<sup>61</sup> Relato de trabalhador migrante do município de Araçuaí- Vale do Jequitinhonha-MG, 49 anos de idade, que migra desde 84. Relatório da Pastoral dos Migrantes 2013b.

controle, favorecendo a permanência das péssimas condições de trabalho da violação de direitos humanos e trabalhistas.

No objetivo inicial desta pesquisa, não constava apresentar os próximos subcapítulos, mas diante da experiência vivenciada em Guaranésia e do acervo de informações encontradas em Relatório da Pastoral dos Migrantes do Vale do Jequitinhonha (2012b), notou que de fato vem tendo um acirramento da superexploração da Força de trabalho na contemporaneidade, porém, ainda os trabalhadores migrantes temporários constroem estratégias coletivas de resistência, sendo indispensável dar visibilidade as mesmas (SCOTT, 2011). Assim, cabe destacar, que nesse quadro de acirramento da superexploração do trabalho, embora muitas vezes invisibilizados, os migrantes cortadores de cana, do Vale do Jequitinhonha, ainda acionam formas individuais e coletivas de luta para acessarem seus direitos, conforme pode ser visto no Conflito de Guaranésia, apresentado a seguir.

### **3.3. Conflito capital/trabalho de 2012: a Usina Alvorada do Bebedouro e os migrantes cortadores de cana do Vale do Jequitinhonha**

A usina Alvorada do Bebedouro e a Athúrias Agrícola S.A., ambos localizados em Guaranésia-MG, fazem parte do Grupo Camaq Alvorada, pertencente à família Marques desde 1973. De acordo com Sant'ana (2012), entre 1969 a 1974, o açúcar brasileiro viveu seu período áureo no mercado internacional, estando o surgimento do grupo Camaq Alvorada relacionado com esse período do setor sucroalcooleiro, conforme foi explicado no capítulo 1.

Pode-se observar que o surgimento do grupo Camaq vincula-se com a criação, pelo IAA, do Programa Nacional do Álcool (PNA) conhecido como Proálcool. No Cap. 1, é destacado que a criação do mesmo foi a solução encontrada, devido à crise de superprodução do açúcar, tendo como justificativa oficial aliviar a balança comercial devido à elevação do preço do petróleo.

Com a criação do SNCR e do Proálcool até a década 90, de acordo com TCU (1990, p. 04), os créditos subsidiados ao setor chegou a aproximadamente a 7 bilhões de dólares. Assim, o Estado passa a ser um dos principais responsáveis pelo financiamento de destilarias de álcool anidro, facilitando ainda a importação de máquinas e equipamentos e colocando o Centro Sul na posição de maior produtor de açúcar e álcool do Brasil.. Passando a agricultura a compor o complexo agroindustrial (CAI) e no caso da cana de açúcar o Complexo Agroindustrial Canavieiro.

Nesse sentido, é necessário destacar que o grupo Camaq Alvorada, é composto pela:

- Camaq Caldeiraria e Máquinas Industriais LTDA, desenvolvendo atividades de mineração, siderurgia, portuário, papel e celulose, meio ambiente, saneamento básico, petroquímica, além da fabricação de maquinaria pesada destinada às usinas;
- Usina Alvorada do Bebedouro S.A.- açúcar e álcool, criada em 1983 no município de Guaranésia- MG, produz e comercializa álcool anidro e açúcar.
- Asturias Agrícola S.A. e Agrícolas Monções LTDA- criadas em 2002 com o objetivo de desenvolver atividades agrícolas canavieiras, em torno das usinas Alvorada do Bebedouro S.A. e da Usina Alvorada do Oeste LTDA.
- Usina Alvorada do Oeste LTDA – Construída em 2004, no município de Santo Anastácio-SP e tendo início a atividade canvieira em 2006, desenvolvendo atividades de maturação da cana de açúcar, produção de álcool hidratado, dentre outras;

Assim, a partir de Reis (2011), compreendemos que o Grupo Camaq Alvorada é um complexo agroindustrial canvieiro, já que desempenha ao mesmo tempo várias atividades, possuindo a área cultivada de cana de açúcar, a planta industrial, na qual é possível produzir tanto álcool como açúcar. Alves (2009) ressalta que, nos demais países, esse domínio quase total de um grupo, é proibido por leis e acordos de mercado, por favorecer o controle sobre os preços e volume da produção. No entanto, esta concentração e centralização de capital são uma das principais características do agronegócio canvieiro brasileiro, conforme abordado no do Cap. 2.

O Grupo Camaq, encontra-se desde 2010 em Processo de Recuperação Judicial<sup>62</sup>- (PRJ) nº0075301-79.2010.8.13.0287 elaborado pela empresa Exame Auditores Independente e sendo reelaborado em fevereiro 2014 um novo PRJ, como parte de medidas de reestruturação. É importante destacar que uma das principais atividades do Grupo é a produção de açúcar e álcool, empregando principalmente na atividade de colheita da cana cerca de 400 trabalhadores temporários, no período sazonal. É interessante que no Exame

---

<sup>62</sup> O Processo de Recuperação Judicial é resultado da Lei nº 11.101 aprovada em 2005, conhecida como a nova Lei de Falência e de Recuperação de Empresas, extinguiu as concordatas no país e introduziu no ordenamento jurídico nacional a recuperação judicial de empresa.  
[http://ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=7690](http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7690)

(2010), é ressaltada a responsabilidade social da empresa, com a sustentabilidade e o compromisso com políticas de preservação do meio ambiente. Dentre as diversas dívidas contraídas pelo grupo que somam mais de R\$ 616.000.000,00 (seiscentos e dezesseis milhões de reais), observa-se que a presença de dívidas trabalhistas, sendo o total de 171 (cento e setenta e um) credores, somando - se uma dívida de R\$ 1. 540.892,90 (um milhão, quinhentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e noventa centavos) (EXAME, 2014).

Nota-se ainda que nos anos (1973, 1983, 2002, 2004, 2006, 2010), os quais são marcantes para o Grupo Camaq Alvorada, coincidem com os momentos de crise e expansão do agronegócio canavieiro, apresentados nos Capítulos 1 e 2. Nesse sentido, na década de 70, como resultado da expansão canavieira por meio do Proálcool, criou-se o grupo Camaq. A partir de 1979, o Proálcool entra na segunda fase de expansão. Esta segunda fase do programa é resultado aumento dos preços do petróleo e, como resposta, o governo cria um mercado consumidor de carros movidos a álcool. Aproveitando o período áureo do agronegócio canavieiro, ocorreu em 1983 a fundação da Usina Alvorada do Bebedouro. Neste momento, o Estado destinava linhas de créditos à produção de cana de açúcar às destilarias de álcool (SZMRECSANYI e MOREIRA, 1991).

Sant'ana (2012) ressalta que na década de 90, devido à baixa no preço do petróleo e aumento da inflação, o agronegócio vivenciou de suas piores crises, tornando a manutenção Proálcool insustentável. Neste período, como resultado da adoção por parte do Estado das políticas neoliberais, pautadas na acumulação flexível, ocorre a desregulamentação no setor canavieiro, com a desativação do Instituto de Açúcar e álcool (IAA), que realizava o controle dos preços e regulava a destinação do álcool anidro para a Petrobrás. Outra estratégia utilizada pelo agronegócio canavieiro para maximizar os lucros e superar a crise, foi a realização de uma grande reestruturação produtiva das unidades produtivas de álcool e açúcar, levando ao aumento do desemprego, a precarização das condições de trabalho e da superexploração da força de trabalho, conforme é destacado no capítulo 2.

Neste sentido, é possível identificar que o Grupo Camaq passou por uma estagnação na década de 90, passando a se expandir apenas a partir de 2002 com a criação da Asturias Agrícola S.A. e Agrícolas Monções LTDA, destinado ao plantio da cana de açúcar, para aumentar a produção de álcool em suas destilarias. Em 2004, marca outro período de avanço do grupo com a Usina Alvorada do Oeste LTDA – Construída em 2004 no município de

Santo Anastácio-SP entrando em atividade em 2006, para desenvolver diversas atividades, tendo como matéria prima a cana de açúcar.

De acordo com Pitta (2011), outro movimento do capital que influenciou diretamente o agronegócio canavieiro, foi a crise do sistema financeiro. Essa crise iniciou-se em 2008, no ramo imobiliário estadunidense e impactou em diversos ramos de produção e países, inclusive no setor canavieiro. Isso levou muitos grupos à falência impulsionando o processo de fusão e aquisição, por não conseguirem pagar seus empréstimos, podendo ser percebido na crise pelo Grupo Camaq.

Esse dado é comprovado no Processo de Recuperação Judicial de 2012, por apresentar como justificativa para as dívidas do grupo, a contratação de crédito em moeda estrangeira em 2006, atraídos pelas excelentes expectativas do mercado sucroalcooleiro, pelos incentivos aos agrocombustíveis e pela perspectiva de aumento do consumo de açúcar, no mercado internacional. No entanto, com a desvalorização ocorrida no dólar Estadunidense, no período de liberação do crédito, a moeda encontrava-se em patamares inferiores. Outro ponto abordado é a crise imobiliária de 2008, trazendo a insegurança dos mercados. No documento é afirmado que essa crise levou ao adiamento dos projetos internacionais de agrocombustíveis, das linhas de crédito, diminuição do preço de comercialização do álcool e aumento do custo de insumos e fertilizantes destinados à manutenção dos canaviais. Sendo assim, foi publicada a decisão judicial no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, dia 18 de outubro de 2010, o deferimento do pedido de Recuperação Judicial do Grupo Camaq, sendo readequado o mesmo em fevereiro de 2014. Nesta readequação, está previsto como estratégia de reorganização a ser adotado pelo Grupo, a realização de fusão, incorporação e dissolução do mesmo (EXAME, 2014).

A crise vivenciada pelo grupo não é um fator isolado, ou característica peculiar do agronegócio canavieiro, mas faz parte de um todo, enquanto resultado do processo de reestruturação em sua fase de crise estrutural do capital e de aprofundamento de dependência. Nesta lógica de acumulação, o Estado exerce função fundamental no incentivo e legitimação do modelo do agronegócio e em detrimento dos trabalhadores. Assim, o agronegócio canavieiro, baseado na presença da grande propriedade de terra, na monocultura e na superexploração da força de trabalho, tem o papel de colocar na atualidade o país na posição de maior exportador de açúcar do mundo e com um grande potencial na produção de agrocombustíveis. Cabe destacar conforme abordado no Cap. 2, quem vem pagando os custos

da retomada da taxa de lucro do setor, são os trabalhadores, com a violação de direitos trabalhistas, péssimas condições de trabalho, porém, neste contexto de acirramento da relação capital/trabalho, os migrantes temporários cortadores de cana, não se silenciam, mas constroem coletivamente estratégia de resistência, sendo o conflito de Guaranésia um bom exemplo.

Conforme Relatório da Pastoral do Migrante (2012b), a Athurias Agrícolas Ltda, em maio de 2012, no período da colheita de cana que seria destinado para a produção da usina Alvorada do Bebedouro, contratou temporariamente 280 trabalhadores de diversos municípios do Vale do Jequitinhonha, dos municípios: Minas Novas, Veredinha, Chapada do Norte, Berilo, Francisco Badaró, Jenipapo de Minas, Araçuaí, Turmalina, Novo Cruzeiro, Francisco Badaró, Capelinha, Itamarandiba. A arregimentação destes trabalhadores ocorreu por intermédio de fiscais. O perfil desses migrantes cortadores de cana do Vale do Jequitinhonha, conforme o Relatório da Pastoral do Migrante (2012b) condiz com o apresentado no Cap. 1, pois, em sua maioria, os cortadores de cana selecionados para trabalhar temporariamente em Guaranésia, eram trabalhadores rurais, jovens e com baixa escolaridade. Estes trabalhadores foram instalados em alojamento na usina Alvorada do Bebedouro, localizado próximo à cidade de Guaranésia (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA, 2012b).

Além de contar com estes 280 trabalhadores do Vale do Jequitinhonha, a usina ainda contratou 30 trabalhadores do Maranhão, porém esses migrantes cortadores de cana maranhense, migraram por conta própria e se instalaram na periferia da cidade de Guaranésia (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA, 2012b).

Conforme o relatório da Pastoral dos Migrantes (2012b), no final de setembro de 2012, estes trabalhadores do Vale do Jequitinhonha que estavam migrando para o corte de cana em Guaranésia-MG, entraram em contato com Movimento dos Pequenos Agricultores-MPA do Vale do Jequitinhonha, denunciando que entraram em greve devido as péssimas condições de trabalho e a violação dos direitos trabalhistas que estavam sofrendo represália da Asthúrias Agrícola S.A., (Usina Alvorada do Bebedouro). Buscando apoiar os trabalhadores o MPA, entrou em contato com a Pastoral dos Migrantes do Vale do Jequitinhonha, com o Serviço de Pastoral dos Migrantes de São Paulo, com a Articulação dos Empregados Rurais da Região do Sul de Minas Gerais- ADERE e com o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Guaranésia.

Consta no Relatório (2012b), que dentre os dias 03 e 04 de outubro, representantes ligados à Articulação dos Empregados Rurais da Região do Sul de Minas Gerais- ADERE, a Central Única dos Trabalhadores - CUT e a Representante da Pastoral dos Migrantes, foram para Guaranésia com o objetivo de fortalecer a luta dos trabalhadores e acompanhar o conflito. Com a chegada dos apoiadores ao alojamento, foi feita uma assembleia onde os trabalhadores expuseram a situação vivenciada, sendo eleito um grupo de representantes dos trabalhadores que fariam parte das negociações com a usina e construída a pauta, contendo denúncias e reivindicações dos cortadores de cana (em anexo 2). Embora observações sobre as condições de trabalho destes trabalhadores, estejam destacadas no item 3.2, cabe ressaltar que na pauta de reivindicações dos trabalhadores é denunciado que:

As condições de higiene do alojamento e da alimentação eram inadequadas e insalubres; os EPIs distribuídos para os trabalhadores eram usados e não estavam em boa condição; além disso, a usina geralmente atrasava os pagamentos dos salários (CUT – PAUTAS DE REINVIDICAÇÕES DOS MIGRANTES CORTADORES DE CANA DE GUARANÉSIA, 2012, p.2).

Com relação à saúde do trabalhador, consta na Pauta (2012) de denúncia e reivindicações, que quando adoeciam, os trabalhadores tinham dificuldade de conseguir atestado médico. Além disso, caso se acidentasse no canavial, restava aguardar no canavial o fim da jornada dentro do ônibus, sem nenhum conforto e atendimento adequado. No dia seguinte, se não tivessem condição de exercerem suas atividades normais, eram obrigados a ir para a lavoura distribuir soros para os demais trabalhadores.

Conforme consta na pauta de reivindicações dos trabalhadores (2012) e do Relatório da Pastoral dos Migrantes (2012b), apesar dos contratos dos trabalhadores serem por safra prevista para finalizar em novembro, no final de setembro, a safra já tinha finalizado. Embora fosse direito dos trabalhadores o recebimento da rescisão de contrato na finalização da safra, a usina estava alegando não ter dinheiro para fazer o acerto. Os trabalhadores seriam encaminhados para trabalhar na atividade de capina, onde receberiam diária inferior ao que ganhavam na atividade de corte de cana, já que o pagamento no corte era por produção e o preço da diária era muito baixo. Tendo os trabalhadores discordado da proposta, iniciou-se uma greve, onde os mesmos passaram a ir diariamente para a frente da usina, reivindicar o pagamento da rescisão de contrato, começando a sofrer represália, dentre elas ficando sem alimentação por três dias, conforme denúncia dos trabalhadores (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA, 2012b).

No dia 05 (cinco) de outubro, às 9 da manhã, tendo em vista impulsionar a solução ao conflito que já pendurara quase 15 dias, a Comissão de Trabalhadores, juntamente com representantes da ADERE, CUT e Pastoral dos Migrantes, que haviam chegado a Guaranésia para acompanhar o conflito, foram novamente para a porta da usina. É ressaltado no Relatório (2012b), que a usina não aceitou receber a Comissão de Trabalhadores, tendo contato com eles apenas via interfone, sendo reafirmado pela mesma que poderia pagar apenas a rescisão 30 dias após o retorno dos trabalhadores para suas regiões de origem, justificando dificuldades financeiras.

A Lei Nº 5.889, de 8 de junho de 1973, estabelece no Art. 14. que acabado o contrato, a empresa pagará ao safrista, a título de indenização do tempo de serviço, importância correspondente a 1/12 (um doze avos) do salário mensal, por mês de serviço ou fração superior a 14 (quatorze) dias. Ou seja, no caso da rescisão de Contrato sem justa causa, o empregador tem que pagar no momento de rescisão: o pagamento de saldo salário, de férias acrescidas 1/3, 13º (décimo terceiro) proporcional e liberalização dos depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço acrescido multa de 40%. Assim, o Grupo Camaq, alegava não ter condição de pagar, no ato da demissão, essas parcelas rescisórias.

De acordo com o Relatório (2012b), buscando dar visibilidade a essa violação de direitos, foi ocupada pelos trabalhadores a rodovia BR-491 km 64,5, que liga Minas Gerais a São Paulo e que fica localizada ao lado da usina Alvorada do Bebedouro, conforme consta no Relatório (2012b):

No dia 05 de outubro de 2010, os trabalhadores para dar visibilidade ao conflito que estavam vivendo e em protesto a violação dos direitos trabalhistas ao não cumprimento do acordo feito no ato da Contratação, em relação a salário, alimentação, rescisão de contrato, Saúde, condições dos alojamentos os trabalhadores fecharam a Rodovia BR-491 km 64,5. Nesta ação, os apoiadores da ADERE, CUT e Pastoral dos Migrantes conseguiram mobilizar a TV local, buscando facilitar negociação. Após uma hora de pista fechada, os trabalhadores liberaram-na, após negociação com a polícia, sendo agendada para o mesmo dia uma audiência no Fórum de Guaranésia. Nesta audiência estava presente a comissão de representantes dos trabalhadores, o representante da usina, do sindicato dos trabalhadores, da FETAEMG, da ADERE, da CUT, da Pastoral dos Migrantes, fiscais do Ministério do Trabalho e a Polícia Militar. Após uma cansativa negociação os trabalhadores tiveram duas opções, já que a usina alegou que não tinha dinheiro para pagar a rescisão de contrato dos trabalhadores: **1-** assinava procuração para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais entrar com o pedido de rescisão indireta de contrato, **2-** ou continuavam trabalhando por mais 30 dias cumprindo o aviso prévio na usina, recebendo o que recebiam se estivesse cortando cana, ficando os fiscais do Ministério do Trabalho, responsáveis por fazer a fiscalização, já que a usina teria que garantir a alimentação e alojamento em boas condições para os trabalhadores. Cerca de 80 trabalhadores a aceitaram a rescisão indireta de contrato e voltaram no mesmo dia para as cidades de origem, o restante decidiu continuar na usina porque ficaram com medo da usina não pagar a rescisão



indireta, já que a usina estava com inúmeras dívidas trabalhistas conforme o Processo de Recuperação Judicial. Por isso cerca de 200 trabalhadores viram como única opção ficar e esperar acabar o aviso prévio, conforme a segunda proposta. Sendo ainda agendada outra audiência na justiça do trabalho de Guaxupé, já que o promotor que estava presidindo a audiência não é competente para julgar o mérito, por ser da vara Civil e não trabalhista. Além disso, esse processo estava se arrolando na Justiça do Trabalho conforme encaminhamento do sindicato dos trabalhadores. Na oportunidade é importante relatar que havia no início conflito 35 trabalhadores maranhenses, no entanto conforme eles começaram a juntar com os trabalhadores mineiros a usina fez o acerto deles, buscando enfraquecer a organização dos trabalhadores e os mesmos retornaram para o Maranhão (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA, 2012b).<sup>63</sup>

Diante do relato acima, reafirma-se que quem vem pagando o custo da expansão do agronegócio canavieiro brasileiro são os trabalhadores, principalmente os cortadores de cana. Conforme o Relatório da Pastoral dos Migrantes (2013), cerca de 80 (oitenta) aceitaram a rescisão indireta de contrato e retornaram no mesmo dia para as cidades do Vale do Jequitinhonha, não receberam seus direitos trabalhistas até dezembro de 2013. O restante dos cortadores de cana que optaram pelo aviso prévio, ficando mais 30 (trinta) dias na usina, receberam seus direitos.

Desta forma, ao migrarem para trabalhar no corte de cana, os trabalhadores rurais do Vale do Jequitinhonha, além de muitas vezes vivenciarem, nos canaviais, péssimas condições de trabalho, correm o risco de retornar para sua região de origem sem receber seus direitos trabalhistas. Cabe destacar que essas situações vivenciadas por estes migrantes temporários, que são muitas vezes silenciados pelo medo de ter seu nome na “lista negra”, levam também a se organizarem coletivamente e criarem estratégias de resistência e pressionarem para denunciar a violação de direitos e acessá-los, diante da superexploração que se acirra.

### **3.3.1. Memória da Resistência**

As imagens apresentadas a seguir, são retratos da história apresentada anteriormente, sendo produzidas pela Pastoral dos Migrantes em um ambiente de conflito da relação capital/trabalho, na usina Alvorada do Bebedouro em Guaranésia. Referenciados por Silva (1999), optamos não utilizar essas imagens como meras ilustrações, anexos, por isso fazem parte do último capítulo. Compreendemos que estas são “fotos que falam porque a realidade faz com que elas falem. Imagens carregadas de significados que constituem uma outra maneira de dizer” (SILVA, 1999, p. 326).

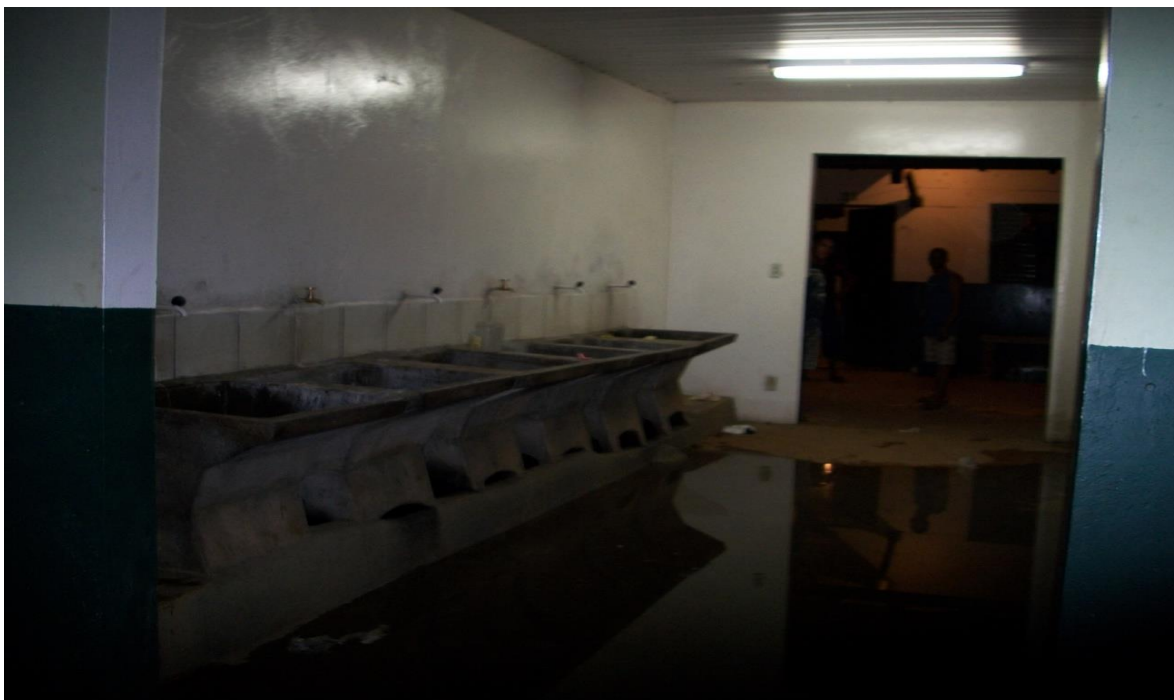
---

<sup>63</sup> Relatório relato de trabalhador rural do Vale do Jequitinhonha—Conflito de Guaranésia, 2012b.

Estas imagens apresentam condições de trabalho e forma de resistência, em um contexto de acirramento da superexploração da força de trabalho. No primeiro bloco (fotos 03-11), expõem as condições do alojamento e alimentação na Usina Alvorada do Bebedouro. As demais apresentam o ambiente de conflito do dia 05/10/2012, reconstruindo, por meio das imagens, a situação vivenciada pelos migrantes cortadores de cana do Vale do Jequitinhonha em Guaranésia-MG. Quanto às informações na superfície das imagens, mais do que contar a história, oferecem elementos para o leitor transportar para o ambiente do alojamento dos migrantes, como também para o conflito.



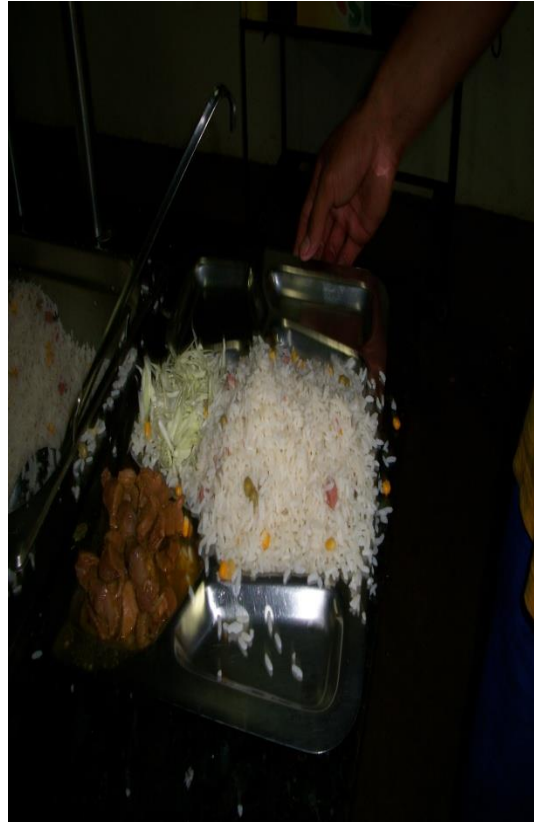
**Figura 3:** Alojamento dos trabalhadores da Usina Alvorada do Bebedouro em Guaranésia-MG abrigam 280 trabalhadores, sendo 12 trabalhadores em cada quarto– (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA ,2012b)



**Figura 4:** Lavanderia da Usina Alvorada do Bebedouro em Guaranésia-MG. “Após um dia todo de serviço, os trabalhadores pegam fila para lavar roupa de trabalho suja de fuligem e depois pegam fila para tomar banho.” - (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA ,2012b)



**Figuras 5 e 6:** Refeitório da Usina Alvorada do Bebedouro. Arquivo de foto da Pastoral do Migrante (2013). Uma das reclamações feitas pelos trabalhadores é que por não ter cobertura, muitos pardais defecam no refeitório (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA ,2012b).



**Figuras 7, 8, 9, 10:** Alimentação dos trabalhadores cortadores de cana na Usina Alvorada do Bebedouro em Guaraniésia-MG – (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA ,2012b)





**Figuras 11, 12:** Lixo onde são jogados os restos de alimentos. De acordo com a NR 31 no refeitório “os depósitos de lixo, devem ter tampas.” - (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA ,2012b)



**Figura 13:** Sala de televisão da usina Alvorada do Bebedouro- Guaraniésia-MG. (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA, 2012b)



**Figura 14:** Trabalhadores rurais, do Vale do Jequitinhonha, tentando negociar com a Usina Alvorada do Bebedouro para receberem a rescisão de contrato e voltar para o Vale do Jequitinhonha. (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA ,2012b).



**Figura 15:** Após a tentativa de negociação, os trabalhadores retornam para os alojamentos (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA, 2012b).





**Figura 16-** Ocupação da pista da rodovia BR-491 km 64,5 pelos trabalhadores migrantes do Vale do Jequitinhonha- 05/10/2012. (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA ,2012b)



**Figuras 17, 18:** No caminho de retorno para os alojamentos, os trabalhadores foram comunicados pela Comissão de trabalhadores, eleita em assembleias, a decisão de ocupar a Pista da rodovia BR-491, que liga São Paulo a Minas Gerais, como forma de dar visibilidade à situação que estavam vivenciando na Usina Alvorada do Bebedouro. - (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA ,2012b)





**Figura 19, 20:** Trabalhadores registrados, por meio de celulares, a ocupação da pista BR-491.– (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA, 2012b)



**Figura 21.** Embora a maioria dos trabalhadores ocupasse a rodovia, alguns trabalhadores permaneceram olhando da parte de cima da mesma. – (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA ,2012b)





**Figura 22.**Trabalhador rural, cortador de cana do Vale do Jequitinhonha, dando entrevista, sobre os motivos que os levaram a ocupar a BR e as exigências para a desocupação.– (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA ,2012b).



**Figuras 23- 24.** Após 1h00 de ocupação da BR chega a Polícia Militar de Guaranésia para negociar com os trabalhadores (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA ,2012b).



**Figura 25.** A TV local foi acionada pelos trabalhadores, antes de iniciar a ocupação da pista, para acompanhar processo de negociação entre polícias e trabalhadores e como forma de se proteger de possível ação violenta da polícia. – (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA ,2012b).



**Figura 26, 27.** Após polícia agendar uma audiência de negociação, entre representante da usina e trabalhadores, a ocupação da pista chega ao fim e os trabalhadores retornam para o alojamento. (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA ,2012b).





**Figura 28.** Ao chegarem no alojamento, os trabalhadores que estavam ocupando a pista, se depararam com cerca de 80 trabalhadores cortadores de cana, saindo de ônibus com bagagem do alojamento. Estes trabalhadores não aguardaram a audiência, fazendo um acordo com a usina de Rescisão Indireta de Contrato por intermédio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guaranésia. (PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA, 2012b).

## Considerações Finais

Para concluir este trabalho, é necessário retomar o problema de pesquisa: Quais as condições que os trabalhadores rurais do Vale do Jequitinhonha vivenciam, no período em que estão migrando para o trabalho temporário no corte de cana? O que está na essência dessas condições de trabalho? Quais têm sido os impactos da mecanização do corte de cana sobre as condições de trabalho destes trabalhadores?

Tendo como referência esses questionamentos, como orientadores da investigação proposta, exigiu-se uma ampla reflexão. Ao final deste percurso, foi possível chegar a algumas conclusões que não são definitivas.

Em primeiro momento é importante destacar que em um contexto de reprimarização da economia, torna-se indispensável retomar os estudos de Ruy Mauro Marini, já que a Teoria da Dependência Marxista elaborada por Marini oferece elementos centrais para compreender o atual avanço do agronegócio. Em segundo, a partir da análise do agronegócio canavieiro, com foco nos cortadores de cana, percebe-se que o mecanismo de superexploração, em sua essência, vem se manifestando nas relações e condições de trabalho dos cortadores de cana, por meio do esgotamento, adoecimento e morte dos trabalhadores. Desta forma, tendo a centralidade na superexploração da força de trabalho, uma importante contribuição a ser feita, é a atualização dos dados sobre as mortes de cortadores de cana nos canaviais, principalmente nas novas áreas de expansão, já que os dados apresentados pelo Serviço de Pastoral dos Migrantes (2010), diz respeito apenas ao interior paulista.

Nessa pesquisa, ficou evidenciado ainda, que o modelo de desenvolvimento da agricultura, o agronegócio, não visa o desenvolvimento sustentável e social. O mesmo resulta em um processo contínuo de expropriação e de acirramento da superexploração da força de trabalho e dos recursos naturais. Assim, o discurso de desenvolvimento sustentável, da produção de etanol enquanto “energia limpa”, requer um melhor aprofundamento para desmistificá-lo, compreendendo que “para que uma vida realmente sustentável seja possível, é preciso romper com a desigualdade e o estranhamento entre os homens”. (SANTOS, 2013, p.261).

Desta forma, essa nova era de expansão canavieira tem gerado o aumento da concentração e centralização de terras e capital, abertura para o capital estrangeiro, levando ao aprofundamento da dependência brasileira aos interesses dos países considerados

desenvolvidos, via superexploração do trabalho e um imenso custo social (DELGADO, 2012). Neste sentido, foi possível comprovar que é ao custo da superexploração dos trabalhadores e dos recursos naturais, que o agronegócio canavieiro vem conseguindo aumentar a taxa de lucro e colocar o Brasil na posição de maior exportador de *commodities* de açúcar e álcool do mundo.

Quanto ao avanço da mecanização do corte de cana, reafirmamos a partir de Marx (1996), que a mecanização tem a função de autovalorização do capital e desvalorização da força de trabalho. Assim, evidencia-se que a mecanização do corte de cana, além de ser um importante instrumento de enfraquecimento dos movimentos de resistência dos trabalhadores, ainda favorece o aumento de produtividade no trabalho e uma piora nas condições de trabalho dos cortadores de cana, já que restam para eles as áreas íngremes, brejos, canas crua e grossa, ficando expostos a vários perigos. Ou seja, as inovações tecnológicas no capitalismo, visam ao aumento do lucro do capital e não à melhora das condições de trabalho dos trabalhadores.

Diante dessa realidade atual, marcada também pelo desemprego gerado pelo avanço da mecanização do corte de cana, cabe questionar: Quais têm sido as alternativas para os cortadores de cana demitidos pela mecanização do corte? Onde trabalharão sem o emprego das usinas? Tendo em vistas que a maioria dos cortadores de cana é migrante do nordeste brasileiro e Vale do Jequitinhonha, essas regiões de origem têm sofrido impactos desse processo? Essas questões não são simples de responder, mas ao final deste trabalho foram tecidas algumas considerações, que merecem ser aprofundadas em trabalhos futuros.

Nesse sentido, percebe-se que os cortadores de cana, migrantes temporários, têm sido os maiores impactados com o avanço da mecanização do corte de cana, principalmente, por representarem de acordo com Alves (2007), 70% da mão de obra empregada nesta atividade. A partir das observações sobre a situação dos migrantes cortadores de cana do Vale do Jequitinhonha, corroboramos com Guanais (2013), em compreender que esses trabalhadores, desempregados pela mecanização, estão procurando emprego em outras usinas, sobretudo, em usinas de pequeno porte que não têm dinheiro para mecanizar, ou que têm terrenos impróprios para a utilização de máquinas. Nota-se ainda, que os cortadores de cana estão sendo arregimentados para trabalhar principalmente, nas novas áreas de expansão do agronegócio canavieiro, ocorrendo uma alteração na cartografia migratória.

Essa mudança na cartografia migratória, além de significar que os cortadores de cana estão migrando para outras usinas que não eram tradicionalmente procuradas, percebe-se que

parte dos mesmos, migra para outras atividades agrícolas sazonais. No Vale do Jequitinhonha, uma parcela de trabalhadores está migrando para a colheita de maçã no Sul do Brasil, colheita de laranja, lavouras de café, etc. Cabe destacar que, no decorrer dessa pesquisa, deparamo-nos com um grande número de ex-cortadores de cana do Vale do Jequitinhonha que ficaram desempregados devido à mecanização e migraram para trabalhar como vendedores de confecções em cidades do Estado do Espírito Santo. Há ainda trabalhadores buscando trabalho na construção civil, atraídos principalmente pelo atual crescimento deste setor com as obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Além disso, para concorrer com as vagas criadas pela mecanização, por uma minoria dos cortadores de cana ter escolaridade mínima exigida, é possível perceber que um pequeno número destes trabalhadores desempregados pela mecanização está fazendo cursos de requalificação profissional. Há ainda uma parcela de trabalhadores desempregados, que foram jogados ao pauperismo absoluto, já que devido ao desgaste físico e mental, causado pelos anos de superexploração no agronegócio canavieiro, estão doentes e não conseguem desempenhar nenhuma outra atividade e a maioria das vezes não conseguem acessar a previdência social, restando procurar as Secretarias de Assistência Social de suas cidades de origem, sendo importante aprofundar as pesquisas sobre essa tendência.

Nesse sentido, as contradições advindas da constatare expropriação e superexploração dos trabalhadores em um contexto de expansão do agronegócio canavieiro e de busca pelo aumento de produtividade do trabalho, elevam as desigualdades sociais e agravam a questão social e sua particularidade questão agrária. Esse acirramento das expressões da questão agrária apresenta-se de várias formas no cotidiano profissional dos assistentes sociais, não apenas dos profissionais que atuam nas cidades destinos dos trabalhadores migrantes cortadores de cana, conforme apresentado na pesquisa de Sant’ana (2012), mas também nas cidades de origem destes trabalhadores, como por exemplo, dos assistentes sociais que atuam nas cidades do Vale do Jequitinhonha. Desta forma, corroboramos com Yamamoto (2003), em compreender que estamos passando por um processo de reconfiguração do capital que se por um lado, causa um processo de modernização tecnológica em inúmeros setores, dentre esses o agrícola. Por outro lado “causa uma barbárie na reprodução das condições de vida da classe trabalhadora, com a qual nos defrontamos cotidianamente em nosso exercício profissional” (Yamamoto, 2003, p.174). Assim, fica a necessidade de aprofundar em estudos futuros, os debates desta expressão da questão agrária sobre a atuação profissional dos assistentes sociais das regiões de origem dos trabalhadores migrantes cortadores de cana.

Conclui-se também, nessa pesquisa, que o Estado vem cumprindo um papel primordial para permanência da superexploração, enquanto mecanismo de compensação das trocas desiguais (MARINI, 2005). Principalmente por incentivos fiscais, financeiros, aprovação de legislações que vêm garantindo os lucros do agronegócio canavieiro. Além disso, o Estado ocupa um papel central na reprodução do modo de produção capitalista dependente, que garante a expropriação de trabalhadores rurais e sua submissão à migração definitiva ou temporária. Assim, percebemos que a condição de migrante é uma particularidade que favorece o acirramento da superexploração da força de trabalho. Ao mesmo tempo, a existência de regiões como o Vale do Jequitinhonha, que ofereça força de trabalho farta e barata para as frentes de desenvolvimento do capital, é indispensável para que ocorra o desenvolvimento do capitalismo dependente, pautado na superexploração da força de trabalho.

Nesse sentido, embora ficasse demonstrado que ocorreram, sobretudo com a aprovação da NR31, melhorias nas condições de trabalho nos canaviais, no entanto, percebe-se que especialmente nas novas áreas de expansão canavieira, prevalecem condições desumanas de trabalho. Cabe destacar, que de fato que na atualidade, a superexploração se acirra tanto que ela rouba a cena e, às vezes, ofusca a percepção da resistência.

Diante desse quadro apresentado de acirramento da superexploração, nota-se embora ofuscada, ainda existe formas de resistência acionadas pelos trabalhadores rurais. Assim, foi apresentado o conflito de Guaranésia, que embora seja um caso particular, mas em geral há movimentos atuais de resistência e luta dos migrantes cortadores de cana que merecem ser mais bem analisados, já que estes movimentos têm sido responsáveis por estabelecerem alguns limites para a superexploração. Finalmente, é necessário que os trabalhadores evoluam de movimentos de resistência por direitos, para a construção da consciência de classe para si. Para atingir esse nível de consciência, é indispensável superar pautas dentro da ordem vigente para a construção de uma sociedade que não seja estruturada na expropriação e na superexploração da força de trabalho.

## REFERÊNCIAS:

ABREU, C. Migração: dos descaminhos do agronegócio sucroalcooleiro à organização dos cortadores de cana. In: NOVAES, J.R. & ALVES, F.. (Org.). **Migrantes: Trabalho e Trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro** (Os heróis do agronegócio brasileiro).São Carlos: EDUFSCar, 2007.

ALENTENJANO, P.. Modernização da agricultura. In: CALDART, S. R. et al. **Dicionário de educação do campo**. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Ed. Expressão Popular, 2012.

ALFREDO, A.. **Entrevista ao Jornal do Campus**. Setembro 2010. Disponível em: [http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio\\_Anselmo/Graduacao/2010/entrevista\\_migracao.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Anselmo/Graduacao/2010/entrevista_migracao.pdf). Acesso em: 10/10/2012

ALVES, F.. **Modernização da agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais na região de Ribeirão Preto**. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 1991. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000035593>. Acesso em: 10/01/2013

ALVES, F. Por que morrem os cortadores de cana? **Revista Saúde e Sociedade**. V. 15, p. 90-98, 2006. Disponível em : <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v15n3/08.pdf> Acesso em: 20/12/2012

ALVES, F. **Mecanização do corte de cana crua e políticas públicas compensatórias: indo direto ao ponto..** In: FIGUERA, R. R.; PRADO, A. A.. (Org.). Olhares sobre a escravidão contemporânea - novas contribuições críticas. Cuiabá: EDUFMAT, 2011, p. 279-300. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/viewFile/687/554> Acesso em: 20/12/2012

ALVES, F. Migração de Trabalhadores do Maranhão e do Piauí para o Corte de Cana em São Paulo: Será este um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro?. In: NOVAES, J.R. & ALVES, F.. (Org.). **Migrantes: Trabalho e Trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro** (Os heróis do agronegócio brasileiro). 1ed.São Carlos: EDUFSCar, 2007.

ANTUNES, R.. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez/Unicamp, 2008.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo, Atlas, 2009.

ARMICOOPA; GEPAF. Atualização e Qualificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Mucuri (PTDS). Teófilo Otoni. UFVJM, 2010

AUGUSTO, L G S.; CARNEIRO, F F; PIGNATI, W; RIGOTTO, R M; FRIEDRICH, K; FARIA, N M X. BÚRIGO, A.C.; FREITAS, V.M.T.; GUIDUCCI FILHO, E. **Dossiê**



**ABRASCO** – Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. ABRASCO, Rio de Janeiro, junho de 2012. 2ª Parte. 135p.

BACCARIN, J.S.; GEBARA, J.J.; BORGES, J.C. Avanço da mecanização canavieira e alterações na composição, na ocupação, na sazonalidade e na produtividade do trabalho em empresas sucroalcooleiras, no Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, SP, v.40, n.9, set. 2010. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/IE/2010/tec1-0910.pdf> Acesso em: 02/03/2013

BERTANI, I.F.; LOURENÇO E. A. S. Degradação da saúde: determinantes sociais para a saúde dos trabalhadores da agroindústria canavieira. In: NAVARRO, V. L. (Org.) ; LOURENÇO, E. Â. S. (Org.). **O Averso ao Trabalho III: Saúde do Trabalhador e questões contemporâneas**. 01. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BERING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2.ed.- São Paulo: Cortez, 2006.

BENJAMIN, C. **O Brasil é um sonho (que realizaremos)**. Rio de Janeiro, Ed. Contraponto Ed. Ltda. 2002.

BNDES. **Impactos da indústria canavieira no Brasil**: poluição atmosférica, ameaça a recursos hídricos, riscos para a produção de alimentos, relações de trabalho atrasadas e proteção insuficientes a saúde dos trabalhadores. Brasil: Editora da IBASE, 2008. Disponível: [http://www.ibase.br/pt/wp-content/uploads/2011/06/extr-impactos-da\\_ind%C3%BAstria-canavieira-no-brasil-plataforma-bndes-2008.pdf](http://www.ibase.br/pt/wp-content/uploads/2011/06/extr-impactos-da_ind%C3%BAstria-canavieira-no-brasil-plataforma-bndes-2008.pdf) Acesso: 03/02/2013

BORGES, F. C. Origens históricas da propriedade da terra-1958. In; STEDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil: 1500 – 1960**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

BORGES, A. **O etanol e a invasão estrangeira**. 2007. Disponível em [www.adital.com.br](http://www.adital.com.br). (Acesso em 15 de janeiro de 2010).

BRASIL. Norma Regulamentadora de segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura (NR31). **Portaria n.86**, 03 de março de 2005. Diário Oficial da União de 04 de março de 2005.

CAMPOS, C. S, S.; CAMPOS, R. S. Soberania alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil. **SCRIPTA. Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales Universidad de Barcelona**. Vol. XI, núm. 245 (68). Barcelona, 1 de agosto de 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24568.htm> Acesso em: 04/01/2014

CADERNO DE INDICADORES. Escritório de Prioridades Estratégicas. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://numeros.mg.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/Caderno2013.pdf> Acesso em: 02/04/2014

CARCANHOLO, R. **Capital: essência e aparência**. São Paulo: Expressão popular, 2011.

CARCANHOLO, M.; AMARAL, M. **Acumulação capitalista e exército industrial de reserva**: conteúdo da superexploração do trabalho nas economias dependentes. *Revista de Economia*, v. 34, n. especial, p. 163-181, 2008. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB8QFjA>

[A&url=http%3A%2F%2Ffojs.c3sl.ufpr.br%2Ffojs%2Findex.php%2Feconomia%2Farticle%2Fdownload%2F17193%2F11327&ei=PggUOe0N5LE9gSn9oFw&usg=AFQjCNGXyJFZpzzTdh2ZgEzO9mcCglMOxw](http://www.fojs.c3sl.ufpr.br/fojs/index.php/economia/article/download/17193/11327&ei=PggUOe0N5LE9gSn9oFw&usg=AFQjCNGXyJFZpzzTdh2ZgEzO9mcCglMOxw) . Acesso em: 21/10/2012

CHRISTOFFOLI, P. I. Agroindústria. In: CALDART, S. R. et al. **Dicionário de educação do campo**. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Ed. Expressão Popular, 2012.

CORDEIRO, A. **Etanol para alimentar carros ou comida para alimentar gente?**. Impactos da indústria canavieira no Brasil. Poluição atmosférica, ameaça a recursos hídricos, riscos para a produção de alimentos, relações de trabalho atrasadas e proteção insuficiente à saúde de trabalhadores. BNDES, 2008.

CONAB. **Acompanhamento da safra brasileira: cana de açúcar safra 2007/2008**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/3lev-cana.pdf> Acessado em: 21/06/2012

CONAB. **Acompanhamento da safra brasileira: cana de açúcar safra 2012/2013**. Brasília, 2012. Disponível em: [http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12\\_04\\_10\\_09\\_19\\_04\\_boletim\\_de\\_cana.pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_04_10_09_19_04_boletim_de_cana.pdf) acessado em: 21/01/2013.

CUT- CENTRAL ÚNICA DE TRABALHADORES. **Pautas dos problemas dos empregados rurais cortadores de cana da empresa Asturias Agricola S.A**. Garanésia, 2012. (impresso)

DELGADO, G. O setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea. In: RAMALHO, J.P./ARROCHELLAS, M.H. (org.) **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Cortez;; Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade - CAALL, 2004.

DELGADO, G. C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Revista Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 157-172, 2001.

DELGADO, G. C. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em Debate**, v. 1, n. 2, p. 111-125, jan./ ago. 2010. Disponível em: <[http://desenvolvimentoemdebate.ie.ufrj.br/pdf/dd\\_guilherme.pdf](http://desenvolvimentoemdebate.ie.ufrj.br/pdf/dd_guilherme.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2013.

DELGADO, G. C. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio – Mudanças Cíclicas e Meio Século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012, 144p.

DIEESE. **Desempenho do setor sucroalcooleiro brasileiro e os trabalhadores**. Estudos e pesquisa. Ano 3-nº 3-2007. Disponível em: <http://WWW.diesse.org.br/esp/estpesq30setorSucroalcooleiro.pdf> acessado em: 11/05/2012

ELIAS, M.F.M. A atualidade da questão agrária e das lutas sociais do campo no Vale do Mucuri- Minas Gerais. **Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina**. Londrina, 2013.

EXAME, A.I. **Plano de Recuperação Judicial (PRJ) Grupo Camaq Alvorada**. Fevereiro de 2014. Disponível em: <http://www.alvoradabebedouro.com.br/images/PlanoRecuperacaoJudicialFevereiro2014.pdf>  
Consulta feita em: 10/05/2014

EXAME, A.I. **Plano de Recuperação Judicial (PRJ) Grupo Camaq Alvorada**. Dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.alvoradabebedouro.com.br/images/EDITAL%20RECUPERA%C3%87%C3%83O%20JUDICIAL%20GUARAN%C3%89SIA.pdf>

FERNANDES, F. Padrões de dominação externa na América Latina. In. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro. Ed. Zahar. 1973.

FERRANTE, V. L. S. B. . **O estatuto do trabalhador rural e o FUNRURAL**: ideologia e realidade. Perspectivas, n.1, p. 189-202, 1976.

FISCHER, A. L.; FLEURY, M. T. L.; FISCHER, R. M. O trabalho na agroindústria canavieira: um processo em mudança. In: **Processo e relações de trabalho no Brasil**. Ed. 2. São Paulo: Editora Altas S.A., 1987. Disponível: [http://www.cedec.org.br/files\\_pdf/Otrabalhonaagroindustriacanavieira.pdf](http://www.cedec.org.br/files_pdf/Otrabalhonaagroindustriacanavieira.pdf) Acesso: 04/02/2011

FREDO, C. E. *et al.* Tecnologia x Emprego no Setor Sucroalcooleiro de São Paulo. **Rev. de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 59, n. 1, p. 1-116, jan./jun.2012. Disponível: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/rea/2012/real-1-12.pdf> Acesso em: 18/10/2012.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

GALEANO, E. H. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre, RS: L & PM, 2010. 400p.

GOVERNO FEDERAL. **Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as condições de trabalho na Cana-de-Açúcar**. Governo Federal: Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.secretariageral.gov.br/.arquivos/publicacaocanadeacucar.pdf>> Acesso em: 07/11/2013.

GRAZIANO, E; GRAZIANO NETO, F. As condições de reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha. In: **Revista perspectivas**, v. 06, São Paulo; 1983. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/226/1473>  
Acesso em: 15/03/2013

GRAZIANO DA SILVA, J.. **De bóias-frias a trabalhadores rurais**. Maceió. Edufal.1997.  
GRAZIANO DA SILVA, J. Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura Paulista. Tese de Doutorado do Departamento de Economia e Planejamento Econômico do IFCH da UNICAMP, Campinas, 1980.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2ed.rev.-Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1998.

GUANAIS, J.B. **No eito da cana, a quadra é fechada**: estratégias de dominação e resistência entre patrões e cortadores de cana em Cosmópolis/SP. 2010. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2010.

GUANAIS, J.B. O processo de mecanização da agroindústria canavieira: histórico, motivações e impactos sobre os trabalhadores temporários In: **Vale do Jequitinhonha: ocupação e trabalho**. Org.: NOGUEIRA, D.P.N. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2013.

HARVEY, D. **A Condição pós-moderna**. 18ªEd. São Paulo. Edições Loyola, 2009.

HEREDIA, B. M. A. de. O campesinato e a plantation. A história e os mecanismos de um processo de expropriação. In. DELMA, P. N.; SILVA, M. A. de M. (org.) **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. volume1: Formas tuteladas de condição camponesa. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **Trabalho e indivíduo social**. São Paulo: Cortez, 2006.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=31&dados=0>>. Acesso em: 01/ 05/ 2013.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Mapa da pobreza e desigualdade, 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/temas.php?nomemun=Novo%20Cruzeiro&cmun=314530&tema=mpobreza2003&desc=Mapa%20de%20Pobreza%20e%20Desigualdade%20->>>. Acesso em: 01/05/2013.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1968.

LAAT, E.F. et al. Impacto sobre as condições de trabalho: o desgaste físico dos cortadores de cana-de-açúcar. In: BNDES. **Impactos da indústria canavieira no Brasil**. 2009. Disponível em [www.plataformabndes.org.br](http://www.plataformabndes.org.br). Acessado em 20 de março de 2012.

LAAT, Erivelton Fontana de . Trabalho e risco no corte manual de cana-de-açúcar: a maratona perigosa nos canaviais. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da UNIMEP Santa Bárbara d'Oeste, SP: [s.n.], 2010.

LEITE, A.C. G. A modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro e o processo de formação do trabalhador “boia fria” em suas condições regionais de mobilidade do trabalho. São Paulo, 2010. Dissertação de mestrado em Geografia- Departamento de Geografia da Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas da Universidade de São Paulo. Disponível: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-26102010-145338/pt-br.php> Acesso: 14/09/2012

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. Coletânea de textos da ENFF- N°03. 2010. (Documento interno)

LÊNIN, V. I. **Imperialismo**: etapa superior do capitalismo. Obras escolhidas- vol 1. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

LUCE, M.S. A superexploração da força de trabalho no Brasil: evidências da história recente. In: **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini / Organizador: Niemeyer Almeida Filho. – Brasília: Ipea, 2013. 233 p.

MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processo. Porto Alegre, Artmed, 2004

MANCIO, D. ; MOREIRA, R. C. . A dependência latino-americana e a reprimarização do continente. In: **XVII Encontro Nacional de Economia Política**, 2012, Rio de Janeiro. **Desenvolvimento e meio ambiente: a crítica da economia política**, 2012. V. 1. P. 1-25.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política – O processo de produção do Capital. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Livro primeiro, v. 2, tomo 1 e 2 . São Paulo. Ed. Nova Cultural. 1996.

MARX, K. **O Capital**. Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARIA MOURA, M. **Os deserdados da terra**: à lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: STÉDILE, João Pedro, TRASPADINI, Roberta (Org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARINI, R.M. **Subdesenvolvimento e revolução** /Ruy Mauro Marini. Florianópolis: Insular, 2012.

MARTINS, H.. A ameaça a soberania nacional pela expansão do complexo agroquímico a partir da cana e açúcar e do etanol. In: Coletânea de textos para o curso de teoria latino americana. UFJF. 2010

MARTINS, J.S. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, J. S. O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARTINS, C. E. O pensamento de Ruy Mauro Marini e sua atualidade para as ciências sociais. In: **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini / Organizador:Niemeyer Almeida Filho. – Brasília : Ipea, 2013. 233 p.

MENEZES, M.A. SATURNINO, M. As migrações sazonais do sertão paraibano para as usinas canavieiras de São Paulo. In: NOVAES, J. R. P; ALVES, F. J. C (Orgs.). **Migrantes**:

trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EdUFSCAR, 2007.

MENDONÇA, L.R.F. de. Modo capitalista de produção e agricultura: a construção do conceito de agronegócio. Tese de doutorado (Doutorado em Geografia Humana) Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MÉSZAROS, I. A crise estrutural do capital. **Revista do Instituto de Estudos Socialistas**. São Paulo: Xamã VM Editora Grafica LTDA, 2000, N°4.

MILANEZ, Artur Y., BARROS, N. R.; FAVERET FILHO, P. de S. C. “O perfil do apoio do BNDES ao setor sucroalcooleiro”. **BNDES Setorial**. Rio de Janeiro: BNDES, n. 28, p. 3-36, setembro/2008.

MOREIRA, R. C.; SABADINI, M. De S. Migração e trabalho recente no Brasil. XVI Encontro Nacional de Economia Política. Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). 21 a 24 junho, 2011.

NAKATANI, P.; FALEIROS, R. N.; VARGAS, N. C. Histórico e os limites da Reforma Agrária na contemporaneidade brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 110, p. 213-240, abr./jun. 2012

NAVARRO, V. L. (Org.) ; LOURENÇO, E. Â. S. (Org.). **O Avesso ao Trabalho III: Saúde do Trabalhador e questões contemporâneas**. 01. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

NETTO, J.P. Introdução ao estudo método de Marx. São Paulo: expressão popular, 2011.

\_\_\_\_\_; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

NEVES, M. N. Migração: a construção de espaços ilusórios num mundo real. In: **2º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais – Textos e Artigos**. Conselho Regional de Serviço Social. Belo Horizonte, 2009.

NEVES, M. F.; CONEJERO, M. A.. **Estratégias para a cana no Brasil: um negócio classe mundial**. 1.ed.- São Paulo:Altas,2010.

NOVAES, J. R. P. Idas e vindas, disparidades e conexões regionais: um estudo sobre o trabalho temporário de nordestinos na safra da cana paulista. In: NOVAES, J. R. P; ALVES, F. J. C (Orgs.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCAR, 2007a.

\_\_\_\_\_.; ALVES, F. J. C (Orgs.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCAR, 2007.

OLIVEIRA, M. M. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis, Vozes, 2007.

OLIVEIRA, F.B. de; MENEGASSE, L.N.; DUARTE, U. Impacto ambiental do eucalipto na recarga de água Subterrânea em área de cerrado, no médio vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. In: **XII Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas**. Disponível em: <http://aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/article/view/22677>. Acesso em: 02/05/2013

OLIVEIRA, S. A. M. A relação capital - trabalho na agroindústria sucroalcooleira paulista e a intensificação do corte mecanizado: gestão do trabalho e certificação ambiental. São Paulo, Tese (mestrado) em Geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia "Júlio de Mesquita Filho", FCT/UNESP, Brasil. 2003.

OLIVEIRA, S. A. M. As fronteiras do agronegócio canavieiro no Brasil: tecendo leituras sobre as condições de trabalho e soberania alimentar. **Revista Pegada**, V.8. nº1. Junho, 2007.

OLIVEIRA, A. U. de. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês. **Revista Agrária**, São Paulo, n. 12, p. 3-113, 2010.

OSÓRIO, J. Fundamentos da Superexploração. In: **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini / Organizador: Niemeyer Almeida Filho. – Brasília : Ipea, 2013.

PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA. **Relatório Da Pastoral dos Migrantes do Vale do Jequitinhonha**. Atividades anuais. Araçuaí-MG. 2011.

PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA. **Relatório da Pastoral dos Migrantes do Vale do Jequitinhonha**. Atividades anuais. Araçuaí-MG. 2012.

PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA. **Relatório da Pastoral dos Migrantes do Vale do Jequitinhonha**. Conflito Guaranésia. Araçuaí-MG. 2012b.

PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA. **Relatório da Pastoral dos Migrantes do Vale do Jequitinhonha**. Missão Berilo. Araçuaí-MG. 2013.

PASTORAL DOS MIGRANTES DO VALE DO JEQUITINHONHA. **Relatório da Pastoral dos Migrantes do Vale do Jequitinhonha**. Araçuaí-MG. 2013b.

PITTA, Fábio T. Modernização retardatária e agroindústria sucroalcooleira paulista: o Proálcool como reprodução fictícia do capital em crise. 2011. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia Humana) Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PTDRS. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável** – Médio Jequitinhonha-MG, 2010. Disponível em: [http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs\\_qua\\_territorio057.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio057.pdf). Acesso em: 10/05/2013

PRADO JR., C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.



PROTOCOLO Estadual Agroambiental. UNICA, 2007. Disponível em: <[http://www.unica.com.br/userFiles/Protocolo\\_Assinado\\_Agroambiental.pdf](http://www.unica.com.br/userFiles/Protocolo_Assinado_Agroambiental.pdf)>. Acesso em: 20/02/2012

PNUD- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Ranking do IDH dos Municípios do Brasil**, 2003. [http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH\\_Municipios\\_Brasil\\_2000.aspx?indiceAccordion=1&li=li\\_Ranking2003](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH_Municipios_Brasil_2000.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Ranking2003). Acesso em: 01/05/2013.

RAMALHO, C., MOREIRA, R.. Superexploração dos cortadores de cana no agronegócio brasileiro. **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABPESS), Brasília. Ano 13 n. 26 – Jul./Dez. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/5866>>. Acesso em: 06 Jun. 2014.

RAMALHO, C. C. Serviço Social e questão agrária: a atuação profissional frente à migração temporária dos cortadores de cana. **Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Juiz de Fora, 2012.

RAMOS, Pedro. **Financiamentos subsidiados e dívidas de usineiros no Brasil: uma história secular e... atual?**. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201211011220280.Pedro%20Ramos%202011.pdf> Acesso em 10/06/2012

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS E COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Os impactos da produção de cana no cerrado e Amazônia 2008**. Disponível em: <http://www.social.org.br/cartilhaimpactoscana.pdf> Acesso em: 27/06/2012

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS E COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Monopólio da produção de etanol no Brasil a fusão da COSAN e da SHELL** (2011). Disponível em <http://www.social.org.br/revistacosanshel.pdf> Acesso em 27/06/2012

RELATÓRIO DA REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS E COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **A agroindústria canavieira e a crise econômica mundial**. São Paulo 2012. Disponível em: [http://www.social.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=144:a-](http://www.social.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=144:a-). Acesso em: 14/05/2013

REIS, L. F. Mecanização e intensificação do trabalho no corte de cana do CAI canavieiro do Estado de São Paulo. São Carlos: UFSCAR, 2012. Dissertação de mestrado da Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: [http://www.btd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=5604](http://www.btd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5604) Acesso em: 14/06/2012

REPORTER BRASIL. **Centro de Monitoramento de Biocombustíveis- Setor econômico/2003 a 2010**. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/agrocombustiveis/exibe.php?id=174>. Acessado em: 01/05/2013

RIBEIRO, E. M.. **Lembranças da Terra**: histórias do Mucuri e Jequitinhonha. Belo Horizonte: CEDEFES, 1996.



SANT'ANA, R. S. **Trabalho bruto no canavial**: questão agrária, assistência social e serviço social. São Paulo: Cortez, 2012.

SANT'ANA, R.S.; DO CARMO, A. O. As condições de Trabalho no setor sucroalcooleiro. In: SANT'ANA, R.S. et.al. (Org.); **Avesso do trabalho II**: trabalho, precarização e saúde do trabalhador. São Paulo. Expressão popular, 2010.

SANTOS, Joelma Cristina dos. Dos canaviais á “etnolatria”: o (re) ordenamenamento territorial do capital e do trabalho no setor sucroalcooleiro da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP. Uberlândia, 2009. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

SANTOS, Ana Patrícia de Jesus; RAMALHO, Claudilene da Costa; GOMES, Lany. A naturalização da precarização do trabalho no contexto neoliberal: um estudo exploratório da migração temporária dos cortadores de cana no município de Novo Cruzeiro. Teófilo Otoni, 2009. Monografia. Departamento de Serviço Social das Faculdades Unificadas Doctum.

SANTOS, A.P. **A usinagem do capital e o desmonte do trabalho** – reestruturação produtiva nos anos 1990: o caso da Zanini S/A de Sertãozinho-SP. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTOS, Adriano Pereira, O moinho satânico do agronegócio canavieiro no Brasil: dependência e superexploração do trabalho na região de Ribeirão Preto-SP. Tese de Doutorado (Mestrado em Sociologia) Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2013.

SCOTT, James C.. **Exploração normal, resistência normal**. Rev. Bras. Ciênc. Polít. [online]. 2011, n.5, pp. 217-243. ISSN 0103-3352. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n5/a09n5.pdf> Consulta feita em: 30/03/2014

SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS. **Perfil do agronegócio em Minas Gerais 2003-2011**. Minas Gerais, 2011.

SECRETARIA DE ESTADO TRABALHO E EMPREGO DE MINAS GERAIS- SETE. **Relatório de intermediação de Mão de obra/2013 dos municípios do Médio Vale do Jequitinhonha**. Araçuaí, junho de 2013. (Impresso)

SERVIÇO DA PASTORAL DOS MIGRANTES/ Setor de temporários rurais. **Vozes do oito**/ Org. Irmã Inês Facioli. Guariba: eco das letras, 2009.

SERVIÇO DA PASTORAL DOS MIGRANTES. **Histórico dos Cortadores de Cana de mortes de migrantes no setor canavieiro**, 2010. Disponível em: [http://www.pastoraldomigrante.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=102&Itemid=2](http://www.pastoraldomigrante.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=102&Itemid=2) Consulta em:15/05/2013

SERVIÇO DA PASTORAL DOS MIGRANTES. **Cartilha preparatória dos missionários da missão dos migrantes**. São Paulo, 2013.

SZMRECSÁNYI, T.; MOREIRA, E. P. O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a II Guerra Mundial. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, v.11, p.59-79, jan./abr. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a06.pdf>

Acesso em: 01/02/2013

SILVA, M. A. M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SILVA, M. A. M.. A barbárie do i-mundo eito dos canaviais paulista. In: Serviço da pastoral dos migrantes/ Setor de temporários rurais. **Vozes do eito**. Org. irmã Inês Facioli. Guariba: eco das letras, 2009.

SILVA, Maria Aparecida de MORAES. et al. **Do karoshi no Japão, à birôla no Brasil**: as faces do trabalho no capitalismo mundializado. NERA (Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projeto de Reforma Agrária). Edição n. 8, 2006. Revista eletrônica do PPG/Geografia e dep. de Geografia da Unesp/PP. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/08/Silva.PDF>

SILVA, M. A. M. O trabalho oculto nos canaviais paulistas. São Paulo. **Revista perspectiva**, v. 39; p. 11-46, 2011. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/4751/4053>

SOUZA, J. V. A. de; HENRIQUES, M. S. (org.). **Vale do Jequitinhonha**: formação histórica, populações e movimentos. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010.

STEDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil**: 1500 – 1960. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

STEDILE, João Pedro. **Reflexões sobre as tendências do capital na agricultura e os desafios do Movimento Camponês da América Latina**. In: Coletânea de textos para o curso de teoria latino americana. UFJF. 2010.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais os “nós” da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canieira paulista. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

TORRES FILHO, E. T. ; PUGA, F. . **Horizonte de Investimentos 2007-2010**: Uma Síntese. In: Ernani Teixeira Torre Filho; Fernando Pimentel Puga. (Org.). **Perspectivas do Investimento 2007/2010**. Rio de Janeiro: BNDES, 2007, v. , p. 43-78.

TRASPADINI, R. *et al.* (Org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 304p.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). **Proálcool: Relatório de Auditoria Operacional**. Brasília: TCU, 1990.

XAVIER , C .V.; PITTA , F. T.; MENDONÇA , L. M. Monopólio da produção de etanol no Brasil: a fusão Cosan-Shell. **Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.social.org.br/revistacosanshel.pdf>.

## **ANEXOS**

## ANEXO I

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Programa de Pós- Graduação em Política Social  
Universidade Federal do Espírito Santo

Este documento visa solicitar sua participação na Pesquisa: **Os migrantes cortadores de cana do Vale Do Jequitinhonha: entre a superexploração que se acirra e a resistência.**

Um dos eixos de análise dessa pesquisa tem como objetivo de apreender e refletir a superexploração do trabalho dos trabalhadores rurais do Vale do Jequitinhonha, que migram temporariamente para o corte de cana, sob a égide do aprofundamento da dependência. Para alcançar tal objetivo torna-se necessário realizar consulta em documentos da Pastoral do Migrante do Vale do Jequitinhonha (Relatórios e arquivos de imagens ) dos anos 2011, 2012, 2013.

O presente termo também assegura:

- a) garantia de esclarecimentos antes e durante o curso da pesquisa sobre todos os procedimentos empregados em sua realização;
- b) liberdade de se recusar a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa;
- c) garantia de sigilo quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, assegurando absoluta privacidade;
- d) opção de solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido.

Você receberá uma cópia deste termo em que constará o telefone e o e-mail do pesquisador, podendo, a qualquer momento, esclarecer suas dúvidas sobre a sua participação na pesquisa.

“Declaro estar ciente das informações constantes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que poderei pedir, a qualquer tempo, esclarecimentos sobre esta Pesquisa; recusar a dar informações que julgue prejudiciais a minha pessoa, solicitar a não inclusão em documentos de quaisquer informações que já tenha fornecido e desistir, a qualquer momento, de participar da Pesquisa”.

“Eu, Cleia de Fátima Silva Fabry portador do RG nº MG-6 464738  
representante da PASTORAL DO MIGRANTE

declaro que após conveniente esclarecimento prestado pelo pesquisador e ter entendido os objetivos da pesquisa, consinto voluntariamente em colaborar para sua realização”.

Araçuaí, 12 de junho de 201 4

Cleia de Fátima Silva Fabry  
Assinatura do Declarante

Gaudilene de Costa Romalho  
Assinatura do pesquisador:

Telefones da pesquisadora: (27) 8831-8538 / (3) 8844-3861 E-mail:  
kaucostar@hotmail.com

## ANEXO II

Guaranesia MG, 03 (três) de Outubro de 2012

**Pauta dos problemas dos Empregados Rurais cortadores de cana da empresa ASTHURIAS AGRICOLA SA recup. Judicial com CNPJ. 04.293.955/0001-16 com endereço na rodovia BR 491 KM 64 5 bloco D zona rural de Guaranesia MG, nos campos: trabalhistas, previdenciário, saúde, segurança no trabalho, higiene, alimentação e transporte.**

**TRABALHISTAS:**

01 – Aproximadamente 280 (duzentos e oitenta) Empregados(as) Rurais com as atividades de corte de cana findada definitivamente em 21/09/2012, sendo o obreiros dos municípios de: MINAS NOVA MG, GENIAPAO MG, FRANCISCO BADARÓ MG, NOVO CRUZEIRO MG, CHAPADA DO NORTE MG, TURMALINA MG, CAPELINHA MG, M SETUBINHA MG, VEREDINHA MG e TAMARANDIBA MG.

02 - Após termino do corte de todas as áreas de cana da empresa em 21/09/2012 não houve acerto rescisório e a empresa mandou os reclamantes trabalharem por produção na rança de campim broquearia, colônião e mamonas utilizando de enxadão ou a mão, onde a média de produção com ganhos financeiros entre os reclamantes variava entre R\$ 17,00 a 35,00 por dia;

03 - Todas as vezes o recebimento de salário só ocorria com atraso, sempre após os dias 10(dez) de cada mês subsequente ao trabalho;

04 - Há fortíssimas **SUSPEITAS** que a empresa reclamada não está depositando regularmente o FGTS dos Empregados(as) rurais, principalmente os envolvidos neste conflito;

Obs.: recentemente alguns empregados solicitou o extrato de comprovante junto a CEF e não apareceu pagamento nenhum de FGTS;

**PREVIDENCIÁRIO:**

01 - Há fortíssimas **SUSPEITAS** que a empresa reclamada não está recolhendo o INSS de seus Empregados(as), principalmente os envolvidos neste conflito;

03 - Há MUITAS RECLAMAÇÕES dos Empregados(as) rurais FIXOS e SAFRISTAS que quando ficam doente não tem socorro de qualidade e nem em tempo hábil por parte da empresa reclamada;

04 - Há MUITAS RECLAMAÇÕES dos Empregados(as) rurais envolvidos neste conflito de que quando ficam doente e são atendidos por médicos os mesmos não gostam de dar atestado médico e quando dão são atestados somente de um dia;

05 - Quando os Empregados(as) rurais ficam doente ou sofre algum tipo de acidente com menos gravidade, por orientação de representante da saúde no local de trabalho da empresa reclamada, o obreiros(as) ficam aguardando de repouso dentro do ônibus sem nenhum conforto até o final da jornada e no dia seguinte não tendo condições normais para exercerem sua função são obrigados a ir para a lavoura e distribuírem soros para os demais Trabalhadores;

**HIGIENE, SAUDE e SEGURANÇA:**

01 – Os alojamentos não são higienizados(fimpeza normal) periodicamente e em tempo hábil causando uma grande concentração de sujeira a céu aberto em todos os espaços;

02 – As maiores absolutas dos chuveiros estão estragados e também não existem portas nos que ainda funcionam tirando o direito de privacidade dos trabalhadores usuários;





Guaranesia MG, 03 (três) de Outubro de 2012

**Pauta dos problemas dos Empregados Rurais cortadores de cana da empresa ASTHURIAS AGRICOLA SA recup. Judicial com CNPJ. 04.293.955/0001-16 com endereço na rodovia BR 491 KM 64 5 bloco D zona rural de Guaranesia MG, nos campos: trabalhistas, previdenciário, saúde, segurança no trabalho, higiene, alimentação e transporte.**

**TRABALHISTAS:**

01 – Aproximadamente 280 (duzentos e oitenta) Empregados(as) Rurais com as atividades de corte de cana findada definitivamente em 21/09/2012, sendo o obreiros dos municípios de: MINAS NOVA MG, GENIAPAO MG, FRANCISCO BADARÓ MG, NOVO CRUZEIRO MG, CHAPADA DO NORTE MG, TURMALINA MG, CAPELINHA MG, M SETUBINHA MG, VEREDINHA MG e TAMARANDIBA MG.

02 - Após termino do corte de todas as áreas de cana da empresa em 21/09/2012 não houve acerto rescisório e a empresa mandou os reclamantes trabalharem por produção na rança de campim broquearia, colônião e mamonas utilizando de enxadão ou a mão, onde a média de produção com ganhos financeiros entre os reclamantes variava entre R\$ 17,00 a 35,00 por dia;

03 - Todas as vezes o recebimento de salário só ocorria com atraso, sempre após os dias 10(dez) de cada mês subsequente ao trabalho;

04 - Há fortíssimas **SUSPEITAS** que a empresa reclamada não está depositando regularmente o FGTS dos Empregados(as) rurais, principalmente os envolvidos neste conflito;

Obs.: recentemente alguns empregados solicitou o extrato de comprovante junto a CEF e não apareceu pagamento nenhum de FGTS;

**PREVIDENCIÁRIO:**

01 - Há fortíssimas **SUSPEITAS** que a empresa reclamada não está recolhendo o INSS de seus Empregados(as), principalmente os envolvidos neste conflito;

03 - Há MUITAS RECLAMAÇÕES dos Empregados(as) rurais FIXOS e SAFRISTAS que quando ficam doente não tem socorro de qualidade e nem em tempo hábil por parte da empresa reclamada;

04 - Há MUITAS RECLAMAÇÕES dos Empregados(as) rurais envolvidos neste conflito de que quando ficam doente e são atendidos por médicos os mesmos não gostam de dar atestado médico e quando dão são atestados somente de um dia;

05 - Quando os Empregados(as) rurais ficam doente ou sofre algum tipo de acidente com menos gravidade, por orientação de representante da saúde no local de trabalho da empresa reclamada, o obreiros(as) ficam aguardando de repouso dentro do ônibus sem nenhum conforto até o final da jornada e no dia seguinte não tendo condições normais para exercerem sua função são obrigados a ir para a lavoura e distribuírem soros para os demais Trabalhadores;

**HIGIENE, SAUDE e SEGURANÇA:**

01 – Os alojamentos não são higienizados(fimpeza normal) periodicamente e em tempo hábil causando uma grande concentração de sujeira a céu aberto em todos os espaços;

02 – As maiores absolutas dos chuveiros estão estragados e também não existem portas nos que ainda funcionam tirando o direito de privacidade dos trabalhadores usuários;



2

**CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - Regional Sul de Minas Gerais**  
SEDE - Praça João Pessoa, 80 – Centro - CEP 37014-200 - Varginha MG celular (0xx35 9989-7454 – 9815-0788 – 9845-2536)

03 – Há uma grande concentração de usuários pelos poucos chuveiros que funcionam e o responsável da caldeira a pedido da empresa só deixa água quente funcionar após o término das atividades dos obreiros;

04 – A água que fica a disposição dos obreiros alojados, que se diz potável, tem um forte gosto de água com vinhaça.

05 – A água que fica a disposição dos obreiros dentro do ônibus nos locais de trabalhos, que se diz potável, esta armazenada em local visivelmente anti-higienico e costuma ser suja por ficar muito tempo dentro tambor mal adaptado.

06 – Estão vendendo bebida alcoólica na área do alojamento e há suspeita que o responsável do bar são os gatos.

07 – Após ingerir bebidas alcoólicas há empregados que passam mal e vomitam dentro do alojamento, além de sujar o local de repouso dos obreiros causam um mal estar profundo "NOJO" para aqueles trabalhadores que estão alimentando naquele momento e se algum trabalhador for reclamar do bebem corre um grande risco de ser agredido fisicamente.

08 – Na opinião da maioria absoluta dos Trabalhadores os colchões, os cobertores e lençóis são velhos e de péssima qualidade na conservação.

09 – Não é fornecido EPIs e nem FERRAMENTA DE TRABALHO nos momentos necessários e solicitados pelos obreiros(as) e quando era fornecido os EPIs pela segunda vez aos obreiros os mesmos já tinham sido usados por outros trabalhadores que tinham rescindido o contrato de trabalho.

#### **ALIMENTAÇÃO:**

01 – Há uma grande reclamação dos Empregados alojados que a alimentação é feita com uma profunda falta de higiene e falta de qualidade como: comida mal cozida, comida sem tempero, não tem sobremesa e não tem cardápio variado definido na prática.

Obs.: No refeitório onde é feita as alimentações dos obreiros, os pardais já tomaram conta do espaço, atacando a alimentações e fazendo coco em toda parte da estrutura do refeitório;

02 – Os Empregados reclamam que as marmitas onde colocam seus alimentos para almoçar, não sabem suas origens, são velhas.

03 - Os Empregados suspeitam que a nutricionista é de fachada pois aparece na cantina do alojamento em média uma vez por mês e também porque os cozinheiros fazem o que querem dentro da cozinha de vez enquanto utilizaram tocas e luvas só no começo da contratação do Empregados em conflito.

#### **TRANSPORTES DE EMPREGADOS(AS) RURAIS:**

01 - Muitos dos ônibus que carregam os obreiros estão furados, com pneus em mal estado de conservação, banco duro e alguns quebrados e muita sujeira dentro do ônibus em geral.

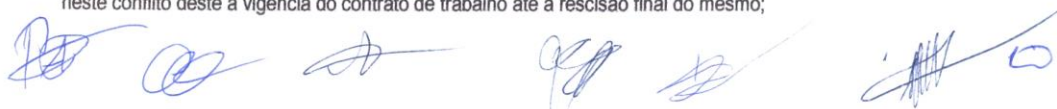
02 – Há fortíssima suspeita de alguns ônibus não ter licença oficial da POLICIA MILITAR e DER para transportar Trabalhadores, e se estiver licença a qualidade mínima que um veículo deva ter para transportar PESSOAS FISICAS não esta correspondendo.

#### **PROPOSTA DOS EMPREGADOS(AS) RURAIS EM CONFLITO PARA TENTATIVA DE RESOLVER TODOS OS IMPASSES ELENCADOS: TRABALHISTAS:**

01 – Pagamento imediato das RESCISÕES DE CONTRATO DE TRABALHO "TRTC" de todos os EMPREGADOS ENVOLVIDOS NO CONFLITO, como DSJC (Dispensa Sem Justa Causa) devido às situações de abandono que se encontra os obreiros reclamantes na atualidade, com AVISO PRÉVIO "DSJC" indenizado a contar apartir de 04-10-2012;

02 – Pagamento dos dias parados desde 27/09/2012 até 03/10/2012 em consequência do conflito criado pelas condições imposta pela empresa reclamada;

03 – Devolução de todos os recursos financeiros descontados com alimentação dos Empregados rurais envolvidos neste conflito deste a vigência do contrato de trabalho até a rescisão final do mesmo;



3  
**CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - Regional Sul de Minas Gerais**  
**SEDE - Praça João Pessoa, 80 – Centro - CEP 37014-200 - Varginha MG celular (0xx35 9989-7454 – 9815-0788 – 9845-2536)**

- 04 - Depósito imediato, pela empresa reclamada, de cada centavo do FGTS pertencente a cada Empregado(a) Rurais envolvido neste conflito na atualidade, independente da data e do ano de contratação;
- 05 - Pagamento dos dias parados sendo 12/05/2012 até 18/05/2012 por motivo de assinatura do primeiro contrato de trabalho na terra de origem de cada Empregado, mas, porém de forma unilateral alterado para um segundo contrato com data inicial de 19/05/2012;
- 06 - Pagamento imediato dos salários atrasados dos Empregados envolvido neste conflito;

**PREVIDENCIÁRIO:**

- 01 - Pagamento imediato, pela empresa reclamada, do INSS de cada Empregado(a) envolvido neste conflito, com prova de pagamento para cada obreiro;

**SAUDE, ALIMENTAÇÃO, HIGIENE e SEGURANÇA:**

- 01 - Cobrança imediata do Ministério do Trabalho e Emprego para obrigar a empresa reclamada a cumprir integralmente e de imediato com a LEI no que diz respeito à SAUDE, ALIMENTAÇÃO, SEGURANÇA e HIGIENE para todos os Empregados(as) rurais imigrados envolvidos neste conflito;

**TRANSPORTES DE EMPREGADOS(AS) RURAIS:**

- 01 - Garantia de transporte gratuito e em tempo hábil com licença legal para locomoção dos Empregados Rurais envolvidos no conflito, desde o local de trabalho até a cidade de origem de cada trabalhador, com a garantia de recurso financeiro no valor de R\$ 50,00 para cada trabalhador na alimentação do trajeto da viagem;

Limitado ao exposto.  
Atenciosamente.

**COMISSÃO ELEITA DOS EMPREGADOS RURAIS RECLAMANTES:**

*Cleonilson Maucio de Matos*  
Cleonilson Maucio de Matos – 035-8821-8699  
CPF: 117.474.106-67

*Murilo Fagundes de Souza* 04/10  
Murilo Fagundes de Souza – 035-8881-0040  
CPF: 255.451.279-78

*Andreciano Soares Lima*  
Andreciano Soares Lima – 035-8869-4192  
CPF: 067.652.926-75

*DARIO COSTA LIMA*  
Dario Costa Lima – 035-8866-4236  
CPF: 154.709.298-09

*Fabiano dos Santos Gomes*  
Fabiano dos Santos Gomes – 035-8869-9937  
CPF: 015.504.436-23

*Recebido*  
*ASTÚRIAS AGRÍCOLA S.A.*

**DIRETORES DA CUT/MG SUL DE MINAS GERAIS:**

*Pedro Antonio Crispim*  
Pedro Antonio Crispim – 035-9845-2536  
CPF: 486.022.726-34

*Paulo Sebastião*  
Paulo Sebastião – 035-9815-0788  
CPF: 564.259.026-04

*EB* *PA* *AS* *DS* *ML*



ANEXO III



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

COMARCA DE GUARANÉSIA-MG

ATA DE AUDIÊNCIA

Em cinco de outubro de dois mil e doze, nesta cidade e Comarca de Guaranésia, Estado de Minas Gerais, no Fórum, onde se achava o Dr. Thales Tácito Pontes Luz de Pádua Cerqueira, DD. Promotor de Justiça, realizou-se a presente audiência ante o comparecimento espontâneo das partes, representantes dos trabalhadores, da empresa Alvorada do Bebedouro, do Município e das Polícias Rodoviária e Militar, além de fiscais do Ministério do Trabalho. Aberta a audiência, entabulou-se uma hipótese de solução trabalhista a ser fiscalizada pelo Ministério do Trabalho, pelos eficientes fiscais aqui presentes, bem como a ser apreciada pelo Procurador do Trabalho e Juiz do Trabalho. Os responsáveis pela empresa Alvorada do Bebedouro sugeriram a rescisão e o pagamento do salário que vence na data de hoje, bem como aviso prévio de trinta dias, que após o prazo, será pago todos os benefícios, sendo que nesse período de trinta dias, todas as condições previstas em lei, ligadas à alimentação, saúde, alojamento, etc, será rigorosamente cumprida e fiscalizada pelos serventuários do Ministério do Trabalho, cabendo aos trabalhadores a aceitação ou não deste acordo, que evidentemente se baseia em lei, uma vez que não cabe acordo fora da previsão legal, sendo que nesse período, os trabalhadores foram admoestados para que caso não haja aceitação pelos seus órgãos representativos, que busquem na Justiça Trabalhista a melhor solução, inclusive a nova teoria do dano moral coletivo, porém, sem exacerbar o direito de greve, ou seja, sem impedimento de rodovia,

*A R. Alvorada do Bebedouro - representantes do pessoal da municipalidade*

*[Handwritten signature]*

Dr. Thales Tácito Pontes Luz de Pádua Cerqueira  
Promotor de Justiça  
(11.416.109/3)

*[Handwritten signatures]*

Cód. 10.25.097-2



COMARCA DE GUARANÉSIA-MG

constrangimentos ilegais, cárcere privado, tumulto eleitoral, etc. Da mesma forma, no período de trinta dias, onde será analisado pelos trabalhadores a proposta, devem ser definidas as funções que cada trabalhador foi contratado e desempenhou no período de trinta dias. A polícia rodoviária e a militar foi orientada por esse Promotor Criminal e Eleitoral no sentido tão somente do excesso de direito às portas do pleito, para que em caso de descumprimento da lei, sejam imediatamente o Promotor e a Juíza Eleitoral comunicados para solicitar ao TSE o reforço da Força de Segurança Nacional para ser viável a execução das eleições, bem como ao Juiz e Procurador do Trabalho para soluções trabalhistas e ao Ministério Público Federal para eventual crime de sua competência prevista no art. 109, inciso IV, da CF/88. Consta, ainda, que a representante da FETAEMG participou de uma reunião no dia 02/10/2012, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guaranésia, onde não houve acordo por força de divergências ali apresentadas. Consta, ainda, ata de audiência do Ministério Público do Trabalho, onde a FETAEMG relatou todo o acontecido, buscando salvaguardar os direitos trabalhistas presentes e de futuras safras. A CUT junta também as reivindicações trabalhistas, previdenciárias de alimentação, transportes e outras. Em seguida, a representante da FETAEMG, Sra. Andréia de Fátima da Silva, pela reunião no MPT e no Sindicato, cujas atas foram apresentadas, entendeu que a proposta dos trabalhadores continuarem por trinta dias, é inviável no seu entendimento, uma vez que eles foram contratados para o corte de cana e a partir do momento em que não houve

*A Colômbia. Colômbia deve de Rentes de Rentes*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
Dr. Thales Lucio P. P. Serqueira  
Promotor de Justiça  
(MAMP 1898)

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



COMARCA DE GUARANÉSIA-MG

possibilidade de cortar tal produto, entende que o objeto estaria rescindido indiretamente, razão pela qual haveria a figura da rescisão indireta a ser acordada ou discutida em lei. Na sua visão assim, o ideal para que todas as partes saiam exitosas, seria um encontro a ser agendado no Ministério Público do Trabalho, em Pouso Alegre, onde representante da empresa, FETAEMG, CUT ou mesmo as entidades que legalmente os representam, chegassem a uma solução ideal para o equacionamento do problema atual, evitando maiores conflitos pelo transcurso do tempo. Finalmente, foi questionado à empresa se era possível a solução imediata mediante a rescisão e pagamentos inerentes, sendo que a mesma entendeu inviável no presente momento por força do fluxo de caixa, o que em tese, não impede um acordo no Ministério Público do Trabalho neste mesmo sentido sugerido pela FETAEMG em prazo de trinta dias, pelo menos. Assim, chegou-se na seguinte bifurcação, a ser escolhida pelos empregados, de forma livre e espontânea: a) ou os empregados passam procuração e dados de qualificação para a FETAEMG ajuizar rescisão indireta com todos os direitos devidos ou b) os que desejarem permanecem na empresa por trinta dias, cumprindo aviso, fiscalizadas as condições legais pelo Ministério do Trabalho. Seja em uma hipótese ou outra, o retorno à cidade de origem será custeado pela empresa. Questionado pelo Sr. Bruno Diogo, da ADELE, se os empregados que optarem pela rescisão indireta e passarem procuração e dados para o Sindicato, se estes terão retorno imediato à sua cidade de origem, a empresa se comprometeu a liberar os ônibus a partir de hoje. No caso dos trabalhadores que optarem pelo

da formação  
dos municípios

Dr. Thales Tácito P. C. Cordeiro  
Promotor de Justiça  
(MAM 1855)

Bruno Diogo  
Pau





COMARCA DE GUARANÉSIA-MG

cumprimento do aviso e ficarem por trinta dias, a empresa manifestou que a forma da prestação de serviços seria a colheita de muda de cana e eventualmente na diária. Questionado ainda se no caso dos trabalhadores que optarem pelo aviso prévio, a empresa se comprometeu a garantir a média salarial do período trabalhado. Questionada a empresa se pretende efetuar o pagamento do salário de setembro de 2012 na presente data, a mesma se manifestou no sentido positivo, bem como a alimentação adequada nos trinta dias para aqueles que optarem em ficar, independentemente de cozinheiros. Finalmente, o Ministério Público agradeceu a presença da polícia, dos eficientes fiscais do trabalho que o auxiliaram nesta difícil missão, da ADELE, da colaboradora da Pastoral, da CUT, da empresa que inclusive fez sugestões neste sentido, da comissão de trabalhadores e da Prefeitura Municipal de Guaranésia, do Sindicato e FETAEMG. NADA MAIS HAVENDO, encerrou-se o presente termo, que lido e achado conforme, vai assinado por todos, sendo que o Ministério Público solicitou cópias às partes presentes, bem como à Juíza Eleitoral para conhecimento e ciência.

*Como em - curso - Pastoral dos migrantes*

*[Signature]*  
ALVORADA

*[Signature]*  
Dr. Thales Táciolo R.P. Araújo  
Promotor de Justiça  
(NAMA 1698)

*[Signature]*  
COM. GUARANÉSIA

*[Signature]*  
Kamelo de F. Souza  
PRMG  
KORVIERE

Abilis Wazir Abu  
advogado. Sindicat.

*[Signature]*  
Yosiel F. Gonçalves

Andréia de Salina da Silva  
FETAEMG.

Sindicato Eparquial  
Município de Guaranésia de Jm

*[Signature]*  
Cód. 10.25.097-2

*[Signature]*  
USINA ALVORADA  
PREFEITURA  
BDD

